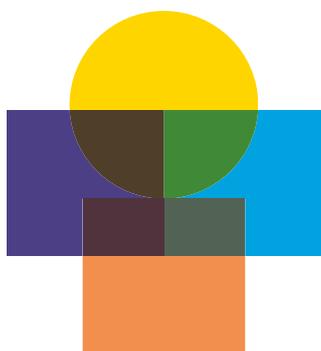




RELATO

Trajetórias Escolares

Desigualdades e Diversidades



Trajetórias Escolares

Desigualdades e Diversidades

RELATO DO PROCESSO DE
CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA PLATAFORMA TRAJETÓRIAS
ESCOLARES, DESIGUALDADES E
DIVERSIDADES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Ubaldo Cesar Balthazar — Reitor
Alacoque Lorenzini Erdmann — Vice-reitora

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Antônio Alberto Brunetta — Diretor
Roseli Zen Cerny — Vice-Diretora

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

R382 Relato do processo de criação e desenvolvimento da Plataforma Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Laboratório de Novas Tecnologias ; Elizandro Maurício Brick... [et al.], organização. – 1. ed. – Dados eletrônicos. – Florianópolis : LANTEC/UFSC, 2020.
264 p. : il., gráf., tab.

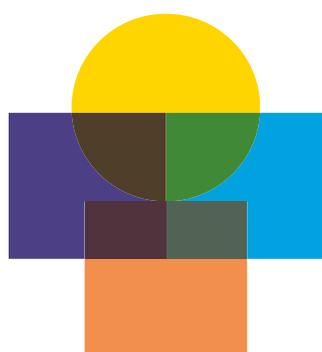
Projeto realizado em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC).
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-80460-90-8

1. Educação – Aspectos sociais. 2. Educação – Banco de dados – Relatórios. I. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Laboratório de Novas Tecnologias. II. Brick, Elizandro Maurício.

CDU: 37

Elaborada pela bibliotecária Suélen Andrade – CRB 14/1666

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências da Educação
Laboratório de Novas Tecnologias



Trajetórias Escolares

Desigualdades e Diversidades

RELATO DO PROCESSO DE
CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA PLATAFORMA TRAJETÓRIAS
ESCOLARES, DESIGUALDADES E
DIVERSIDADES

Elizandro Maurício Brick
Ana Luíza Casasanta Garcia
Guilherme Chiappa
Gustavo Oliveira Wolf Cavalcante

(Organizadores)

1ª Edição

Florianópolis, 2020
LANTEC UFSC

CC - O conteúdo está licenciado pelo Creative Commons para uso Não Comercial (by nc, 2.5). Essa licença permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a sua obra sendo vedado o uso com fins comerciais. As novas obras devem conter a menção aos autores e também não podem ser usadas para fins comerciais.



Equipe de Produção

Organizadores

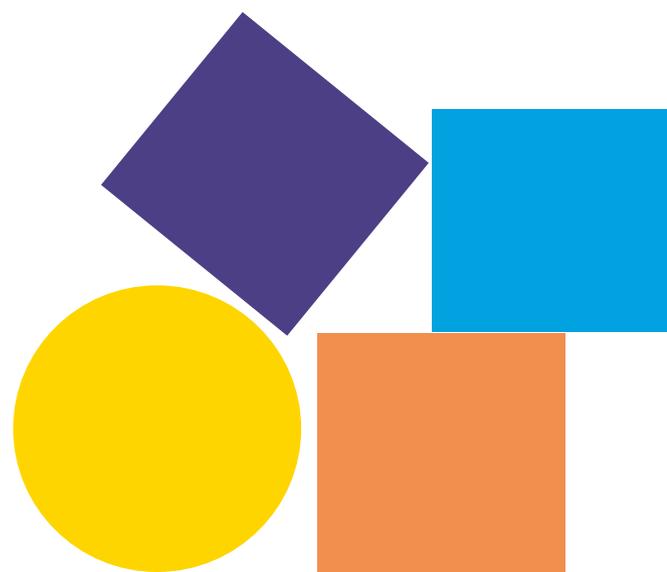
Elizandro Maurício Brick
Ana Luíza Casasanta Garcia
Guilherme Chiappa
Gustavo Oliveira Wolf Cavalcante

Projeto Gráfico

Brunna Casagrande

Revisão Textual

Brenda Pires
Débora Machado Gonçalves
Larissa Malu dos Santos







Apresentação

Este documento é o resultado da organização de relatos e reflexões coletivas sobre o que foi a experiência de construção da Plataforma Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades, resultado da parceria entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) e o Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec/UFSC), entre março de 2017 e dezembro de 2018. A intenção, neste relatório, é mostrar quais eram os objetivos do projeto e quais trajetórias foram percorridas para alcançá-los. A execução do projeto desenvolvido envolveu dezenas de profissionais de várias áreas, espalhados pelo Brasil, que tiveram diferentes papéis nas etapas necessárias para sua conclusão.

Conforme consta no Plano de Trabalho (PTA), o principal objetivo da Plataforma Trajetórias é contribuir com a reflexão, a discussão e o enfrentamento dos principais fatores que têm dificultado o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos em idade adequada, de crianças e adolescentes em situação de pobreza e extrema pobreza por todo o país. Portanto, a principal função da Plataforma Trajetórias é ser uma ferramenta de aperfeiçoamento do conhecimento crítico sobre a realidade social, assim como ser um espaço que dê visibilidade às capacidades institucionais que estão ao alcance dos profissionais da educação, sobretudo dos gestores do Programa Bolsa Família que, junto com os professores, constituem o público alvo.

O projeto de criação e desenvolvimento resultou na: (1) elaboração do Plano de Trabalho (PTA); (2) criação e customização de um espaço de compartilhamento on-line, abarcando os três eixos do projeto da Plataforma Trajetórias, a saber: a) integração de dados; e informações; b) materiais pedagógicos; e c) projetos intersetoriais na escola; (3) produção de um conjunto de encaminhamentos para os motivos de baixa frequência atestados como os mais importantes pelo Sistema Presença; (4) elaboração de uma série de documentos de apoio relacionados aos recursos produzidos.

SUMÁRIO

15 Introdução

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão e órgãos

Laboratório de Novas Tecnologias da Universidade Federal de Santa Catarina

A Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades
Plano de Trabalho (PTA)

25 Conceitos e Documentos Norteadores

Autoformação e Trilhas Formativas

Pesquisa com Falas Significativas

Guia de Produção de Conteúdo

Manual de Identidade Visual

35 Dimensão da gestão

A Equipe de Design Educacional

A Equipe de Hiperídia

Design Gráfico

Programação

Vídeo e Ilustração

A Equipe de Revisão Textual

A equipe de pesquisa

Equipe de autores-colaboradores

A articulação entre as equipes

53 Desenvolvimento dos Materiais Pedagógicos

Organização do Trabalho Pedagógico na Perspectiva das Trajetórias Escolares

Violações de direitos e risco social

Saúde e Atenção Integral

Escola, família e comunidade

71 A Plataforma Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades

Eixo I - Integração de Dados e Informações

Eixo II - Materiais Pedagógicos

Eixo III - Projetos Intersetoriais nas Escolas

79 Encaminhamentos e fluxos dos motivos de baixa frequência escolar

Estrutura hipermediática dos encaminhamentos na plataforma

83 Considerações Finais

87 Referências

95 Apêndices

Apêndice A - Diretrizes Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades

Apêndice B - Guia de Produção de Conteúdo

Apêndice C - Materiais Pedagógicos

Apêndice D - Manual de Identidade Visual

Apêndice E - Recursos Visuais

Ilustrações

Infográficos

Apêndice F - Documento orientador - sobre a construção dos encaminhamentos e fluxos dos motivos de baixa frequência escolar

Apêndice G - Encaminhamentos e fluxos dos motivos de baixa frequência escolar



Introdução

Segundo a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, “Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória” (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948). Seguindo essa prerrogativa, no Art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tem-se que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

No que se refere ao acesso à educação no Brasil, o Censo Escolar da Educação Básica de 2016 aponta que, entre os beneficiários do Programa Bolsa Família em idade escolar, 48,8 milhões estão matriculados na Educação Básica. Já no que se refere à faixa etária, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, aproximadamente 63 milhões de jovens na faixa etária de 0 a 19 anos estão na escola (IBGE, 2010). Desse total de matrículas, 46,8% estão localizadas na rede municipal e 34% na rede estadual; a rede privada tem uma participação de 18,4% e a rede federal tem uma participação inferior a 1%. Traçando um comparativo entre o número de matrículas na Educação Básica em escolas de zonas rurais e urbanas, a primeira participa com 11,4%, enquanto nas regiões urbanas alcança 88,6% (INEP, 2017).

Dados apresentados pelo INEP (2017) mostram que 2,8 milhões de crianças e jovens na faixa etária de 4 a 17 anos não frequentavam a escola em 2015. Desse total, 771.982 correspondem às crianças em idade escolar que deveriam ingressar no Ensino Fundamental e que não estão matriculadas. Esses números indicam o desafio de alcançarmos a universalização do ensino como determina o Art. 208, Inciso I, da Constituição Federal: “o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurando inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.” (BRASIL, 1988).

Diante do exposto, é possível compreender que embora a educação se configure formalmente como um direito humano necessário ao exercício de cidadania – uma vez que ela é “um pré-requisito necessário da liberdade civil” (MARSHALL, 1967), logo, é também espelho de asseguramento de outros direitos, de cidadania – a efetivação desse direito ainda é um grande desafio às instituições sociais. Ainda, aponta-se que com a garantia do direito à educação estimula-se o desenvolvimento de

cidadãos em formação (MARSHALL, 1967) e, por isso, também cabe às instituições sociais promover e viabilizar o acesso de pessoas ao sistema educacional.

Dessa forma, ações e políticas para efetivação do direito à educação no contexto brasileiro se tornam inócuas quando incidem apenas no plano formal, sem considerar as particularidades da população; ou seja, para garantir o direito à educação deve-se levar em consideração as desigualdades sociais presentes em nossa sociedade (CURY, 2002).

Pensando sobre todas essas conjunturas, o Programa Bolsa Família (PBF), criado pela Lei n.º 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004, caracteriza-se como um programa de transferência de renda condicionada e promove ações para a garantia do direito à educação. No entanto, tal garantia ainda se constitui como um enorme desafio para os sistemas escolares, para os governos e para a sociedade em geral, apesar dos avanços registrados nas últimas décadas, sobretudo no que se refere às políticas de combate à desigualdade, à discriminação e à intolerância, bem como à cultura da paz.

Diante desses fatos, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) em parceria com o Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec/UFSC) criou a Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades, que teve como finalidade promover reflexões, discussões e enfrentamento dos principais fatores (repetência, abandono e evasão escolar) que têm dificultado o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na idade adequada de crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos de idade, em situação de pobreza, beneficiários do PBF.

Como parte da iniciativa, se situa a Plataforma Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades. Essa Plataforma, a saber, possui três eixos de atuação: Eixo 1 — Integração de Dados e Informações; Eixo 2 — Materiais Pedagógicos; Eixo 3 — Projetos Intersetoriais na Escola. O Eixo 1 é destinado a possibilitar a integração e cruzamento dos dados dos diferentes sistemas que acompanham as trajetórias escolares das crianças e adolescentes no país, tais como o Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do Bolsa Família (Sistema Presença), o Sistema Cadastro Único (IBGE) e o Censo Escolar (Inep), possibilitando ações prognósticas a partir de um mapa situacional das crianças e adolescentes beneficiários do PBF, assim como das suas instituições escolares em todo o território nacional. Para tanto, esse Eixo é organizado por indicadores de alerta e risco para a trajetória escolar, apresentando detalhamento sobre os motivos e submotivos de baixa frequência escolar. Os indicadores são: a) propensão ao abandono; b) abandono escolar; c) sem vínculo escolar e; d) violação de direitos e risco social.

O Eixo 2 tem como objetivo criar e disponibilizar materiais formativos para subsidiar e orientar ações de formação voltadas aos profissionais da educação que atuam em contextos escolares, com intuito de oportunizar, pensar e organizar ações de enfrentamento aos problemas relativos às trajetórias escolares de crianças e adolescentes participantes do PBF. Por fim, o Eixo 3 é destinado à publicização do protagonismo das ações das redes de ensino que contribuem para a permanência de crianças e adolescentes até a conclusão da escolaridade obrigatória.

Assim sendo, este relatório visa discorrer e apresentar sobre o desenvolvimento da Plataforma Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades. Portanto, será relatado o projeto da Plataforma, seu desenvolvimento histórico, o processo de criação e produção dos materiais pedagógicos, do ambiente virtual de aprendizagem e dos documentos correlatos. No entanto, de primeiro momento, será apresentado um breve resumo das atribuições das instituições envolvidas no projeto.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão e órgãos

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) é responsável pela elaboração e implementação de políticas educacionais de alfabetização e educação de jovens e adultos, assim como pela educação ambiental, especial, educação em direitos humanos, do campo, escolar indígena, educação quilombola, e educação para as relações étnico-raciais. Em articulação com as demais secretarias do Ministério da Educação, a SECADI tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais. (BRASIL, 2018).

Dentre as Diretorias da SECADI, consta a Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania (DPEDHUC) que, por sua vez, inclui a Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar (CGAIE). De acordo com o Decreto n.º 7.690, de 2 de março de 2012 (BRASIL, 2012), a Diretoria mencionada tinha, no período de realização do projeto, como uma de suas principais atribuições a promoção de ações para formação de professores e professoras e o desenvolvimento de materiais pedagógicos nas áreas de Direitos Humanos e Cidadania ligadas aos sistemas de ensino. À Coordenação Geral de Acompanhamento Escolar, vinculada à DPEDHUC, compete a elaboração e execução do acompanhamento da condicionalidade da frequência escolar de estudantes cujas famílias são participantes do Programa Bolsa Família e a proposição de políticas educacionais intersetoriais de inclusão escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.

Diante dessas atribuições, e visando combater os principais fatores de baixa frequência escolar que impedem que estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família concluam os estudos em idade adequada, além da possibilidade desses sujeitos perderem o benefício em função da condicionalidade em Educação, A SECADI/MEC, por meio das mencionadas Diretoria e Coordenação, em parceria com o Lantec/UFSC, engendrou a proposta inicial do Projeto Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades.

Laboratório de Novas Tecnologias da Universidade Federal de Santa Catarina

O Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec), vinculado ao Centro de Ciências da Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi criado em 2005 e figura atualmente como um dos órgãos complementares do Centro. Conforme regimento próprio, segundo a Portaria Normativa n.º 001/CED/2018, de 09 de janeiro de 2018, o Lantec tem como objetivo “desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas às tecnologias da informação e comunicação (TIC) e apoiar os professores deste e dos demais centros de ensino ligados à formação de professores e outras unidades no que se refere à orientação pedagógica, à reflexão e produção de conhecimento e à infraestrutura tecnológica.” (CED, 2018).



¹ Atualmente, o Decreto n.º 7.690, de março de 2012, foi revogado pelo Decreto n.º 9.665, de 2 de janeiro de 2019, no qual consta como uma das competências da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação “desenvolver e fomentar a produção de conteúdos, de programas de formação de professores e de materiais didáticos específicos” (BRASIL, 2019).

² “Para o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família, os sujeitos participantes se comprometem a cumprir algumas condições, cujo objetivo é responsabilizar as famílias pelo compromisso assumido e o poder público pela oferta dos serviços. Na área da saúde, as crianças menores de 7 anos devem estar com o calendário de vacinação e o acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento em dia; mulheres grávidas entre 14 e 44 anos devem fazer acompanhamento pré-natal. Na área da educação, monitorada pela CGAIE, crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem ter frequência escolar mensal de 85%, e jovens entre 16 e 17 anos, frequência de 75%. Na área da assistência social, crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retirados do trabalho infantil devem participar de serviços socioeducativos com frequência mensal de 85%.” (BRASIL, 2014, p. 12).

Tendo como atividade principal o desenvolvimento de projetos com o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), o Lantec atua em busca de ações que possibilitem, por exemplo, o aprimoramento da prática docente, especialmente por meio de projetos que utilizam a metodologia da educação a distância, com comprovada relevância social, como também promove encontros, debates, seminários, fóruns e grupos de estudo, para discutir questões relativas à integração das TDIC aos processos educativos.

Além disso, o Lantec orienta suas ações a partir de projetos ensino, pesquisa e extensão nas distintas áreas de conhecimento, sobretudo voltadas para o desafio de formação de educadores. Contemplando as modalidades presencial e a distância, tanto na graduação quanto na extensão, o laboratório busca atender seus objetivos por meio do desenvolvimento e da execução de projetos e cursos, tendo o apoio, também, de programas institucionais da UFSC e de outras instituições parceiras. Ancorado numa perspectiva de integração das mídias, o Lantec dispõe de recursos técnicos/operacionais e de uma equipe multidisciplinar para produzir material educacional digital de qualidade, possibilitando o apoio técnico-pedagógico à realização de cursos e formações em formatos diversos promovidos por distintas instituições e/ou órgãos públicos.

Assim, as atividades realizadas pelo Lantec se coadunam com as demandas do projeto da SECADI, que, em parceria, trabalharam no desenvolvimento do projeto Trajetórias Escolares.

A Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades

Essa Iniciativa surgiu com base nos dados coletados pelo Sistema Presença – que registra as frequências escolares de crianças e adolescentes beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) – os quais manifestaram as dificuldades que estudantes oriundos de famílias em situação de pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade social têm para permanecer na escola e concluir os estudos na idade adequada. Segundo os dados sistematizados em 2017, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), além de outras políticas de inclusão, é responsável pelo acompanhamento da frequência escolar de mais de 17 milhões de crianças e adolescentes em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Na perspectiva de universalizar a Educação Básica e garantir o direito à educação no Brasil, a transparência e a visibilidade dos dados e informações referentes às trajetórias escolares de crianças e adolescentes beneficiárias do PBF têm o objetivo de favorecer um acompanhamento mais eficaz e potencializar o desenvolvimento de políticas públicas,

ações intersetoriais e relacionadas à formação e mobilização de projetos que visem atenuar as condições dificultadoras do acesso à educação. Nesse sentido, a Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades tem o intuito de refletir sobre os motivos que ocasionam a repetência, o abandono e a evasão escolar, e sobre os principais indicadores de alerta e risco, a fim de implementar ações orientadas para a reversão dessa ocorrência de trajetórias irregulares e exclusão escolar.

Considerando a natureza do motivo no registro da baixa frequência escolar e a sua reincidência, a SECADI/MEC concebeu indicadores de alerta e risco da trajetória escolar para dar visibilidade, identificar e acompanhar as situações de vulnerabilidade que requerem maior atuação do Estado. São eles:

SEM VÍNCULO ESCOLAR

Situação em que crianças ou adolescentes, beneficiários do PBF, são identificadas(os) pelos sistemas de ensino como sem matrícula nas instituições escolares, ou seja, sem vínculo escolar. A Coordenação Municipal do PBF na Educação é a área responsável pela identificação dessa ocorrência e pelo registro de um dos 12 “submotivos” agrupados no motivo 72.

PROPENSÃO AO ABANDONO

Situação em que o estudante apresenta baixa frequência em períodos consecutivos, indicando afastamento do contexto escolar. Essa circunstância pode contribuir para o aumento das taxas de reprovação, abandono e evasão escolar e, conseqüentemente, pode dificultar a progressão nos estudos, produzindo a distorção idade-série

ABANDONO ESCOLAR

Desistência do estudante com matrícula regular no ano letivo antes de seu término. No acompanhamento da frequência escolar de estudantes beneficiários do PBF, a escola identifica essa situação registrando os “submotivos” 65a e 65b.

VIOLAÇÃO DE DIREITOS

No acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do PBF, as situações que têm dificultado o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na idade adequada caracterizam-se, por si só, como violação aos direitos de crianças e adolescentes em situação de pobreza. No entanto, alguns desses motivos estão relacionados às situações de violência, abuso sexual, discriminação e risco social, sinalizando circunstâncias mais graves e que demandam ação imediata do poder público com vistas ao seu enfrentamento e superação, considerando que, nesses casos, há indícios de riscos iminentes à integridade física e psicológica do estudante com refle-

xos em sua trajetória escolar. Na Lista de Motivos foram identificados 13 “submotivos” que são registrados pela escola relacionados a essas situações.

Os dados que representam as trajetórias escolares de crianças e adolescentes beneficiários(as) do PBF configuram importantes diagnósticos socioeducacionais territorializados, e o entendimento dessas informações, assim como de indicadores de alerta e risco, é essencial para a construção de estratégias intersetoriais visando assegurar o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na idade adequada.

A Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades baseia-se em três dimensões articuladas visando a estruturação da equidade nos contextos escolares e nas políticas educacionais: 1) a articulação de redes intersetoriais e formação continuada; 2) a interface com políticas, projetos e ações; e 3) o acompanhamento das trajetórias escolares. A Iniciativa é endereçada a profissionais da educação, gestores de sistemas e redes de ensino, gestores de políticas sociais, pesquisadores, dirigentes federais, estaduais e municipais, profissionais da área da assistência social e da saúde que integram a rede de proteção à infância e adolescência, dentre outros.

Plano de Trabalho (PTA)

Estabelecida a associação entre SECADI/MEC e Lantec/UFSC para a realização da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades, determinou-se, no Projeto de Trabalho (PTA), a previsão para o desenvolvimento do projeto no período de março de 2017 a dezembro de 2018, cumprida sem necessidade de prorrogação. No PTA apresenta-se:

- **Objetivo geral**- favorecer o progresso do pensamento, debate e enfrentamento dos aspectos centrais (repetência, abandono e evasão) que têm obstaculizado o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na idade adequada de crianças e adolescentes em situação de pobreza e extrema pobreza. Tem como objetivo o desenvolvimento de materiais pedagógicos de caráter digital que serão oferecidos em uma plataforma intitulada “Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidade”, a qual contemplará os três eixos orientadores do projeto: (1) formação continuada; (2) dados e informações; e (3) interface com políticas, projetos e ações.

- **Objetivos específicos** - (1) produzir materiais pedagógicos visando socializar os dados da trajetória escolar, problematizando as questões originadas por esses dados; (2) instrumentalizar, com informação sistematizada e conteúdos formativos, os educadores para um acompanhamento da trajetória escolar cuidadoso com as crianças e

jovens em situação de pobreza; (3) fornecer leitura de base de dados customizáveis, articuladas a conteúdos formativos, às diferentes realidades brasileiras, visando subsidiar a tomada de decisão para gestores públicos, envolvidos com a temática; (4) disponibilizar dados para atendimento da política de Transparência Ativa – ponto da Lei n.º 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI); (5) facilitar o acesso às informações educacionais ao público em geral, reduzindo o custo com a prestação de informações e evitando o acúmulo de pedidos de acesso sobre os temas; (6) contribuir para desenvolvimento de estudos e pesquisas na área da Educação, Diversidade e Inclusão, por meio da disponibilização de dados e informações; e (7) sensibilizar o público em geral para as temáticas de Educação, dos Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão.

- Produtos esperados - Serão disponibilizados em plataforma digital materiais pedagógicos de formação continuada os quais abordam temáticas referentes à esfera da Educação, Diversidade e Inclusão.
- Meta física - Produção de conteúdos de formação ordenados em aplicação web apoiada em três eixos centrais: (1) formação, buscando dar subsídios para a confrontação da pobreza; (2) acesso qualificado aos dados das trajetórias escolares de estudantes em situação de pobreza e extrema pobreza no país; e (3) visualidade e compartilhamento das ações entre os parceiros que atuam na proposição e desenvolvimento de políticas nessa área.
- Justificativa do projeto - As ações da SECADI/MEC têm como objetivo principal a garantia do direito universal à educação e à democratização das oportunidades educacionais. Busca a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais, a promoção da educação inclusiva, da sustentabilidade socioambiental e a valorização da diversidade e das diferenças.

Com base em pesquisas realizadas no Brasil, nota-se que as filhas e filhos das famílias que representam as camadas mais pobres da população brasileira (populações que compreendem as mesmas incluídas nas políticas de inclusão da SECADI/MEC e, mais especificamente, aquelas beneficiárias do PBF), na faixa etária de 6 a 17 anos, enfrentam diversas dificuldades para permanecer no ensino e, ainda, boa parte está fora da escola ou em risco de exclusão escolar (abandono ou evasão escolar).

O País tem tido dificuldades para reverter o quadro desigual do ensino, atravessado pela invisibilidade da pobreza, que está reproduzindo-se cíclica, persistente e hereditariamente. Este cenário de desconhecimento quanto às condições de vida experimentadas pelas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza pode ser

alterado pelo poder público, atualmente munido das informações e dados que têm sido produzidos e que representam significativos diagnósticos socioeducacionais e territorializados para a busca de soluções no enfrentamento de fenômenos educacionais como a repetência, o abandono e a evasão escolar.

Com o intuito de favorecer o progresso do pensamento, debate e enfrentamento dos aspectos centrais (repetência, abandono e evasão) que têm obstaculizado o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na idade adequada de crianças e adolescentes em situação de pobreza e extrema pobreza, intenta-se a formulação e instauração da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidade.

A Iniciativa é endereçada a profissionais da educação, gestores de sistemas e redes de ensino, gestores de políticas sociais, pesquisadores, dirigentes federais, estaduais e municipais, profissionais da área da assistência social e da saúde que integram a rede de proteção à infância e adolescência e aqueles envolvidos com políticas sociais. Tem como centralidade promover a garantia do acesso, permanência e progressão nos estudos de adolescentes e crianças em situação de pobreza, com a intenção de concluir na idade adequada o Ensino Fundamental e Médio.

O projeto ordena-se ao redor de três eixos orientadores articulados entre si: (1) integração de informações e dados; (2) formação continuada; e (3) interface com políticas, projetos e ações. A formação continuada é aplicada como plano primordial para a mobilização e a sensibilização. A integração de informações e dados funciona como eixo gerador de estudos e debates na direção de estabelecer articulações institucionais com projetos, ações e programas.

Para tanto, a proposta é facilitar o acesso aos elementos educacionais constituídos a partir de conteúdos de bases de dados oficiais do governo federal. Dados e informações socioeducacionais de diversos sistemas serão conjugados, como o Censo Escolar, o Cadastro Único e o Sistema Presença (sistema de acompanhamento da frequência escolar do Programa Bolsa Família). Com isso, a construção da Plataforma Trajetórias Escolares pretende oferecer uma plataforma de integração de informações, dados e formação, de modo a proporcionar benefícios para a comunicação entre distintos setores do Ministério da Educação e favorecer o debate e a atenção para as trajetórias escolares de crianças e adolescentes em situação de pobreza e extrema pobreza.

- Público Alvo - Profissionais da educação, gestores de sistemas e redes de ensino, gestores de políticas sociais, pesquisadores, dirigentes federais, estaduais e municipais, profissionais da área da assistência social e da saúde que integram a rede de proteção à infância e adolescência, dentre outros.



Conceitos e Documentos Norteadores

Parte do trabalho de gestar um projeto em desenvolvimento tão grande como a construção da Plataforma Trajetórias envolve a preocupação em articular vários profissionais espalhados pelo país, os quais, muitas vezes, encontram dificuldades em realizar encontros presenciais e manter uma determinada padronização do conteúdo produzido. Essa padronização é importante pois confere ao conjunto da obra uma identidade, que torna mais palatável e atraente o acesso e a permanência do aprendente nos diferentes campos da Plataforma.

Para isso, foram desenvolvidos documentos norteadores que servem como base e guia para a produção de conteúdo e do espaço da Plataforma em si, além de conceitos que servem como bases políticas e pedagógicas para o processo de construção. Nesta seção, abordaremos esses conceitos, como o de Auto Formação e o de Falas Significativas, além dos documentos produzidos para construir um projeto de identidade da Plataforma, como o Guia de Produção de Conteúdo e o Manual de Identidade Visual.

Autoformação e Trilhas Formativas

O conceito de “autoformação” se baseia em três práticas formativas: 1) quando o sujeito da aprendizagem passa a controlar o seu processo de formação; 2) quando o aprendente processa a informação, resolve problemas e toma decisões sobre sua aprendizagem; e 3) quando o sujeito tem a responsabilidade pelo próprio percurso de formação. Nesse projeto, a perspectiva autoformativa assume algumas características práticas, como pela disponibilidade e acessibilidade desse acervo em nossa plataforma, de forma que o usuário possa se utilizar dele como e quando lhe for mais conveniente; pela disponibilidade de informações complementares espalhadas pelos módulos, objetivas e instigantes; e a independência entre os módulos, já que por mais que sejam partes de um conjunto maior, foram pensados para serem, ao mesmo tempo, independentes e complementares entre si, dependendo da intensidade do uso que o usuário tem dos materiais.

Diante dessas práticas, delineiam-se os processos autoformativos, podendo ser elencados da seguinte forma: a) o processo de aprendizagem autodirigida não é linear; b) o desenvolvimento do projeto de aprendizagem é dependente das circunstâncias do contexto; c) cada projeto de aprendizagem tem um percurso e uma história singulares; d) o processo

de aprendizagem é marcado por oscilações devido a acontecimentos inesperados (problemas de saúde, mudanças no trabalho, relacionamento familiar, falta de tempo) que podem modificar ou encerrar a autoformação (CERNY; QUARTIEIRO, 2016).

Foi no intuito de tornar a autoformação uma marca da Plataforma Trajetórias que se desenvolveu o conceito das Trilhas Formativas. Essas trilhas são percursos pré-definidos que buscam formar a perspectiva do aprendente sobre os indicadores de alerta e risco, abordados anteriormente. As trilhas são formadas por três ou quatro módulos de temáticas diferentes, selecionados através de um cruzamento de dados dos motivos de cada módulo; esse cruzamento nos permitiu agrupar módulos com maior afinidade em relação a determinado indicador formando assim as trilhas.

Tem-se, então, no total quatro trilhas. São elas:

■ VIOLAÇÃO DE DIREITOS E RISCO SOCIAL

O desafio de garantir direitos e de reduzir riscos em espaços de vulnerabilidade social. Módulos que formam a trilha: “Prevenção ao uso de drogas em território educativo”, “Trabalho infantil” e “Trajetórias de crianças, adolescentes e jovens com deficiência e dificuldades de acesso à educação escolar”.



Figura 1 – Banner da trilha violação de direitos
Fonte: LANTEC – UFSC (2018).

■ PROPENSÃO AO ABANDONO

Busca de estratégias para evitar o abandono escolar a partir da identificação da propensão ao abandono. Módulos que formam a trilha: “Saberes, práticas pedagógicas e currículos”, “Atenção integral à saúde de crianças e adolescentes em situação de pobreza” e “Educação escolar, comunidade e territórios educativos”



Figura 2 – Banner da trilha propensão ao abandono
Fonte: LANTEC – UFSC (2018).

■ **ABANDONO ESCOLAR**

os desafios do acesso e da permanência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica às escolas. Módulos que formam a trilha: “Sujeitos, diversidades e direitos”, “Educação e diversidades: experiências exitosas”, “Prevenção ao uso de drogas em território educativo” e “Saberes, práticas pedagógicas e currículos”.



Figura 3 – Banner da trilha abandono escolar
Fonte: LANTEC – UFSC (2018).

● **AUSÊNCIA DE VÍNCULO ESCOLAR**

Desafios da Educação no acompanhamento de crianças e adolescentes sem vínculo escolar. Módulos que formam a trilha: “Trajetórias de crianças, adolescentes e jovens com deficiência e dificuldades de acesso à educação escolar”, “Educação escolar, comunidade e territórios educativos” e “Prevenção ao uso de drogas em território educativo”.



Figura 4 – Banner da trilha sem vínculo
Fonte: LANTEC – UFSC (2018).

Ainda na perspectiva autoformativa, essas trilhas pré-definidas são sugestões de percursos que podem ser trilhados pelos aprendentes, mas também são uma fonte de inspiração para que eles, a partir das leituras dos módulos, possam criar suas próprias trilhas formativas.

Pesquisa com Falas Significativas

Os materiais pedagógicos da Plataforma Trajetórias buscam problematizar não apenas as situações concretas de problemas de frequência escolar de alunos em situação de pobreza, mas, sobretudo, as visões acerca desses fenômenos. Para alcançar os nossos objetivos, adotamos estratégias de contextualização e trabalho com falas significativas, que se mostraram relevantes com as análises dos resultados da pesquisa. Ao mesmo tempo em que estas aproximam o leitor da problemática, buscam distanciá-lo de pré-conceitos.

O que torna essas falas significativas é a identificação de lógicas recorrentes e estilos de pensamento que representem considerações sobre ser e estar no mundo contemporâneo. Nossa proposta era buscar essas falas na seção de comentários de notícias de grandes periódicos em suas versões on-line, tal como os portais G1 e R7, e também em suas páginas do Facebook. A escolha desses sites se justifica pela abrangência e popularidade que ambos possuem, o que se reflete num volume maior de comentários.

Essas notícias foram escolhidas pelo fato de o conteúdo tratar publicamente alguma das temáticas presentes nos módulos, o que passamos a chamar de situações problematizadoras. Para atingir o objetivo proposto, a coleta dessas falas se baseou na busca em descritores desses sites de palavras-chave referentes aos motivos de baixa frequência de crianças e adolescentes como, por exemplo, “situação de rua” (Motivo código 52), “violência doméstica” (Motivo Código 71), “envolvimento com drogas” (Motivo código 70), “abuso sexual” (Motivo Código 63) etc.

A etapa de pesquisa de falas significativas tinha o objetivo de contribuir com a identificação das demandas formativas e ajustar o foco do material, dialogando com os principais motivos de baixa frequência de crianças e adolescentes do PBF. Com isso, intencionávamos identificar as explicações dadas a essas situações problematizadoras (tema das notícias) e, a partir disso, os limites explicativos que se constroem e são reproduzidos por essas falas. Devemos, portanto, entender que a análise dos discursos que surgem frente às “situações problematizadoras” nos possibilita identificar no conjunto de comentários essas “falas significativas”, condensadoras de interpretações hegemônicas. Os principais resultados dessa pesquisa foram compartilhados com os conteudistas na etapa de elaboração dos pré-roteiros dos materiais.

Guia de Produção de Conteúdo

O Guia de Produção de Conteúdo foi um dos documentos produzidos durante o processo de construção da Plataforma Trajetórias. Esse docu-

mento tinha como principal objetivo auxiliar nossas colaboradoras e colaboradores durante o processo de produção de conteúdo para os módulos. Ele é formado por duas partes: na segunda encontra-se o Guia em sua plenitude, explorando os aspectos políticos e pedagógicos do projeto, além de questões mais básicas, enquanto a primeira parte é formada por um guia de acesso rápido, no qual o leitor pode buscar questões pontuais de forma mais prática. A primeira parte é chamada de Guia Rápido de Acesso e a segunda de Guia de Produção. Esse material foi desenvolvido pela equipe de Design Educacional e serviu como base para a produção dos primeiros textos que deram origem aos módulos.

Como o Guia Rápido de Acesso é apenas um resumo do Guia de Produção, será dada atenção a esse último. O documento é formado, basicamente, por três seções divididas em subcapítulos, são elas: (1) uma introdução, contendo uma apresentação do projeto e do Programa Bolsa Família, como um pano de fundo de toda a iniciativa, e a contextualização da Educação em localidades marcadas pela pobreza e pela extrema pobreza no Brasil nos últimos anos; (2) uma seção sobre a organização pedagógica do trabalho, incluindo a apresentação de três características fundamentais dos materiais, que são (a) o caráter auto-formativo, (b) as trilhas formativas e (c) as falas significativas; (3) por fim, tem-se uma última seção contendo a apresentação das temáticas e das subtemáticas a serem abordadas pelos materiais, sobre o público alvo, o fluxo de trabalho e o que se espera do produto final.

Aqui foi abordada apenas a última parte do documento, já que o conteúdo abordado nas outras duas primeiras seções é explorado em outras partes deste relatório. O foco dessa parte é sobre a dinâmica e a articulação entre os colaboradores, que são especialistas responsáveis pela produção do conteúdo textual dos materiais pedagógicos, e a equipe de Design Educacional.

Tendo em vista que o objetivo dos colaboradores e dos Designers Educacionais (DEs) era ter o produto final aprovado pela SECADI/MEC, foram previstas quatro reuniões entre essas pessoas. Pelo fato de esses profissionais estarem em localidades diferentes, era necessário realizar esses encontros através de chamadas de vídeo e edição colaborativa. Em cada uma dessas reuniões era previsto que se alcançasse um dos objetivos específicos.

Nesse sentido, na primeira reunião, o principal objetivo seria de elaborar coletivamente “projetos fundamentais”, adequando a proposta inicial de cada conteudista. Na segunda reunião buscaria-se aprovar, entre os colaboradores e DEs, os pré-roteiros, que resultaram do debate e construção coletivos sobre os projetos originados na etapa anterior. Na terceira reunião buscaria-se aprovar os pré-roteiros, anteriormente aprovados internamente pela equipe, junto à SECADI/MEC. Na quarta

e última reunião, tendo alcançado os objetivos anteriores, buscaria-se aprovar os “textos-base”, que são o corpo final dos textos que constituiriam parte desses módulos. Pode-se entender um pouco mais sobre essa dinâmica na figura abaixo:

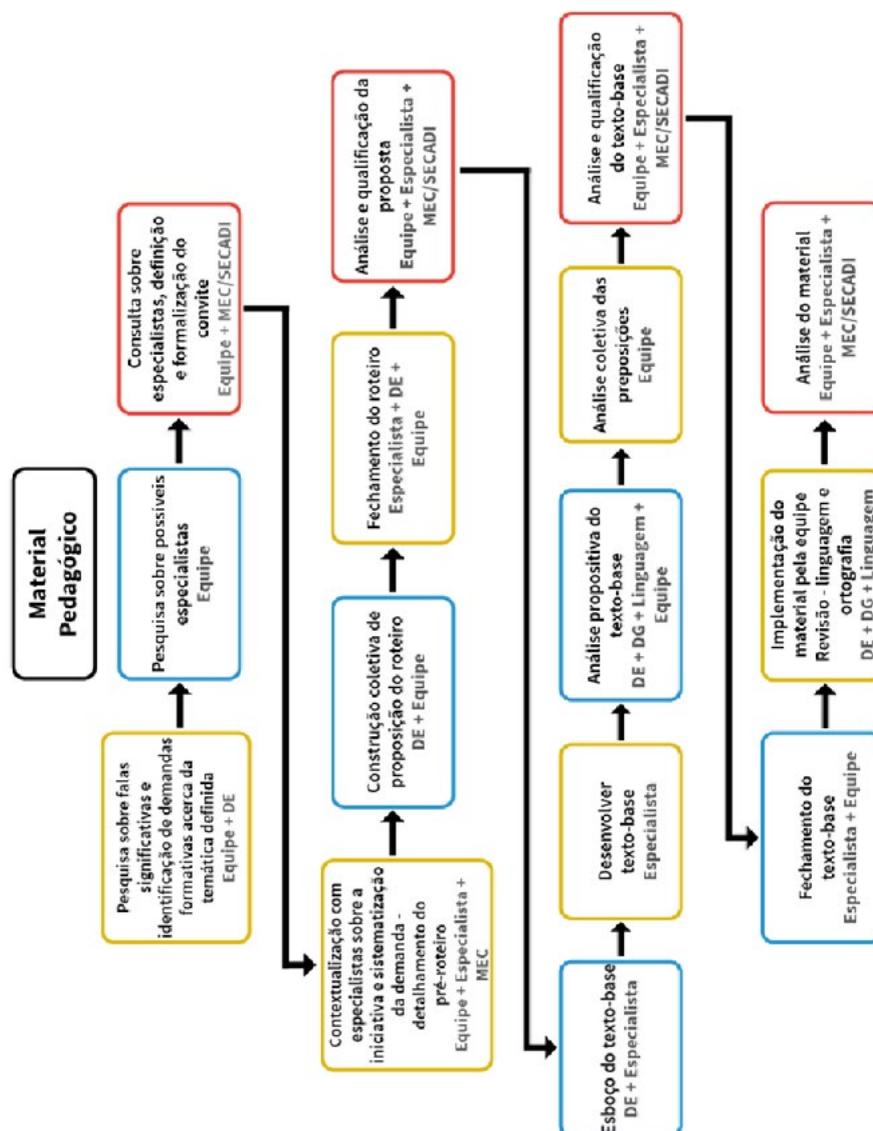


Figura 5 – Fluxograma material pedagógico

Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

Ao ser testado, esse planejamento se mostrou insuficiente dentro da proposta de construção coletiva dos materiais. Isso porque, além das reuniões previstas, foram necessários mais encontros, sobretudo através de Skype, e constante trabalho coletivo no Google Docs, que permitiram maior flexibilidade no tempo dedicado ao trabalho. Contudo, os objetivos do planejamento do Guia de Produção, que deveriam ser alcançados em momentos específicos, foram mantidos. Percebeu-se

que grande parte do tempo foi dedicado à alcançar o último objetivo explicitado, que era a aprovação dos textos-base.

Além disso, na trajetória percorrida em busca dos produtos finais, foram envolvidos membros de outras equipes do Lantec/UFSC, como designers gráficos, revisores textuais, ilustradores e membros do MEC externos à SECADI, que ficaram responsáveis por analisar os materiais de temáticas específicas, sobretudo os das temáticas “Saúde e Atenção Integral” e “Violação de Direitos”. O Guia de Produção de Conteúdo está disponível no Apêndice A.

Manual de Identidade Visual

Em junho de 2017, a equipe do Lantec/UFSC, junto à SECADI/MEC, definiram dez palavras-chaves para expressar as principais concepções da Iniciativa Trajetórias. As escolhidas foram: trajetórias escolares; desigualdades; diversidades; contextualização; dados; visibilidade; direitos; educação; crianças e adolescentes; enfrentamento. Além dessas, foram incluídas posteriormente as seguintes palavras para exemplificar conceitos norteadores para o desenvolvimento da identidade visual: movimento; caminho; estudantes; e escola.

O símbolo criado para a Iniciativa Trajetórias utiliza o conceito e as formas da amarelinha, uma brincadeira popular comum entre crianças e adolescentes nos ambientes escolares em todo Brasil. Além disso, a amarelinha representa a trajetória do ser humano ao longo da vida e, nessa Iniciativa, é relacionada especificamente às trajetórias escolares de crianças e adolescentes em situação de pobreza e vulnerabilidade social, repletas de desafios a serem superados.

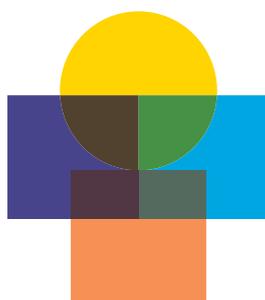


Figura 6 – Símbolo da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

Escolheu-se a Futura, uma tipografia sem serifa geométrica, para harmonizar com as formas, também geométricas, do símbolo. Apesar da geometria ser questionada como algo “duro” e “seco”, na Futura ela é apenas um elemento de inspiração, uma vez que ela não é totalmente geométrica — através de compensações ópticas, ela apenas aparenta ser; o que dá um ar mais amigável a ela. Características específicas, como o fato do “j” minúsculo ser extremamente simples, dão um quê singelo no logotipo, fazendo relação também com as crianças e adolescentes.

Como a Futura é uma tipografia paga, ou gratuita apenas em sistemas operacionais Mac OS X, houve a necessidade de escolher uma tipografia gratuita e de uso livre para a plataforma e conteúdos textuais do programa de identidade visual. A Source Sans Pro foi a escolha mais adequada, pois possui bom desempenho de legibilidade e também de economia — graças às suas aberturas mais amplas e ao seu desenho. Outro fato é a variada gama de pesos, indo do Ultra Light ao Black, possibilitando uma versatilidade maior nas aplicações tipográficas. O Manual de Identidade Visual está disponível no Apêndice B.

Source Sans Pro

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

Figura 7 – Tipografia da Iniciativa Trajetórias Escolares,
Desigualdades e Diversidades
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).



Dimensão da gestão

Baseando-se na proposta de gestão colaborativa, que pretende estar atrelada à decisão colegiada e à participação conjunta, o trabalho realizado no Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) segue uma estrutura padrão, composta de equipes específicas e modos de funcionamento.

Apesar de não existir uma fórmula pronta para a execução dos projetos de produção de materiais didáticos para ensino a distância executados pelo Lantec, no caso específico do projeto de criação e produção da Plataforma Trajetórias, Desigualdades e Diversidades, a experiência se mostrou interessante em termos de gestão compartilhada, uma vez que a dimensão relativamente pequena do projeto facilitou o diálogo e a colaboração.

Nas diferentes áreas que compõem a equipe de Criação e Desenvolvimento, há um supervisor para dar suporte aos colaboradores. Tal colocação não se caracteriza por ser um lugar hierárquico, antes é responsável por organizar as atividades, nortear reuniões, possíveis encaminhamentos, porém sendo as decisões tomadas coletivamente. Além disso, foi proveitosa a utilização da plataforma Trello na estruturação das tarefas, processos, fluxos e aprovações relativas ao projeto.

Fundamentalmente, a evolução do projeto revelou grande autonomia da equipe de Criação e Desenvolvimento, protagonista do processo. São sintetizadas a seguir as funções de cada uma das partes dessa equipe, que também são detalhadas adiante nas subseções.

A equipe de Design Educacional

A equipe de Design Educacional (DE) era formada por quatro membros permanentes e dois temporários, alunos de graduação e pós-graduação das áreas de Ciências Sociais, História, Psicologia e Pedagogia. Entre os membros, dois ocupavam cargos de supervisores. A equipe de DE iniciou seu trabalho com a produção conjunta do Guia de Produção de Conteúdo, já explorado neste documento. Trata-se de um documento norteador direcionado aos conteudistas e aos próprios DEs, que visa padronizar o modelo de produção no qual os materiais didáticos estavam inseridos dentro de um contexto maior de construção da Plataforma Trajetórias. O objetivo desse processo era incluir esse material ao conceito de identidade geral da Iniciativa Trajetórias.

Eram realizadas reuniões semanais às segundas-feiras pela manhã. Inicialmente, essas reuniões eram formadas apenas por DEs, mas, com o tempo, surgiu a necessidade de incluir outras equipes que estavam

inseridas no processo de construção dos módulos, como a equipe de revisão textual e hipermídia. Buscou-se ter sempre presente pelo menos um membro das outras equipes, representando o restante dos integrantes. Esses momentos eram usados para trabalhar ideias e problemas coletivamente; um trabalho que possibilitou aos participantes ultrapassar unicamente o papel de membros de equipes e inserirem-se em grandes debates sociais como agentes ativos da sociedade e observadores críticos.

Parte do trabalho do DE é o de trabalho conjunto com o conteudistas; embora fossem responsáveis por fazer todo tipo de sugestão de modificação que quisessem, a última palavra era sempre dos conteudistas. O Google Docs foi, sem sombra de dúvidas, a ferramenta mais usada nessa dinâmica. Além dela, o Skype foi muito usado para realizar reunião a distância, como já foi dito na seção sobre o Guia de Produção. Essas sugestões e modificações às vezes incluíam membros de outras equipes envolvidas nesse processo, como a equipe de Ilustração, que fazia parte da Hipermídia. Essa parceria necessitava da elaboração conjunta entre o designer educacional, o ilustrador e, além da aprovação por toda a equipe nas reuniões semanais, era necessário também a concordância dos conteudistas para cada proposta de ilustração. Além das ilustrações, foram usados outros recursos visuais ao longo do trabalho, como vídeos editados, criação de gráficos, infográficos e muito mais. Esses recursos podem ser visitados nos materiais.

A equipe trabalhou muito com criação de recursos visuais próprios, porém, às vezes, foi necessário usar materiais que já estavam prontos e disponíveis na rede. A maioria deles foi editado e, mesmo os que não foram, passaram por uma etapa anterior de solicitação do uso da imagem, respeitando a posse dos direitos autorais para o dono do recurso (seja imagem, foto, vídeo, quadrinhos etc). Na maioria das vezes, a autorização foi obtida; em poucos casos não foi permitida e, em outros, foi solicitado um contrato mediante pagamento para a utilização do respectivo recurso. Por determinações anteriores, não foi trabalhado com esse tipo de vínculo na produção de materiais.

Eram realizadas reuniões semanais às segundas-feiras pela manhã. Inicialmente, essas reuniões eram formadas apenas por DEs, mas, com o tempo, surgiu a necessidade de incluir outras equipes que estavam inseridas no processo de construção dos módulos, como a equipe de revisão textual e hipermídia. Buscou-se ter sempre presente pelo menos um membro das outras equipes, representando o restante dos integrantes. Esses momentos eram usados para trabalhar ideias e problemas coletivamente; um trabalho que possibilitou aos participantes ultrapassar unicamente o papel de membros de equipes e inserirem-se em grandes debates sociais como agentes ativos da sociedade e observadores críticos.

Parte do trabalho do DE é o de trabalho conjunto com o conteudistas; embora fossem responsáveis por fazer todo tipo de sugestão de modificação que quisessem, a última palavra era sempre dos conteudistas. O Google Docs foi, sem sombra de dúvidas, a ferramenta mais usada nessa dinâmica. Além dela, o Skype foi muito usado para realizar reunião a distância, como já foi dito na seção sobre o Guia de Produção. Essas sugestões e modificações às vezes incluíam membros de outras equipes envolvidas nesse processo, como a equipe de Ilustração, que fazia parte da HiperMídia. Essa parceria necessitava da elaboração conjunta entre o designer educacional, o ilustrador e, além da aprovação por toda a equipe nas reuniões semanais, era necessário também a concordância dos conteudistas para cada proposta de ilustração. Além das ilustrações, foram usados outros recursos visuais ao longo do trabalho, como vídeos editados, criação de gráficos, infográficos e muito mais. Esses recursos podem ser visitados nos materiais.

A equipe trabalhou muito com criação de recursos visuais próprios, porém, às vezes, foi necessário usar materiais que já estavam prontos e disponíveis na rede. A maioria deles foi editado e, mesmo os que não foram, passaram por uma etapa anterior de solicitação do uso da imagem, respeitando a posse dos direitos autorais para o dono do recurso (seja imagem, foto, vídeo, quadrinhos etc). Na maioria das vezes, a autorização foi obtida; em poucos casos não foi permitida e, em outros, foi solicitado um contrato mediante pagamento para a utilização do respectivo recurso. Por determinações anteriores, não foi trabalhado com esse tipo de vínculo na produção de materiais.

A equipe de HiperMídia

A equipe de hiperMídia, destinada a compor todo o recurso hiperMidiático da Plataforma, é composta por três segmentos de equipe: de Design Gráfico (DG), de Vídeo e Ilustração e o de Programação. A seguir, portanto, descreveremos cada segmento que compõe esta equipe.

Design Gráfico:

A equipe de Design Gráfico foi integrada, inicialmente, por três designers, graduandos e pós-graduandos, que ficaram responsáveis por compreender os “porquês” e “comos” da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades, para então materializá-los em uma identidade visual.

Finalizado o processo de construção e aprovação da identidade visual, foi iniciada a etapa de desenvolvimento da interface da plataforma. Para isso, foi usado um software para desenvolvimento colaborativo de interfaces, denominado Figma. O processo de construção da interface foi dividido nas seguintes etapas: guia de estilo, wireframes, desenvol-

vimento, prototipação e teste de usabilidade. Além disso, o processo projetual se deu em ciclos iterativos, ou seja, de maneira não linear, bem como cada etapa foi ancorada em reuniões da equipe para aprovação dos resultados. Abaixo, estão apresentadas as especificações de cada etapa.

- Guia de estilo: a fim de manter a consistência dos padrões definidos para a interface e facilitar o trabalho e a comunicação entre as equipes, o guia de estilo prevê todas as especificidades gráficas da plataforma, como a hierarquia tipográfica, as cores, a espacialidade, os formatos e demais definições.
- Wireframes: foi utilizado no início da criação das telas, no qual as estruturas, relações de elementos gráficos e sentidos de navegação das páginas foram sugeridas.
- Prototipação: essa etapa é referente à criação da interface, tendo em vista o produto final que se desejava alcançar. Ela foi dividida em duas fases. Na primeira, a arquitetura foi construída tela a tela, prevendo todas as interações e conteúdos presentes na página. Para isso, foi usado o Software Figma, anteriormente citado. Na segunda fase, foi usado o Software Marvel, que permitiu simular, por meio de links, as funcionalidades e interações presentes em cada tela. Essa simulação permitiu uma comunicação mais fluída e assertiva entre as equipes de design e programação, e, dessa maneira, contribuiu para a implementação correta do que foi projetado.
- Teste de usabilidade: consistiu em um teste realizado com representantes do público-alvo, no qual os participantes foram observados utilizando a plataforma. A técnica permitiu que o observador (geralmente designers comprometidos com o desenvolvimento da interface) avaliasse a qualidade da interface, identificando as dificuldades de usabilidade e compreensão do usuário. Durante o projeto, foi priorizada a realização de testes presenciais, seja no contexto de uso cotidiano do usuário, ou nas dependências do Lantec. Entretanto, devido a inviabilidade logística de alguns casos, o teste também foi realizado de modo remoto, usando o Software Camtasia, que permite a gravação da tela do computador.

Assim, o desenvolvimento do layout da interface da plataforma foi realizado nos softwares Figma e Marvel. O processo se estendeu por toda a duração do projeto, prezando sempre pelos princípios da usabilidade, ou seja, buscando compor layouts visualmente limpos, intuitivos e acessíveis.

Primeiramente, desenvolveu-se as telas referentes ao eixo dos Dados. Essas telas possuíam um número elevado de dados para se compreender a informação; por isso, foi um desafio para a equipe organizar o layout de maneira hierárquica e intuitiva, a fim de garantir que a informação fosse relevante e clara para o usuário. Devido ao prazo, as primeiras telas foram desenvolvidas internamente, a partir de reuniões de criação entre as equipes, principalmente com os designers, e, após o desenvolvimento de alguns protótipos, foi possível conversar com o público-alvo. Assim, diversas mudanças ocorreram desde o primeiro protótipo.

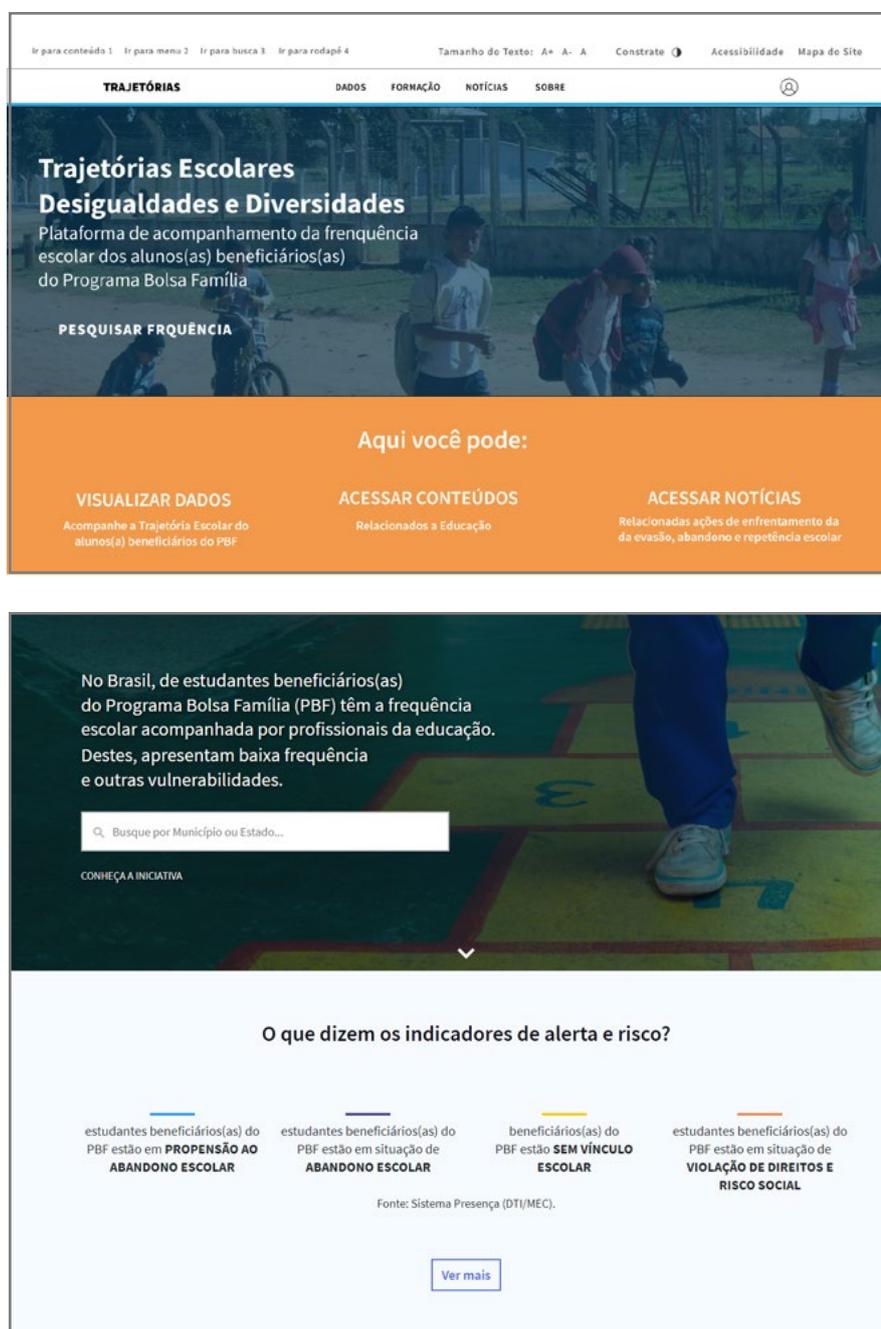


Figura 8 – Evolução da página home
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

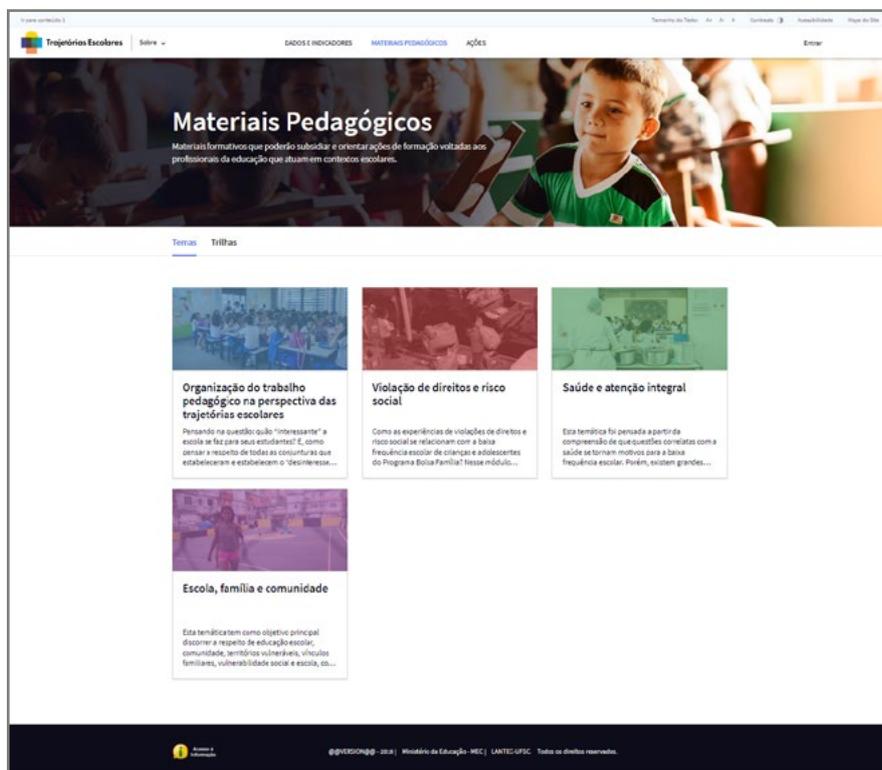
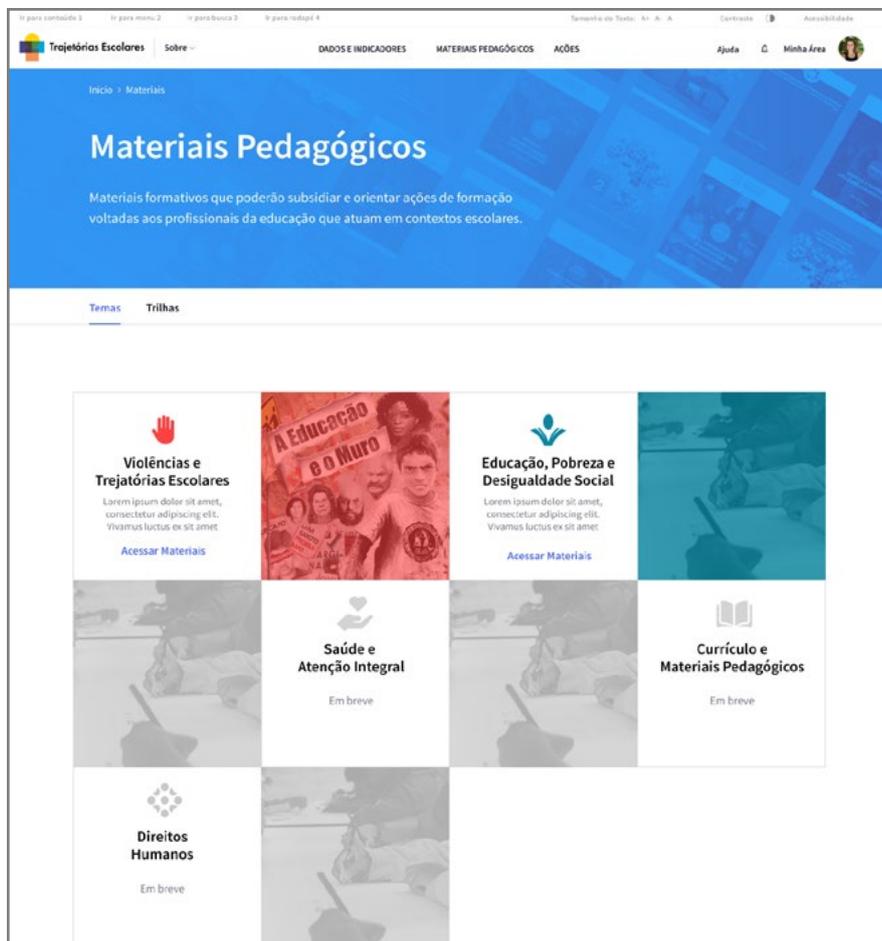


Figura 9 – Evolução da página dos materiais pedagógicos
 Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

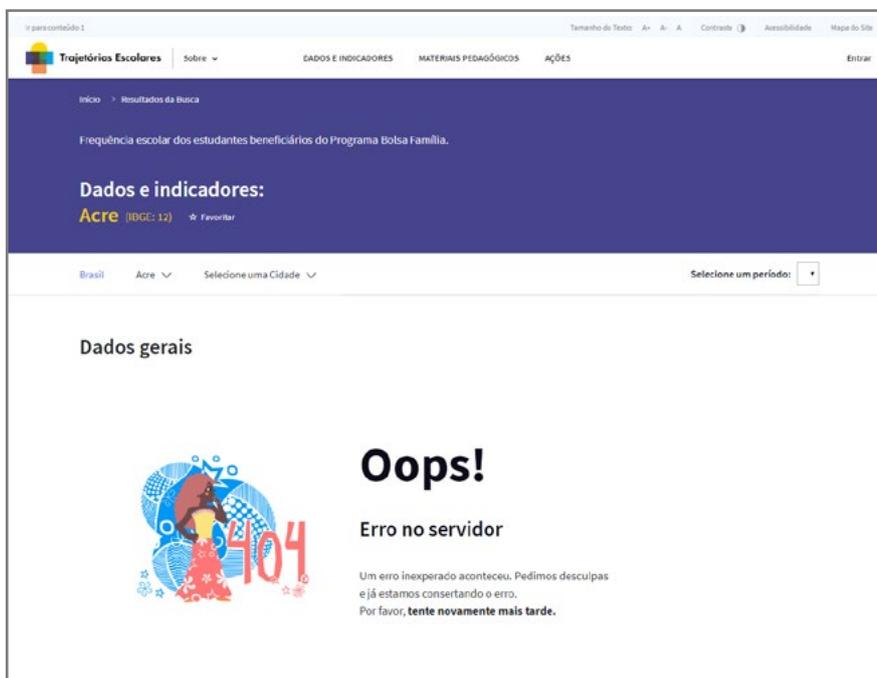
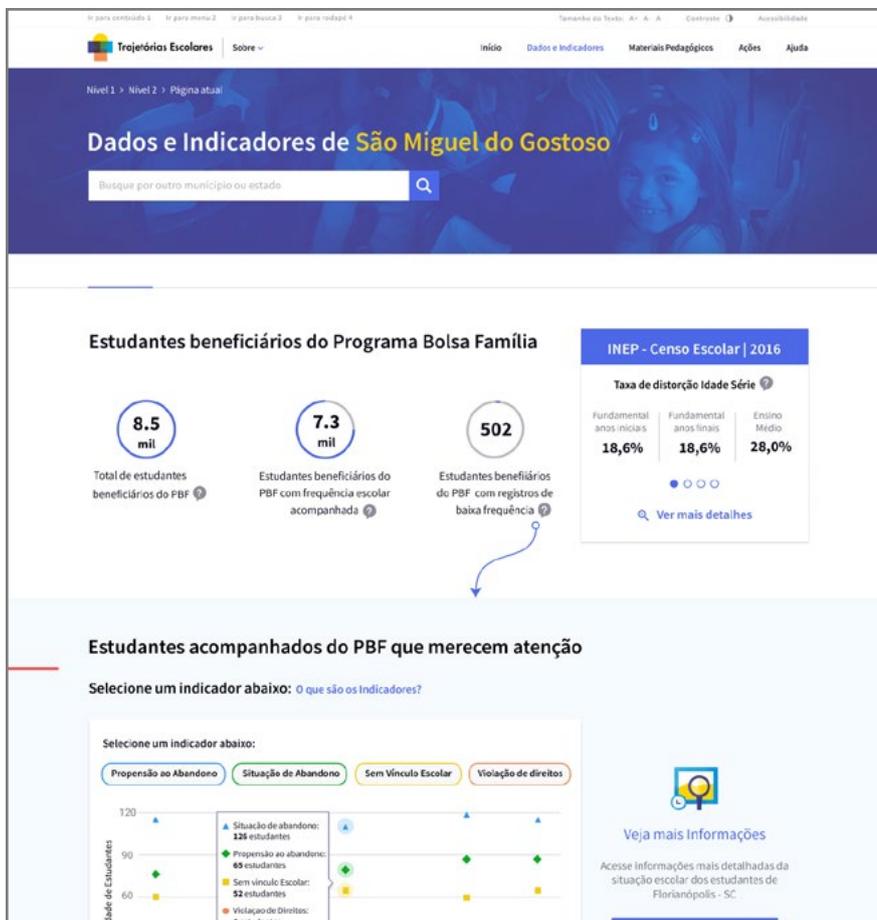


Figura 10 – Evolução da página de dados
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

As telas do eixo de Ações foram previstas para se assemelhar às páginas de notícia, uma vez que o intuito deste eixo era noticiar as ações aplicadas nas escolas. Sendo assim, o layout foi construído com uma estrutura tipográfica consistente para possibilitar uma leitura fluída.

As telas relativas ao eixo dos Materiais Pedagógicos começaram com o desafio de criar um novo guia de estilo. Esse novo guia priorizou a definição de uma paleta de cores relacionada aos temas. Assim, foi definido que ela deveria ser diferente das cores dos indicadores de alerta e risco, presentes na plataforma, para não gerar confusão visual ao usuário. Além disso, os materiais tinham como propósito serem utilizados de diversas formas e em diferentes contextos de autoformação, não estando apenas vinculado ao contexto da Plataforma Trajetórias Escolares.

Dessa maneira, foram escolhidas quatro cores de acordo com cada tema, utilizando como base o livro *Psicologia das Cores*, da autora Eva Heller (2012). Além disso, foi utilizado um nível de saturação menor para harmonizar as cores com aquelas já presentes na plataforma. Os materiais, embora possuam elementos diferentes, foram pensados para manter uma unidade visual com a plataforma Trajetórias Escolares, bem como seu layout foi planejado pensando na usabilidade, utilizando, assim, os princípios da Gestalt (proximidade, alinhamento, repetição e contraste).

Para a implementação, foi utilizado a ferramenta SGMD (Sistema de Gerenciamento de Mídias Digitais), a qual permitiu a diagramação do conteúdo e também ajustes de revisão. Na implementação, foram criados materiais de apoio, como infográficos, imagens e fluxogramas, que seguiram o padrão proposto no guia de estilo, buscando padronizar as figuras de acordo com a identidade visual da plataforma. A partir da leitura dos textos base e seguindo a paleta de cores e estilos tipográficos definidos, foram criadas peças gráficas para simplificar e garantir o entendimento de informações relevantes nos textos, além de tornar a leitura mais dinâmica e interessante.

Além disso, a aba “Sobre” da plataforma engloba telas com a explicação da Iniciativa, a definição dos indicadores, a explanação do que se trata a plataforma, um pouco sobre o que é o PBF na educação, bem como os encaminhamentos.

Considerando que os motivos que levam as crianças e os adolescentes a não obter a frequência escolar mínima exigida possuem uma natureza socioeconômica, foi percebida a necessidade de elaborar fluxos de encaminhamentos que possam colaborar para ações de intervenção sobre as realidades concretas das famílias beneficiárias do Bolsa Família. Nesse sentido, a equipe de design, em parceria com a SECADI/MEC, organizou os possíveis encaminhamentos para motivos em um

fluxo fundamentado em quatro verbos: identificar, conhecer, encaminhar e acompanhar.

Até a definição final do fluxo, houve diversas reuniões entre a equipe e a SECADI/MEC para a compreensão dos encaminhamentos, bem como entrevistas com alguns gestores do PBF que estavam

contribuindo com a equipe de design, para compreender a necessidade da organização dessas informações. Assim, para a definição do layout dos encaminhamentos, foi utilizada a paleta cromática referente aos motivos de baixa frequência, seguindo, também, as definições do guia de estilo da plataforma. Para a implementação, foi utilizando o SGMD, de maneira similar aos materiais pedagógicos.

Ademais, também foi planejada a área administrativa da plataforma. Ao contrário de todas as funções mencionadas anteriormente, a área administrativa é exibida apenas para um login específico, o qual tem a permissão para adicionar, editar ou remover materiais, ações e encaminhamentos. Como são tarefas que podem ser complexas, o layout novamente foi pensado para ser intuitivo e o mais simples possível. Também foi dado enfoque ao feedback para o usuário com mensagens de alertas para confirmar suas interações, garantindo segurança nas ações realizadas.

Programação

Uma vez que a plataforma apresenta dados e organiza a apresentação dos conteúdos do PBF, a equipe de Programação atuou e ficou responsável pelo seu desenvolvimento, implantação e customização e por sua respectiva aplicação de suporte. Além disso, foram atividades desta equipe a customização da ferramenta de gerenciamento de materiais didáticos digitais e os repositórios de códigos que deram suporte ao desenvolvimento das aplicações.

No processo de constituição da equipe, levaram-se em conta as especificidades técnicas e os sólidos conhecimentos das linguagens de programação que seriam utilizadas nesse desenvolvimento. Assim, foram contratados seis programadores, sendo quatro deles especialistas em desenvolvimento de aplicações frontend, utilizando o framework de desenvolvimento solicitado pela DTI/MEC (Angular Js). A equipe também contou com a participação de um consultor que, além de desenvolver a aplicação de backend que deu suporte a gestão da plataforma, auxiliou na elaboração da proposta de consumo de dados em reuniões com a DTI/MEC e na proposta de soluções de problemas gerais e específicos que ocorreram ao longo de todo o trabalho. Esses profissionais atuaram, ativamente, no desenvolvimento da Plataforma, e também no sis-

tema de gerenciamento de mídias digitais que foi desenvolvido para dar suporte para as demais equipes no desenvolvimento desses materiais.

A principal competência dessa equipe foi o foco nas tecnologias, além de estar sempre aberta e focada a solucionar os desafios de viés pedagógico e sistematização de dados que o projeto trouxe, o que se constituiu num ponto forte do time. Assim, as tecnologias desenvolvidas foram pensadas para subsidiar as questões pedagógicas, sendo utilizadas, em grande medida, como uma ferramenta para subsidiar o processo de acesso à informação, ensino e aprendizagem – principais demandas gerais do projeto.

Cabe pontuar que, ao longo do processo de desenvolvimento das tecnologias destacadas para o projeto, diversos problemas de comunicação com a equipe da DTI/MEC foram enfrentados e se mantiveram presentes ao longo de todo o desenvolvimento do projeto. Diversas vezes tivemos problemas na infraestrutura técnica disponibilizada para o desenvolvimento, desencontro e perda de informações de processo e de desenvolvimento e falhas de comunicação que inviabilizaram, por muito tempo, o acesso das equipes a informações fundantes para o desenvolvimento do projeto.

De todo modo, com muito afinho e vontade de termos a garantia do acesso e formação profissional da rede do PBF, os problemas foram, um a um, sendo ultrapassados para possibilitar a execução mínima dos trabalhos de desenvolvimento no âmbito do projeto.

Vídeo e Ilustração

A equipe de Vídeo e Ilustração era formada por três membros permanentes, alunos de graduação de Filosofia e Design Gráfico. O trabalho da equipe formulou-se em produção conjunta com os DGs e DEs. Para isso, o trabalho da equipe de Ilustração principiou com a pesquisa de referências visuais para elaboração de estilos de ilustrações que melhor representassem os temas abordados nos materiais. A proposta inicial era produzir um estilo de ilustração para cada uma das quatro grande temáticas dos materiais; posteriormente, visando um maior diálogo e unidade entre as temáticas, buscou-se a elaboração de um único estilo. Em um primeiro momento, a pesquisa de referências visuais se deu pela familiaridade com as temáticas, e com o projeto como um todo, por meio da leitura dos textos bases e falas significativas, que ainda estavam em processo de elaboração, como também de textos usados como referência para elaboração dos materiais. A partir dessa interação com os temas, elencou-se diversos recursos midiáticos que poderiam servir de referência para elaboração do estilo de ilustração.

Por meio de reuniões com as equipes de Ilustração, de DEs e de DGs, os recursos foram socializados buscando a produção compartilhada de um briefing para o estilo de ilustrações. Por fim, chegou-se ao estilo que foi implementado nos materiais com o objetivo de representar principalmente as diversidades das populações que as temáticas perpassam, além das duras realidades que elas enfrentam. Assim, o estilo deveria aproximar o leitor a essas realidades, de forma atrativa, mas ainda conseguindo carregar toda a complexidade dos temas abordados.

A equipe de Revisão Textual

No período de setembro de 2018 a dezembro do mesmo ano, a equipe de Revisão Textual trabalhou para uma melhor adequação da linguagem dos materiais da Plataforma. Composta por duas supervisoras e três revisores, a equipe continha estudantes e egressos da Universidade Federal de Santa Catarina, todos eles do curso de Letras Portugêses.

Durante esse período, a equipe de Revisão Textual participou ativamente no processo de escrita e reescrita dos materiais pedagógicos. Tal inserção no texto dava-se da seguinte maneira: os conteudistas escreviam e disponibilizavam a primeira versão do texto, o qual passava, em seguida, pela equipe de Design Educacional e, portanto, por uma readequação pedagógica do material, para, enfim, ser liberado para a equipe de Revisão Textual, que realizava uma atenta leitura. Essa etapa do processo tinha o intuito não apenas de passar por uma revisão gramatical ou ortográfica, mas, também, de perceber se o texto cumpria com os objetivos aos quais se mostrava disposto a alcançar. A equipe de revisão, nesse sentido, era o primeiro público que tinha contato com o texto e que podia, por isso, indicar possíveis trechos que deveriam ficar mais claros, questões que poderiam ser mais aprofundadas, enfim. Nesses casos, os trechos dos textos que necessitavam de uma reescrita mais complexa voltavam para os designers educacionais e para os conteudistas.

Quando o material já estava finalizado e pronto para a diagramação, a equipe se ocupava de passar um último olhar no texto já diagramado. A partir de uma revisão na plataforma SGMD, a equipe realizava o último pente fino no texto, observando se alguma questão havia passado despercebida.

Além disso, ao longo do projeto, a equipe de Revisão Textual participou de reuniões com toda a equipe, a fim de discutir sobre a produção dos materiais. Também foram realizadas reuniões somente com os integrantes da equipe de Revisão, para delinear padrões necessários no que tange às questões de linguagem. Grande parte do material seguiu as orientações da ABNT, e, para questões de outra ordem, a equipe formulou um Guia de Padronização para todo o material online, uma vez que a Plataforma requer uma linguagem mais acessível e didática, o que, muitas vezes, requer uma adaptação da ABNT.

A equipe de Pesquisa

A equipe de Pesquisa era formada por três membros temporários, alunos de pós-graduação das áreas de Antropologia e Psicologia. A dimensão de pesquisa no projeto “Trajetórias Escolares” foi responsável por identificar as demandas gerais de pesquisa das equipes com relação ao desenvolvimento da plataforma e dos materiais pedagógicos, por meio de aproximações de âmbito epistemológico e experiencial, em relação aos atores sociais para os quais se destina a plataforma.

De forma específica, teve como foco fornecer subsídios para o desenvolvimento da plataforma e dos materiais pedagógicos de modo mais próximo das diferentes realidades do público potencial, nesse caso, os educadores de todo Brasil. Para isso, foram contempladas as seguintes ações.

- Realização de duas pesquisas junto aos educadores.
- Sistematização dos dados levantados nas pesquisas e socialização com as equipes de Desenvolvimento da Plataforma e de Designer Educacional (materiais pedagógicos).
- Articulação e apoio às equipes de Desenvolvimento e de DE (materiais pedagógicos) da plataforma. Ex.: testes de usabilidade; ações junto aos educadores para análise dos materiais produzidos para a plataforma etc.
- Revisão de referências a respeito dos conteúdos relacionados ao projeto, sobretudo dos temas e conceitos referentes aos materiais pedagógicos e assuntos pertinentes ao desenvolvimento da Plataforma.
- Sistematização dos resultados das pesquisas nos diálogos e articulações com as equipes.
- Organização e desenvolvimento do relatório de pesquisa do projeto.
- Pesquisa sobre encaminhamentos possíveis para os motivos de baixa frequência dos alunos beneficiários do Bolsa Família.
- Compreensão e entendimento sobre a rede de proteção psicossocial no Brasil.
- Revisão literária dos conceitos importantes para discussão dos autores Pierre Bourdieu, Maria Luiza de Souza Patto, Sérgio Buarque de Hollanda, Arroyo, Foucault e Judith Butler.
- Exercícios reflexivos para a elaboração do esqueleto da proposta de confecção dos materiais.
- Mapeamento dos possíveis colaboradores/especialistas juntamente com o MEC.
- Mapeamento das possíveis escolas para pesquisa de campo, baseando-se nos indicadores de baixa frequência.
- Pesquisa de campo na escola Che Guevara, em Mato Grosso.
- Pesquisas sobre falas significativas dos temas que subsidiaram a Plataforma.
- Elaboração de documento para a linguagem adequada para a Plataforma.

Principais frentes de atuação da equipe de pesquisa:

FORMAÇÃO - compreensão e compartilhamento dos principais temas e conteúdos relacionados ao escopo do projeto. Além disso, houve a articulação de grupos de estudos e diálogos com as equipes de desenvolvimento e de concepção dos materiais pedagógicos.

PESQUISAS DE CAMPO - planejamento e realização de pesquisas de cunho etnográfico e de usabilidade com os educadores, a fim de subsidiar as produções das demais equipes durante todo o andamento do projeto. Por meio das observações, vivências e interlocuções realizadas nos diversos campos de pesquisa, compreendeu-se os diferentes contextos dos usuários da plataforma. Ademais, foram feitas pesquisas voltadas às ações de desenvolvimento da Plataforma e concepção dos Materiais Pedagógicos, tais como: interface; identidade visual; funcionalidades; textos dos materiais etc.

A equipe de conteudistas

A equipe de conteudistas dos materiais didáticos foi formada por cinco membros, cada um sendo especialista de determinadas áreas do conhecimento, nas quais se concentravam os debates sobre as temáticas propostas. O maior parceiro em quantidade de trabalho produzido foi Paulo Felipe Lopes de Carvalho, doutorando e mestre (2014) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e graduado em Geografia (Licenciatura) pelo Instituto de Geociências da UFMG. Carvalho foi responsável pela produção de seis dos doze textos-base encomendados que, junto ao trabalho dos DEs, deram origem aos respectivos módulos. As temáticas abordadas por Carvalho foram **Organização do Trabalho Pedagógico na Perspectiva das Trajetórias Escolares e Escola, Família e Comunidade**, com três módulos cada.

Marta Azevedo Klumb de Oliveira, outra parceira, é mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília (2005), especialista em Gestalt-Terapia pelo Instituto de Gestalt de Brasília (2014), especialista em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade de Brasília (2002), especialista em Processos Socioeducativos com Crianças e Adolescentes pela Universidade Federal do Espírito Santo (1999) e bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília (1990). Azevedo foi a responsável pela produção dos três textos-base da temática **Saúde e Atenção Integral**.

A produção dos três módulos da temática **Violação de Direitos e Risco Social** deu-se individualmente, uma vez que cada conteudista envolvida ficou responsável por um texto-base e pelo acompanhamento do processo de construção do módulo. Segue a colaboração em cada módulo dessa temática.

O texto-base que deu origem ao módulo **Violências nas Trajetórias Escolares** foi produzido por Maria Cecília Luiz, que possui graduação em Pedagogia (licenciatura) pela Universidade Federal de São Carlos (1987), mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (1999) e doutorado em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras - Unesp de Araraquara (2004). É professora associada da Universidade Federal de São Carlos.

O segundo texto-base, que deu origem ao módulo **Trabalho Infantil**, foi produzido por Soraya Conde, que tem doutorado em Educação e é mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, com graduação em Pedagogia. Foi professora efetiva no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC, onde coordenou o Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil entre 2012 e 2014. É pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT/CED-CFH/UFSC), onde coordena o Grupo de Estudos sobre Trabalho, Educação e Infância e o Programa Extensionista de Cultura, Artes e Infância. Atualmente, pesquisa os seguintes temas: trabalho, educação, infância, cultura e mulheres no mundo do trabalho.

Já o texto-base que deu origem ao módulo **Trajetórias de Crianças e Adolescentes com Deficiência e Dificuldade de Acesso à Educação Escolar** foi produzido por Maria Sylvia Cardoso Carneiro, graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1984), licenciada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Atua nas áreas de Organização Escolar e Educação Especial, com ênfase nos seguintes temas: Educação Especial, inclusão escolar, deficiência intelectual, abordagem histórico-cultural e organização da educação nacional.

Articulação entre as equipes

Durante sua efetivação, o projeto buscou uma lógica democrática de colaboração das equipes, conforme representação a seguir:

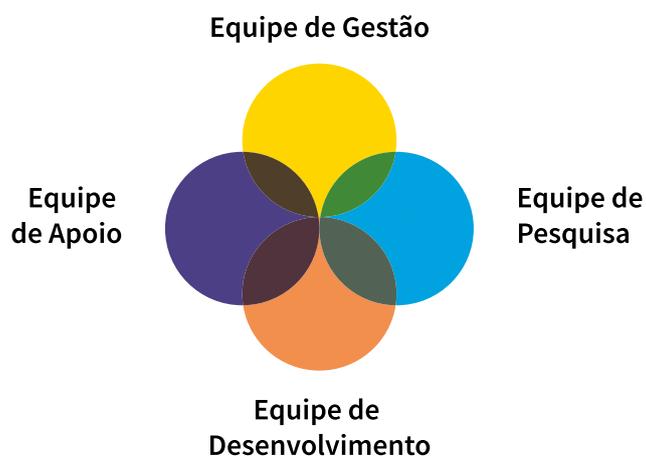


Figura 11 – Articulação entre equipes
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

Dessa forma, as equipes e suas funções estiveram, constantemente, em diálogo, buscando a melhor forma de realização de seus trabalhos:

Desenvolvimento da Plataforma Trajetórias Escolares

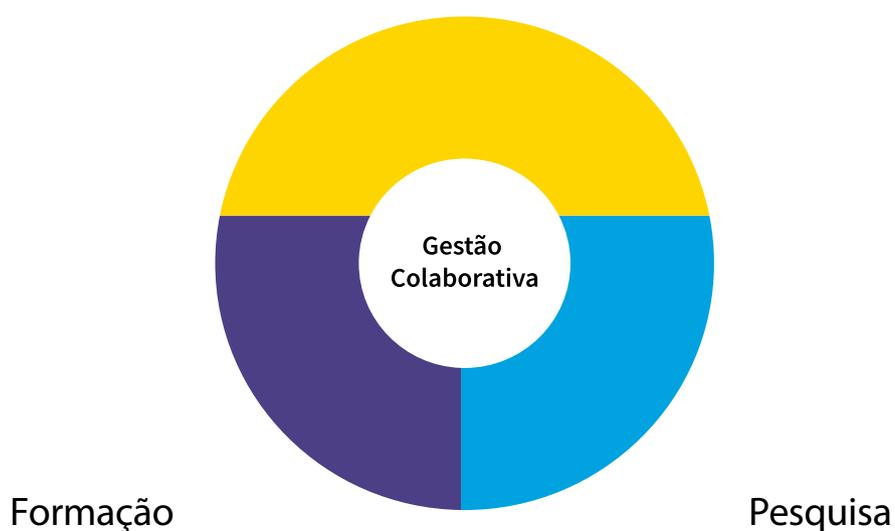


Figura 12 – Articulação entre equipes II
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

Assim sendo, é possível concluir que toda demanda da Plataforma se articulou entre as equipes. A exemplo disso, tem-se o fluxo de elaboração dos materiais, que era um dos objetivos para a construção da Plataforma:

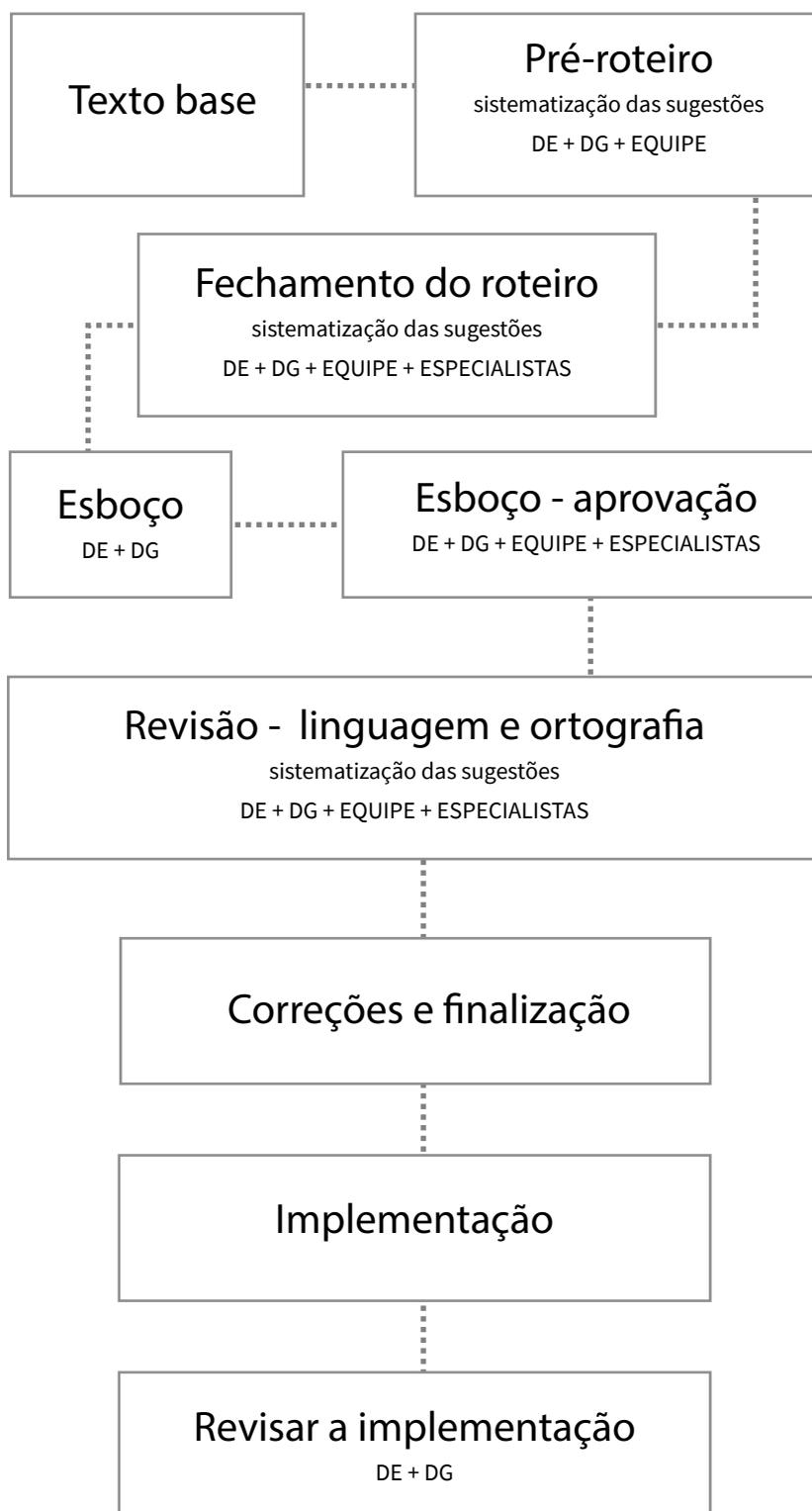


Figura 13 – Fluxograma material pedagógico II
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).



Desenvolvimento dos Materiais Pedagógicos

Os materiais pedagógicos da Plataforma Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades são compostos por quatro temáticas em formato hipermídia. Uma hipermídia pode ser definida como

um sistema ou interface computacional virtual ou digital, formada por linguagens verbais e não-verbais, convergidas em hipertextos virtuais, cores, sons, animações, gráficos vetoriais, imagens, vídeos, hiperlinks e ícones, que se interconectam interativamente e promovem uma navegação não-linear. (BURGOS, 2010, p. 3)

Esta seção, portanto, é destinada à descrição das características dos materiais, bem como das justificativas que nortearam o modo de elaboração deles. Em primeiro lugar, é necessário dizer que a confecção das temáticas foi um trabalho articulado entre a SECADI e o Lantec, pautando-se na leitura dos motivos de baixa frequência descritos na Lista Presença. A pergunta norteadora dessa análise foi: quais temas são possíveis de serem identificados pelos motivos de baixa frequência apontados na Lista Presença?

Assim, a partir da lista dos 28 motivos de baixa frequência escolar, que se desdobram em 87 sub-motivos do Sistema de Informação do Acompanhamento da Frequência Escolar do Bolsa Família (Sistema Presença), quatro temáticas de materiais foram delineadas: “Organização do trabalho pedagógico na perspectiva das trajetórias escolares”; “Violação de direitos e risco social”; “Saúde e atenção integral”; e “Escola, família e comunidade”.

Após esse trabalho de delineamento das temáticas a serem destrinchadas no Eixo 2 da Plataforma, reflexões sobre como organizar o material foram feitas. Dessa forma, um esqueleto para a confecção dos materiais foi criado. Nele, então, há a sequência: a) introdução contendo a articulação com situações problematizadoras que ilustram a temática proposta; b) utilização das falas significativas, entendendo que existem falas hegemônicas e significativas que sustentam discursos os quais auxiliam para a manutenção e permanência de situações que causam baixa frequência escolar; c) relação com os motivos: por se tratarem de temáticas que se correlacionam diretamente com os motivos da Lista

do Sistema Presença, espera-se que o material mantenha o diálogo com esses motivos elencados; d) conceitos e desenvolvimento: para se pensar sobre as situações problematizadoras e temática proposta, espera-se a articulação com conceitos da área e temática em questão; e) estratégias pedagógicas: após a apresentação das reflexões possíveis, das falas e situações, este tópico é destinado para se evidenciar estratégias para o enfrentamento dessas situações.

Além disso, vale ressaltar algumas características dos materiais. Como já posto, ele foi desenhado em formato de hipermídia, possibilitando o uso de recursos tais como vídeos, animações, infográficos estáticos e interativos, ilustrações, hiperlinks e páginas de “Saiba mais”. Esses recursos foram utilizados para elucidar, provocar ou ampliar os conceitos debatidos em cada módulo, contribuindo para o aprendizado do aprendente.

Assim, tendo em vista todo esse paradigma, foi crucial que os materiais pedagógicos promovessem também discussões teóricas e práticas aprofundadas a respeito de cada temática, estimulando o leitor a produzir e ampliar seus conhecimentos. Ainda, a fim de evitar a produção de um material cansativo e exaustivo, com muitas informações, procurou-se elaborar materiais menores; portanto, cada temática foi subdividida, visando a melhor leitura e aprendizado. A seguir, as temáticas serão apresentadas:

Organização do Trabalho Pedagógico na Perspectiva das Trajetórias Escolares



O banner apresenta o título "Organização do trabalho pedagógico na perspectiva das trajetórias escolares" em um fundo azul com imagens de crianças. Abaixo do título, há um texto introdutório que discute a importância de respeitar as trajetórias escolares e a necessidade de evitar a imposição de uma cultura eurocentrista. Na base do banner, há uma seção "Indicadores relacionados:" com três botões: "Previsão ao Abandono Escolar", "Abandono Escolar" e "Sem Vínc. Escolar".

Figura 14 – Banner da temática organização do trabalho pedagógico
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

Pensando nos motivos elencados pela Lista de motivos de baixa frequência do Sistema Presença, entendeu-se que os motivos se referiam a situações da temática.

TEMA	MOTIVOS
<p><i>Organização do trabalho pedagógico na perspectiva das trajetórias escolares</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Referência principal: Desinteresse/Desmotivação pelos estudos (<i>Motivo código 64</i>). • Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal: <ul style="list-style-type: none"> • Suspensão escolar (<i>Motivo código 07</i>); • Abandono Escolar/Desistência (<i>Motivo código 65</i>); • Outras situações complementares ao tema principal: <ul style="list-style-type: none"> • Situação de rua (<i>Motivo código 52</i>); • Negligência dos pais (<i>Motivo código 53</i>); • Trabalho jovem (<i>Motivo código 62</i>). • Questões sociais, educacionais ou familiares: aluno com deficiência ou com necessidades especiais sem apoio e estimulação para permanecer na escola (<i>Submotivo código 68h</i>); • Preconceito/ discriminação no ambiente escolar/bullying (<i>Motivo código 11</i>); • Violência Doméstica (<i>Motivo código 71</i>).

Assim, frente à análise da lista dos motivos do Sistema Presença, questiona-se: quão “interessante” a escola se faz para seus estudantes? E, como pensar a respeito de todas as conjunturas que estabeleceram e estabelecem o “desinteresse” por parte dos estudantes e professores? Nesse sentido, essa temática foi desenhada a fim de demonstrar como os tempos, espaços, currículos e sujeitos foram construídos historicamente e culturalmente, fazendo com que, por muitas vezes, o aprendizado se faça distante e sem sentido para os estudantes e professores.

Compondo esta temática, há três módulos com seus respectivos motivos da Lista Presença:

a. Saberes, Práticas Pedagógicas e Currículos



Figura 15 – Banner do módulo saberes, práticas pedagógicas e currículos
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

- i. Referência principal: Desinteresse/Desmotivação pelos estudos *(código 64)*.
- ii. Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:
 - (1) Suspensão escolar *(Motivo código 07)*;
 - (2) Abandono Escolar/Desistência *(Motivo código 65)*.
- iii. Outras situações complementares ao tema principal:
 - (1) Situação de rua *(Motivo código 52)*;
 - (2) Negligência dos pais *(Motivo código 53)*;
 - (3) Trabalho jovem *(Motivo código 62)*;
 - (4) Questões sociais, educacionais ou familiares: Aluno com deficiência ou com necessidades especiais sem apoio e estimulação para permanecer na escola *(Submotivo código 68h)*;
 - (5) Preconceito/discriminação no ambiente escolar/bullying *(Motivo código 11)*;
 - (6) Violência Doméstica *(Motivo código 71)*.

b. Sujeitos, Diversidades e Direitos



Figura 16 – Banner do módulo sujeitos, diversidades e direitos
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

i. Referência principal: Conhecimento, Currículo, Diversidade e Possibilidades Formativas.

ii. Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:

(1) Abandono Escolar/Desistência (*Motivo código 65*).

iii. Outras situações complementares ao tema principal:

(1) Situação de rua (*Motivo código 52*);

(2) Negligência dos pais (*Motivo código 53*);

(3) Trabalho jovem (*Motivo código 62*);

(4) Questões sociais, educacionais ou familiares: Aluno com deficiência ou com necessidades especiais sem apoio e estimulação para permanecer na escola (*Submotivo código 68h*);

(5) Preconceito/discriminação no ambiente escolar/ bullying (*Motivo código 11*);

(6) Violência Doméstica (*Motivo código 71*).

c. Educação e Diversidades: Experiências Exitosas



Figura 17 – Banner do módulo educação e diversidades: experiências exitosas

Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

i. Referência principal: Desinteresse/Desmotivação pelos estudos (*Motivo código 64*).

ii. Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:

(1) Suspensão escolar (*Motivo código 07*);

(2) Abandono Escolar/Desistência (*código 65*).

iii. Outras situações complementares ao tema principal:

(1) Situação de rua (*Motivo código 52*);

(2) Negligência dos pais (*Motivo código 53*);

(3) Trabalho jovem (*Motivo código 62*);

(4) Questões sociais, educacionais ou familiares: Aluno com deficiência ou com necessidades especiais sem apoio e estimulação para permanecer na escola (*Submotivo código 68h*);

(5) Preconceito/discriminação no ambiente escolar/bullying (*Motivo código 11*);

(6) Violência Doméstica (*Motivo código 71*).

Violação de direitos e risco social



Figura 18 – Banner da temática violação de direitos e risco social
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

Pensando nos motivos elencados pela Lista de motivos de baixa frequência do Sistema Presença, entendeu-se que os motivos se referiam a situações da temática:

TEMA	MOTIVOS
<i>Violação de direitos e risco social</i>	<ul style="list-style-type: none">• Referências principais:• Violências/agressividade no ambiente escolar (<i>Motivo código 60</i>);• Trabalho infantil (<i>Motivo código 54</i>);• Questões sociais, educacionais ou familiares: Aluno com deficiência ou com necessidades especiais sem apoio e estimulação para permanecer na escola (<i>Submotivo código 68h</i>);• Inexistência de atendimento educacional especializado para beneficiário com deficiência/necessidade educacional específica (<i>código 72h</i>)

Pensando na pergunta: “quantos direitos violados um estudante que abandona, repete ou evade a escola possui?”, esta categoria foi confeccionada a fim de explicitar quais violações de direitos perpassam os muros escolares, marcam vidas e afastam estudantes da escola. Ainda, considera-se também que o próprio não acesso à educação ou a dificuldade em se manter na escola, seja por qualquer motivo, já é, por si só, um direito violado, já que, assim como diz o texto constitucional, “a

educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser garantida uma educação digna” (BRASIL, 1988).

Assim, a temática “violações de direitos e risco social” seria interessante para ser abordada nos materiais pedagógicos na Plataforma Trajetórias, pois, entende-se que, em primeiro lugar, é necessário produzir conhecimentos, juntamente com os aprendentes da Plataforma, sobre a abrangência e importância da temática e como lidar com ela, confeccionando e pensando a respeito de estratégias eficazes para casos onde existem violações de direitos. Para a moldagem desta temática, três módulos com seus respectivos motivos da Lista Presença a compuseram, a saber:

a. Violências nas Trajetórias Escolares



Figura 19 – Banner do módulo violências nas trajetórias escolares

Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

i. Referência principal: Violências/agressividade no ambiente escolar

(Motivo código 60).

ii. Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:

(1) Preconceito/discriminação no ambiente escolar/bullying

(Motivo código 11);

(2) Violência Doméstica *(Motivo código 71);*

(3) Fatos que impedem o deslocamento/acesso do aluno à escola -
Violência na área onde mora *(Motivo código 04d);*

(4) Situação coletiva que impede a escola de receber seus alunos -
Escola fechada por situação de violência *(Motivo código 09f).*

b. Trabalho Infantil



Figura 20 – Banner do módulo trabalho infantil
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

i. Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:

- (1) Situação de rua (*Motivo código 52*);
- (2) Negligência dos pais (*Motivo código 53*);
- (3) Trabalho jovem (*Motivo código 62*).

ii. Outras situações complementares ao tema principal:

- (1) Exploração/Abuso Sexual (*Motivo código 63*);
- (2) Envolvimento com drogas/atos infracionais (*Motivo código 70*);
- (3) Violência Doméstica (*Motivo código 71*).

c. Trajetórias de Crianças e Adolescentes com Deficiência e Dificuldades de Acesso à Educação Escolar



Figura 21 – Banner do módulo trajetórias de crianças e adolescentes com deficiência e dificuldades de acesso à educação escolar
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

i. Referências principais:

- (1) Questões sociais, educacionais ou familiares: Aluno com deficiência ou com necessidades especiais sem apoio e estimulação para permanecer na escola (*Submotivo código 68h*);
- (2) Inexistência de atendimento educacional especializado para beneficiário com deficiência/necessidade educacional específica (*código 72h*);

- (3) Inexistência de transporte/locomoção acessível à escola para beneficiário com deficiência/necessidade especial (código 72i);
- (4) Questões de resistência da família para que o beneficiário com deficiência/necessidade especial frequente a escola (código 72j);
- (5) Inexistência de acessibilidade no ambiente escolar para o beneficiário com deficiência/necessidade especial (código 72k);
- (6) Negativa da escola em receber a criança com deficiência/necessidade especial, alegando falta de vaga (código 72l).

Saúde e Atenção Integral



Figura 22 – Banner da temática saúde e atenção integral
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

Pensando nos motivos elencados pela Lista de motivos de baixa frequência do Sistema Presença, entendeu-se que os motivos se referiam a situações da temática:

TEMA	MOTIVOS
<i>Saúde e atenção integral</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Referências principais: • Envolvimento com drogas/atos infracionais (código 70); • Gravidez (código 51); • Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno (código 01).

Esta temática, portanto, foi pensada a partir da compreensão de que questões correlatas à saúde se tornam motivos para a baixa frequência escolar. Mas, existem grandes discussões que circundam essas realidades. A gravidez na adolescência, por exemplo, e tudo que envolve essa temática, dá margem para que pensemos acerca dos sujeitos que envol-

vem esse processo, ampliando, assim, o debate para evitar a evasão, não apenas através da contracepção e prevenção, mas também em relação à ampliação de creches, da capacidade do SUS e de políticas públicas de geração de renda voltadas para adolescentes mães. Outra questão que se coloca nessa temática é o uso de drogas, possível de ser identificado em ambiente escolar. De que forma podemos agir nessas situações?

Dessa forma, a temática em questão foi desenhada a fim de oferecer subsídios para refletir, questionar e elaborar estratégias para lidar com questões que perpassam a saúde e se tornam motivos de baixa frequência escolar. Como lidar com o uso de drogas por estudantes? E com a gravidez na adolescência? A quem recorrer? Que conceitos, compreensões e discussões são importantes para o entendimento dessas complexidades relativas à saúde? O que entendemos sobre “saúde”? São algumas questões que foram julgadas como necessárias a serem destrinchadas por esta temática. Para a moldagem desta temática, três módulos com seus respectivos motivos da Lista Presença a compuseram, a saber:

a. Prevenção ao Uso de Drogas em Território Educativo



Figura 23 – Banner do módulo prevenção ao uso de drogas em território educativo

Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

- i. Referência principal: Envolvimento com drogas/atos infracionais *(código 70)*.
- ii. Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:
 - (1) Doença/problemas psicológicos/mentais *(código 01b)*;
 - (2) Situação de rua *(Motivo código 52)*;
 - (3) Violência Doméstica *(Motivo código 71)*;
 - (4) Inexistência de ensino fundamental na comunidade em que mora *(código 72a)*;
 - (5) Inexistência de ensino médio no território onde mora *(código 72b)*;

- (6) Inexistência de serviços educacionais em situação de internação/privação de liberdade (*código 72d*).
- iii. Outras situações complementares ao tema principal:
- (1) Desinteresse/Desmotivação pelos estudos (*código 64*);
 - (2) Abandono Escolar/ Desistência (*código 65*);
 - (3) Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar foi encontrado, mas não quer mais estudar (*Motivo código 72n*).

b. Educação Sexual e Gravidez na Adolescência



Figura 24 – Banner do módulo educação sexual e gravidez na adolescência
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

- i. Referência principal: Gravidez (*Motivo código 51*).
- ii. Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:
- (1) Pós-parto/gravidez de risco/TPM (*Motivo código 01c*);
 - (2) Situação de rua (*Motivo código 52*);
 - (3) Exploração/Abuso Sexual (*Motivo código 63*);
 - (4) Envolvimento com drogas/atos infracionais (*Motivo código 70*);
 - (5) Necessidade de cuidar de familiares (idoso, criança, pessoa com deficiência) (*Motivo código 68b*);
 - (6) Preconceito/Discriminação no ambiente escolar/bullying (*Motivo código 11*).
- iii. Outras situações complementares ao tema principal:
- (1) Desinteresse/Desmotivação pelos estudos (*Motivo código 64*);
 - (2) Abandono Escolar/Desistência (*Motivo código 65*);
 - (3) Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar foi encontrado, as não quer mais estudar (*Motivo código 72n*);
 - (4) Casamento do(a) Aluno(a) – Atualizar cadastro familiar (*Motivo código 68d*).

c. Atenção Integral à Saúde de Crianças e de Adolescentes em Situação de Pobreza



Figura 25 – Banner do módulo atenção integral à saúde de crianças e de adolescentes em situação de pobreza

Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

- i. Referência principal: Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno (*Motivo código 01*).
- ii. Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:
 - (1) Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno – Doença/problemas físicos (*Motivo código 01a*);
 - (2) Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno – Doença/problemas psicológicos/mentais (*Motivo código 01b*);
 - (3) Negligência dos pais (*Motivo código 53*);
 - (4) Situações Coletivas que impedem que escola receba os estudantes – Falta de merenda escolar (*Motivo código 09g*);
 - (5) Grande distância entre a residência e a escola (*Motivo código 04f*).
- iii. Outras situações complementares ao tema principal:
 - (1) Óbito de pessoa da família prejudicando a frequência do aluno à escola (*Motivo código 02a*).

Escola, Família e Comunidade



Figura 26 – Banner da temática escola, família e comunidade

Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

Pensando nos motivos elencados pela Lista Presença, entendeu-se que os motivos se referiam a situações da temática:

TEMA	MOTIVOS
<i>Escola, família e comunidade</i>	<ul style="list-style-type: none">• Referências principais:• Negligência dos pais ou responsáveis (<i>Motivo código 53</i>);• Doença na família/óbito na família/óbito do aluno (<i>Motivo código 02</i>);• Ausência às aulas por respeito às questões sociais, culturais, étnicas ou religiosas (<i>Motivo código 12</i>).

Assim como consta na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996). No entanto, questiona-se: como se dá a articulação entre escola, família e comunidade? Como essa relação está sendo estabelecida e como seu enfraquecimento pode causar abandono, repetência e evasão escolar?

Pensando sobre essas perguntas, esta temática teve como objetivo principal discutir a respeito de educação escolar, vínculos familiares, comunidade, territórios vulneráveis, vulnerabilidade social e escola, com o intuito de pensar sobre como se dá essa relação em situações em que há pobreza e como isso tudo pode se relacionar com a baixa frequ-

ência escolar. Para a moldagem desta temática, três módulos com seus respectivos motivos da Lista Presença a compuseram, a saber:

a. Educação Escolar e Vínculos Familiares



Figura 27 – Banner do módulo educação escolar e vínculos familiares
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

- i. Referência principal: Negligência dos pais ou responsáveis
(*Motivo código 53*).
- ii. Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:
 - (1) Pais “sem domínio” dos filhos/relação familiar precária
(*Motivo código 68f*);
 - (2) Família desconhece as faltas da criança às aulas
(*Motivo código 68g*);
 - (3) Separação dos pais (*Motivo código 68a*);
 - (4) A escola esclarece que a família não informou o motivo
(*Motivo código 58b*).
- iii. Outras situações complementares ao tema principal:
 - (1) Envolvimento com drogas/atos infracionais (*Motivo código 70*);
 - (2) Violência Doméstica (*Motivo código 71*);
 - (3) Situação de rua (*Motivo código 52*);
 - (4) Exploração/Abuso Sexual (*Motivo código 63*).

b. Família, Escola e Situações de Vulnerabilidade Socioeducacional



Figura 28 – Banner do módulo família, escola e situações de vulnerabilidade socioeducacional

Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

- i. Referência principal: Doença na família/óbito na família/óbito do aluno (*Motivo código 02*).
- ii. Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:
 - (1) Necessidade de cuidar de familiares (idoso, criança, pessoa com deficiência) (*Motivo código 68b*);
 - (2) Viagem com a família (trabalho sazonal/agricultura temporária/colheita/outros) (*Motivo código 68c*);
 - (3) Falta de uniforme/calçado/roupa adequada (*Motivo código 68b*);
 - (4) Trabalho infantil (*Motivo código 54*);
 - (5) Trabalho jovem (*Motivo código 62*).
- iii. Outras situações complementares ao tema principal:
 - (1) Situação de rua (*Motivo código 52*);
 - (2) Envolvimento com drogas/atos infracionais (*Motivo código 70*)

c. Educação Escolar, Comunidade e Territórios Educativos



Figura 29 – Banner do módulo educação escolar e vínculos familiares-
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

- i. Referência principal: Ausência às aulas por respeito às questões sociais, culturais, étnicas ou religiosas *(Motivo código 12)*.
- ii. Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:
 - (1) Fatos que impedem o deslocamento/acesso do aluno à escola *(Motivo código 04)*;
 - (2) Situações coletivas que impedem que escola receba os estudantes – Escola fechada por situação de violência *(Motivo código 09f)*.
- iii. Outras situações complementares ao tema principal:
 - (1) Inexistência de escola indígena no território onde mora *(Motivo código 72e)*;
 - (2) Preconceito/Discriminação no ambiente escolar/bullying *(Motivo código 11)*.

A Plataforma Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades

Com o objetivo principal de ser geradora, dar materialidade e visibilidade para as ações da Iniciativa, a Plataforma Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades possibilita, além do acompanhamento das trajetórias escolares e a socialização de ações e resultados alcançados no âmbito da Iniciativa, a geração de novos indicadores, novas possibilidades de geração e visualização de relatórios, a fim de articular cada vez mais informações.

Configurando-se como uma ferramenta que permite integrar dados e informações de diferentes fontes, tais como o Sistema Presença, Cadastro Único, Censo Escolar, dentre outros, a Plataforma foi desenhada para disponibilizar conteúdos formativos e publicização de projetos intersetoriais na escola para instrumentalizar, com informação sistematizada, os educadores, gestores escolares e de sistemas de ensino, entre outros sujeitos envolvidos com a Educação Básica.

Assim, tal como já exposto brevemente na introdução, a Plataforma tem três eixos, que serão descritos de melhor maneira a seguir:

Eixo I - Integração de Dados e Informações

Este espaço foi destinado ao acesso integradamente a diferentes fontes e sistemas que acompanham a trajetória escolar das crianças e adolescentes no país, tais como: Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do Bolsa Família (Sistema Presença), Cadastro Único (IBGE) e Censo Escolar (Inep). Assim, neste eixo, é disponível um mapa situacional das crianças e adolescentes beneficiárias do PBF, acompanhadas pelas instituições escolares em todo o território nacional.

Além disso, são apresentados os indicadores de alerta e risco da trajetória escolar: a) propensão ao abandono; b) abandono escolar; c) sem vínculo escolar; d) violação de direitos e risco social que externalizam situações de vulnerabilidade socioeducacional, com detalhamento sobre os motivos e submotivos de baixa frequência escolar.

Para esses indicadores, gerados a partir da análise da base de dados do Sistema Presença, serão construídos mecanismos de alertas automatizados, de modo a informar as escolas e as demais instâncias envolvidas

nas ações de acompanhamento sobre os riscos e sobre a iminência da repetência, do abandono e da evasão escolar. Cada um desses indicadores são agrupados pelos motivos de baixa frequência escolar, elencados a partir dos estudos realizados pela SECADI/MEC.

Para a disponibilização desses dados, cada sujeito a quem se destina a plataforma poderá acessar os dados de forma customizada, de acordo com seus interesses de análise ou com o seu perfil. Ainda, as funcionalidades permitem a comparação dos dados e indicadores em diferentes níveis (nível federal, nível estadual e nível municipal), local (municipal, por escola), globais (abrangendo todo o universo do atendimento do PBF) e, também, em todos os casos, com possibilidade de aplicação de filtros por categorias diversas, tais como: por sexo, por etnia, por faixa etária etc.

Com os dados integrados, aos sujeitos é possibilitado o acompanhamento das trajetórias escolares de crianças e adolescentes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social e a consulta simultânea em múltiplas fontes. Desse modo, haverá maior agilidade e efetividade em ações voltadas à permanência nas escolas para assim reduzir, cada vez mais, o fenômeno da exclusão escolar nos contextos locais em todo território nacional.

A integração de dados e informações é um eixo articulador dos demais pois integra diferentes bases de dados, potencializando reflexões, discussões e ações em contextos diversos, subsidiando as ações de formação do Eixo II - Materiais Pedagógicos, bem como no desenvolvimento de outras ações no âmbito das políticas da SECADI/MEC em toda Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades.

Por conseguinte, este Eixo I tem potencial para propiciar uma interlocução intersetorial qualificada, contribuindo para colocar na pauta das políticas educacionais e também nos diversos contextos escolares a temática dos desafios das trajetórias escolares de crianças e adolescentes em situação de pobreza e de vulnerabilidade social, bem como outras proposições diretamente relacionadas a essa temática. Sobretudo, pode contribuir para a produção de agendas intersetoriais com diversos órgãos e organizações vinculados às questões que dificultam e impedem o acesso e a permanência, na idade adequada, dessas crianças e adolescentes na escola.

Eixo II - Materiais Pedagógicos



Figura 30 – Banner da página materiais pedagógicos
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

Este eixo teve como objetivo criar e disponibilizar materiais formativos para subsidiar e orientar ações de formação voltadas aos profissionais da educação que atuam em contextos escolares. Para organização destes materiais, a proposta foi na perspectiva da autoformação. Constata-se que há uma forte tendência no campo da EaD em organizar formações que oportunizem a autoaprendizagem, isto é, elementos de conteúdos acessados diretamente pelos interessados a qualquer tempo, disponíveis em plataformas abertas na internet, em oposição a ambientes fechados com senha e acessados por uma pequena parcela.

Quanto à proposta pedagógica, é importante destacar os conceitos envolvidos quando se trata da aprendizagem aberta, também denominada de autoformação. Aqui adotamos o conceito de Cerny e Quartiero (2018), compreendendo que:

autoformação refere-se ao processo de aprendizagem em que o aprendente controla o seu percurso formativo, sendo responsável pela sua aprendizagem. A autoformação está presente na vida de todos os sujeitos, pois ela é parte da sua constituição e identidade. A sua base teórica é a pedagogia centrada no aprendente dentro das abordagens pedagógicas ativas que entende o aprendente como um sujeito que processa informações, resolve problemas e toma decisões sobre sua aprendizagem (CERNY; QUARTIERO, 2018, no prelo).

Nesse sentido, considera-se que sempre ocorre autoformação com qualquer sujeito, pois a autoformação é parte da constituição do sujeito

a partir do contexto do qual faz parte. O agente formador dessa autoformação espontânea é a própria sociedade da qual o sujeito é parte (VIEIRA PINTO, 2010), com destaque para os meios de comunicação. Nessa forma espontânea de autoformação, também há reprodução de estereótipos, preconceitos, não apenas como fenômenos particulares, isolados, mas também com características regulares entre distintas manifestações. Assim, torna-se muito importante disponibilizar materiais de qualidade, acessíveis a todos.

Os materiais pedagógicos presentes neste eixo têm como foco a problematização de situações evidenciadas pelos dados e pela percepção e explicação desses casos segundo o público da plataforma, buscando, dessa forma, a sensibilização e mobilização nos contextos locais de atuação dos diferentes agentes do PBF, fornecendo subsídios para políticas, projetos e ações locais e intersetoriais, a serem publicizadas no Eixo III – Projetos intersetoriais na Escola.



Figura 31 – Página materiais pedagógicos

Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

Com isso, os materiais pedagógicos da plataforma buscam problematizar não apenas as situações concretas de problemas de frequência escolar de alunos em situação de pobreza, mas, sobretudo, as visões acerca desses fenômenos. Mais especificamente, podemos dizer que se busca problematizar, principalmente, os limites explicativos, perceptivos e as proposições reducionistas diante desses fenômenos. Dessa forma, os problemas relacionados com a frequência escolar de alunos em situação de pobreza estão organizados pelos seguintes temas, intrinsecamente relacionados com os motivos de baixa frequência:

- organização e trabalho pedagógico nas trajetórias escolares;
- violências e violações de direito social;
- saúde e atenção integral
- escola, família e comunidade.

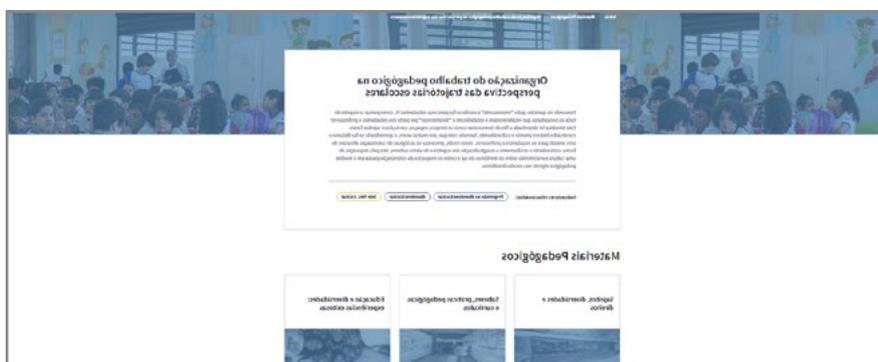


Figura 32 – Página materiais pedagógicos II
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

Além das temáticas supracitadas, são sugeridas trilhas formativas que se configuram em percursos de formação pensados pedagogicamente para dar suporte a reflexões e enfrentamentos de questões relacionadas ao abandono, à repetência e à evasão escolar de crianças e adolescentes em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Os processos formativos subsidiados pelas trilhas dispostas na plataforma podem ocorrer de maneira autônoma, como também podem ser utilizados para dar subsídio a processos formativos ocorridos por meio de ofertas de parceiros demandadas pela SECADI. A partir deste eixo, os usuários poderão também salvar seus materiais favoritos, acompanhar o seu ritmo de leitura e estudo dos conteúdos disponíveis, receber recomendações de materiais, compartilhar materiais e trilhas. Para saber mais sobre as Trilhas Formativas veja a seção referente a Conceitos e Documentos Norteadores.

A área de gestão da plataforma permite também que esse espaço possa ser atualizado com novos materiais pedagógicos, temáticas e trilhas formativas de forma contínua, pois entende-se que, a partir da geração dos dados do Eixo I, novas temáticas deverão emergir, visando desencadear diferentes processos de formação continuada dos profissionais envolvidos com as ações do acompanhamento escolar quando levantadas novas demandas formativas específicas.

De maneira geral, acredita-se que a estratégia de organizar materiais pedagógicos mais curtos – em uma combinação de ofertas com ou sem acompanhamento presencial – permite uma adequação às demandas dos interessados, o que pode aumentar sua demanda e provocar um melhor aproveitamento dos conteúdos disponibilizados pela SECADI. Essa proposta possibilita tanto um aumento na oferta de formações locais como um maior aprofundamento dos conteúdos por profissionais e pessoas interessadas, sempre que desejarem, uma vez que nesse formato é possível acessar os conteúdos a partir das necessidades reconhecidas como consequência dos problemas vivenciados em sua prática profissional.

Assim, os materiais pedagógicos foram desenvolvidos buscando considerar as situações-problema, relacionadas à frequência escolar de alunos beneficiários do Bolsa Família, que se defrontam os profissionais de educação. Essas situações-problema e as percepções, explicações e ações recorrentes estão relacionadas aos motivos de baixa frequência escolar. Tanto os motivos de baixa frequência, que são parte de estudos desenvolvidos pela SECADI/ MEC, como as interpretações, justificativas e condutas geradas diante das situações relacionadas aos motivos, serão articuladores, objeto de reflexão e aprofundamento nos materiais pedagógicos.

Eixo III- Projetos Intersetoriais nas Escolas

O Eixo III disponibiliza ferramentas que viabilizam o diálogo permanente, o acesso à informação e favoreçam a articulação de ações interseoriais para o combate à exclusão escolar a partir das trajetórias das crianças e adolescentes beneficiárias do PBF. Além disso, tem como intuito dar visibilidade e publicizar o protagonismo das redes de ensino em ações que contribuam com a permanência das crianças e jovens até a conclusão da escolaridade obrigatória.

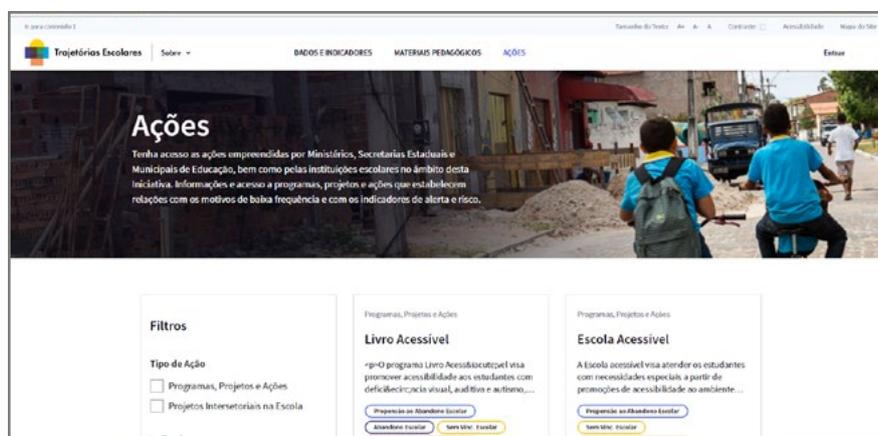


Figura 33 – Página ações
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).

No espaço da Plataforma relativo a este Eixo III são divulgadas, especialmente, as ações empreendidas pela SECADI no contexto da Iniciativa. Também são disponibilizados documentos, tais como políticas públicas, projetos e ações. O esforço é dar visibilidade a setores, tais como: educação, saúde, assistência social, entre outros, que atuam nessa área. Além disso, o espaço tem como proposta a publicação de iniciativas de contextos locais voltadas para o enfrentamento da exclusão escolar. A Plataforma Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades

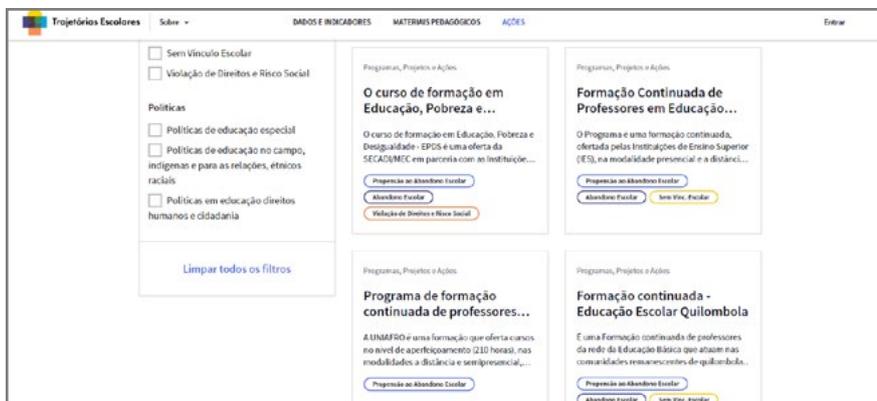


Figura 34 –Página ações II
Fonte: LANTEC–UFSC (2018).



Encaminhamentos e fluxos dos motivos de baixa frequência escolar

Considerando que os motivos que levam as crianças e os adolescentes a não obter a frequência escolar mínima exigida possuem uma natureza socioeconômica, pressupomos a necessidade de elaborar encaminhamentos e fluxos que possam colaborar para ações de intervenção sobre as realidades concretas das famílias beneficiárias do Bolsa Família. Nesse sentido, elaboramos uma proposta que não nega as diferentes realidades escolares presentes no Brasil, com a possibilidade de abertura e adequação para realidades locais. Acreditando na potência da intersetorialidade, isto é, na construção de ações articuladas que superem a fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais, a fim de possibilitar soluções integrais para os fenômenos identificados.

Partindo dessas problematizações, entendemos a importância de pensarmos encaminhamentos e fluxos que se articulam em diferentes níveis: intraescolar e extraescolar. A perspectiva intraescolar está relacionada ao acompanhamento pedagógico oferecido pela instituição escolar, a partir do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), da sua compreensão do PBF e do conhecimento da realidade social e escolar do estudante.

Já o nível extraescolar refere-se ao acompanhamento socioassistencial ofertado pelos serviços estatais vinculados a políticas públicas específicas, tais como: a) os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), porta de entrada da assistência social, que trabalha de forma prognóstica; b) os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), unidades que atuam quando situações de risco e/ou violência já foram comprovadas, atuando no diagnóstico; entre outros. Essa parte do projeto foi realizada em constante contato com a SECADI, que era responsável por organizar o fluxo extraescolar e repassar à equipe Lantec que, por sua vez, foi responsável por elaborar os fluxos intraescolares e os fluxos extraescolares à identidade visual da plataforma.

A partir da constatação de baixa frequência do estudante, propomos fluxos de encaminhamentos fundamentados em quatro (4) verbos: identificar, conhecer, encaminhar e acompanhar, os quais denotam reflexão, ação e atuação sob as realidades concretas das crianças e dos adolescentes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social, beneficiários do PBF. Interessa-nos destacar que essas ações são uma proposta de encaminhamentos e fluxos de reflexão-ação para atuação, a fim de que possamos reconhecer as razões de ser dos fenômenos com nossos

olhos bem abertos e em sua totalidade. Você pode ter acesso a todos os fluxos intra e extraescolares no Apêndice C - Fluxos e encaminhamentos intra e extraescolares por indicador de alerta e risco.

Estrutura hipermediática dos encaminhamentos na plataforma

1 Ao acessar cada um de nossos encaminhamentos, você verá uma sequência de três telas que mudam automaticamente. Na primeira tela, você identifica qual é o motivo



2 Na segunda tela, você tem acesso ao motivo completo, inclusive aos submotivos que podem fazer parte deste.



3 Na terceira tela, você encontra um botão que dá acesso ao documento orientador da produção de encaminhamentos. Esse documento está disponível nos apêndices deste documento.



4 Na seção Identificar e Conhecer, você encontra um texto informativo mais completo sobre o motivo em questão. Além disso, há um botão à esquerda que te dá acesso a links de todos os documentos citados no texto.

Identificar e Conhecer

Constata-se a baixa frequência escolar, se segue a caracterização da realidade deste estudante para **Identificar e conhecer** os fatores estruturais, os quais dificultam o acesso à educação e a permanência escolar, visando à integração de dados e informações sobre as trajetórias e a situação do(a) estudante, antes do encaminhamento a outros serviços.

De acordo com a legislação, a obrigatoriedade de inserção no Ensino Fundamental é a partir de quatro anos, estendendo sua permanência até os dezessete anos; entretanto, é grande o número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade que enfrentam o abandono escolar. Essa situação envolve, além da precariedade da renda, necessidades insatisfeitas em âmbitos múltiplos, como o escolar, alimentar, saúde, moradia, trabalho, entre outros.

No contexto do Programa Bolsa Família (PBF), a frequência escolar mínima exigida é de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para adolescentes de 16 a 17 anos. Essa é a contrapartida das famílias beneficiárias do PBF para receberem os benefícios de renda.

Dessa forma, o PBF tem **duas dimensões**: faz uma transferência condicionada de renda e protege o direito ao acesso e à permanência na escola de crianças e adolescentes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social.

A permanência nas trajetórias escolares desses sujeitos não depende apenas de esforços individuais, mas **também da escola, da família e da comunidade**. A instituição escolar pode articular ações coletivas com outros serviços públicos, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), a fim de construir espaços para fortalecimento de vínculos que permitam o(a) estudante a ter condições concretas de aprendizagem.

O abandono pode estar conectado a interrupção, retenção e repetência, podendo o(a) estudante chegar a vivenciar um descompasso com sua faixa etária e com a organização (seriada ou em ciclos) estabelecida para o sistema regular de ensino. O fenômeno do abandono escolar, é complexo e dialoga com todos os demais motivos que provocam a baixa frequência escolar elencados nesta plataforma.

5 Os fluxos intra e extraescolares estão em abas lado a lado – para acessar, basta clicar. O fluxo intraescolar está relacionado ao acompanhamento pedagógico oferecido pela instituição escolar.

Acompanhamento intersetorial dos casos identificados

Intraescolar Extraescolar

Como a escola está organizada para o acompanhamento do(a) estudante?

Diante da situação de abandono escolar e da **identificação** de que a criança e/ou adolescente está desistindo de sua trajetória escolar, a escola deve buscar compreender os motivos estruturais observando de que forma estão atrelados, uma vez que todos os motivos de baixa frequência escolar implica em abandono escolar. É importante observar se estão relacionados apenas à escola e seu funcionamento ou se possuem implicações sociais, familiares, entre outros fatores, o que demanda a mobilização de uma atuação intersetorial e de acompanhamento socioassistencial.

No ambiente escolar é possível **encaminhar** estratégias internas de acompanhamento pedagógico que visem dialogar com a

O potencial está em conhecer e dialogar com a vivência destas crianças e adolescentes atuando de forma preventiva, e os(as) considerando sujeitos de direito, pertencentes à escola, antes de se tornarem sujeitos categorizados em estatísticas e sob ação reparativa.

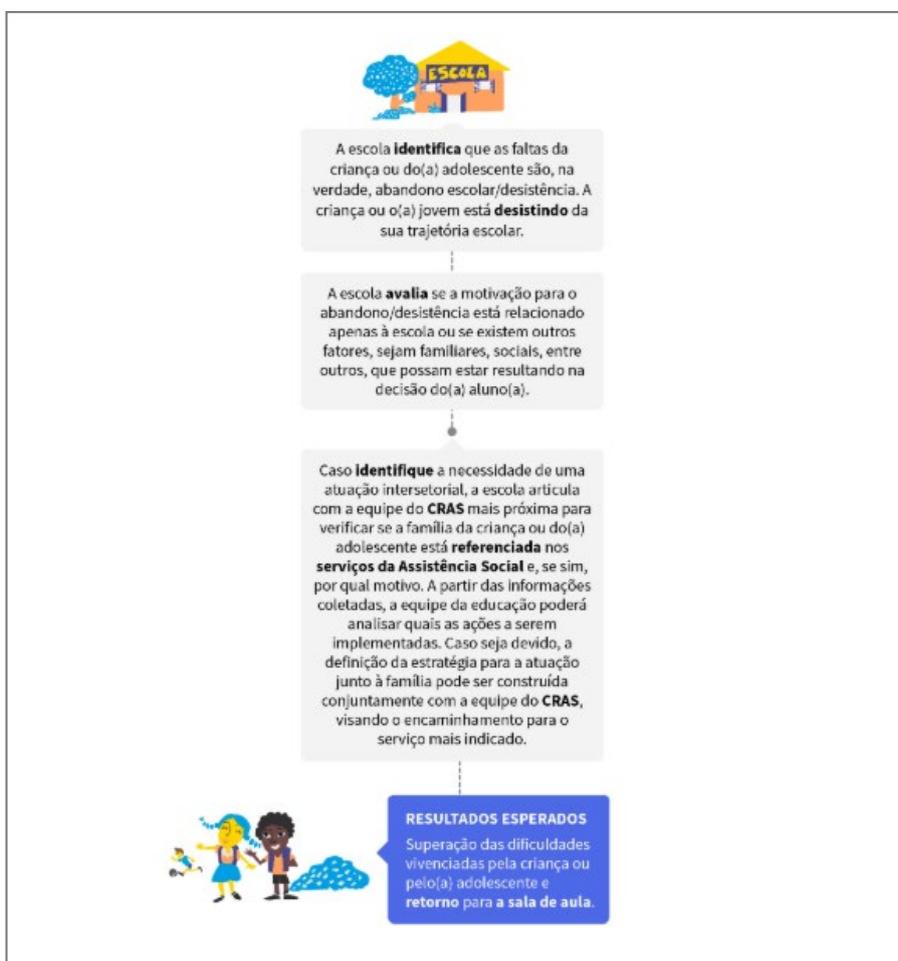
A escola pode encontrar apoio para o desenvolvimento de ações conjuntas e complementares com a criança, o adolescente e as famílias no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que objetiva dar apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades. Esse sistema se organiza em dois modos: o primeiro é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais; o segundo é a Proteção

6 O fluxo extraescolar refere-se ao acompanhamento socioassistencial oferecido pelos serviços estatais, vinculados a políticas públicas específicas.

Acompanhamento intersetorial dos casos identificados

Intraescolar	Extraescolar
<p>Conheça o fluxo socioassistencial para acompanhamento</p> <p>O encaminhamento socioassistencial não deve encerrar a articulação intersetorial e participação da escola no acompanhamento pedagógico, ações conjuntas de diferentes setores fortalecem as trajetórias de crianças e adolescentes nas escolas, combatendo a infrequência escolar a partir de ações coletivas com base no entendimento dos motivos que levam a baixa frequência e evasão das crianças ou adolescentes beneficiárias do PBF. A escola pode encontrar apoio para articulação de ações conjuntas com outros setores das políticas públicas, como os da área da Saúde e/ou Assistência Social.</p> <p>O fluxo abaixo, visa orientar profissionais da educação a fim de efetivar uma rede de proteção que permita o acesso integral das crianças e adolescentes beneficiárias do PBF à cidadania.</p>	

7 Ao fim da página dos fluxos extraescolares, você encontra um botão que te dá acesso à imagem do fluxo em questão, que pode ser baixado para diversas formas de uso.





Considerações Finais

Não há dúvidas de que o processo de construção da Plataforma Trajetórias constituiu um grande desafio para todos os integrantes do Lantec que, junto à Secadi, buscaram alcançar excelência na produção de todos os componentes da plataforma.

Compreendemos que todos os objetivos do projeto foram alcançados, também compreendemos que os produtos entregues cumprem as metas previstas. Destacamos que uma das dificuldades diz respeito à ingerência da UFSC em relação à estrutura tecnológica do MEC, onde ficarão hospedados os produtos criados, o que dificultou a execução do projeto em diversos momentos, mas não inviabilizou o cumprimento das metas.

Os dados e informações produzidos no âmbito do acompanhamento dos(as) beneficiários(as) do PBF representam importantes diagnósticos socioeducacionais e territorializados que podem subsidiar o poder público na busca de soluções para o enfrentamento de fenômenos educacionais como a repetência, o abandono e a evasão escolar. Nesse contexto, a Plataforma Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades, contribuirá para qualificar esses enfrentamentos.





Referências

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (AGNU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> . Acesso em: 26 de fevereiro de 2019.

_____. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Ministério da Educação. 1ª Edição. Brasil, agosto de 2014. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/epds/contents/Editais/projeto-politico-pedagogico.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019.

_____. Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Educação. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 mar. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm. Acesso em: 05 fev. 2019.

_____. Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jan. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm. Acesso em: 25 jan. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816. Acesso em: 5 fev. 2019.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Censo Escolar 2017**: notas estatísticas. INEP: Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

_____. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Alterada pela LEI Nº 9.475/97 e LEI Nº 10.287/2001, LEI No 10.328/2001, já inserida no texto). Disponível em: http://www.cp2.g12.br/alunos/leis/lei_diretrizes_bases.htm

BURGOS, Taciana. Comunicação gráfica em interfaces de hipermídia de educação a distância via WEB. In: SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: REDES SOCIAIS E APRENDIZAGEM, 3., 2010, Recife. Anais eletrônicos... Recife: UFPE, 2010, p. 1-18. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nehte/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Taciana-Burgos.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

CERNY, R.; QUARTIERO, E. M. Autoformação. In: MILL, Daniel (Org). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância**. Campinas: Papirus, no prelo.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. 2019. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br. Acesso em: 28 fev. 2019.

MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Educação, Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Trindade. Portaria Normativa nº 001/CED/2018, de 09 de janeiro de 2018. Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://novoced.paginas.ufsc.br/files/2018/01/Regimento-LANTEC.pdf>. Acesso em 01 mar. 2019.

HELLER, E. **Psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão**. Tradução de Maria Lúcia Lopes da Silva. [s.l.]: Editora Gustavo Gili, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ministro da Educação

Rossieli Soares da Silva

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

Júlio César Meireles de Freitas

Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania

Daniel de Aquino Ximenes

Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar

Simone Medeiros

Equipe Técnica

Eliciano Pinheiro da Silva

Ismael Guimarães da Silva

Joana Darc de Castro Ribeiro

Leonardo Junges

Borgmann Sant'ana

Secretaria Técnica

Marcília Delgado

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Ubaldo Cesar Balthazar

Vice-Reitora

Alacoque Lorenzini Erdmann

Pró-Reitor de Graduação

Alexandre Marino Costa

LABORATÓRIO DE NOVAS TECNOLOGIAS

Coordenação Geral

Elizandro Maurício Brick

Vice-Coordenação

André Ary Leonel

Núcleo de Formação

Maria Carolina Machado Magnus

Núcleo de Pesquisa e Avaliação

Juliano Camillo

Núcleo de Criação e Desenvolvimento de Materiais

Silvio Domingo Mendes Silva

INICIATIVA TRAJETÓRIAS ESCOLARES, DESIGUALDADES E DIVERSIDADES

Concepção da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades

Daniel de Aquino Ximenes

Simone Medeiros

Roseli Zen Cerny

Francisco Fernandes Soares Neto

Colaboradores

Janio de Souza Alcântara

Elis do Nascimento Silva

Elisa Maria Quartiero

Elizandro Maurício Brick

Nilza Godoy Gomes

Zenilde Durli

DESENVOLVIMENTO E CONSTRUÇÃO DA PLATAFORMA TRAJETÓRIAS ESCOLARES, DESIGUALDADES E DIVERSIDADES

Coordenação Geral

Elizandro Maurício Brick

Francisco Fernandes Soares Neto

Roseli Zen Cerny

Supervisão

Guilherme Chiappa

Gustavo Oliveira Wolf Cavalcante

Larissa Malu dos Santos

Pamela Angst

Wellington Fernandes Silvano

Autoria dos Materiais

Temática I - Organização do trabalho pedagógico na perspectiva das trajetórias escolares. Paulo Felipe Lopes de Carvalho

Temática II - Violação de direitos e risco social. Maria Cecília Luiz, Maria Sylvia Cardoso Carneiro e Soraya Conde

Temática III - Saúde e atenção integral. Marta Azevedo Klumb Oliveira

Temática IV - Escola, família e comunidade. Paulo Felipe Lopes de Carvalho

Design Educacional

Ana Luíza Casasanta Garcia

Guilherme Chiappa

Gustavo Oliveira Wolf Cavalcante

Elis do Nascimento Silva
Fabienne Cunha
João Vinícius Bobek

Design Gráfico

Ana Letícia Oliveira do Amaral
Brunna Casagrande
Bruno Abatti
Diego França Vieira
Ketlin Alves Garcia
Letícia Marques Alves
Marina Moreira Moraes
Pamela Angst
Thais Paiola Camata

Revisão Textual

Brenda Pires
Cláudio Fernando S. Borrelli
Débora Machado Gonçalves
Evillyn Kjellin

Ilustração

Eduardo Eising
Leonardo Oliveira Cordeiro
Matheus Amarante

Fotografia

Lúcia Helena Lenzi
Soninha Vill

Pesquisa

Ana Luíza Casasanta Garcia
João Paulo Roberti Júnior
Elis do Nascimento Silva

Programação

David Mota de Noronha
Diego Mello
Hyan Carlos Silveira
Jorge Almeida Bastos Júnior
Matheus Nunes Cechetto
Pablo Thobias Braz Carminatti
Ricardo Walter Hildebrand

**Apêndice A - Diretrizes Iniciativa Trajetórias
Escolares, Desigualdades e Diversidades**

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania
Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar



Iniciativa
**Trajetórias
Escolares**
Desigualdades e Diversidades

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania
Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar

Ministério da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

Ivana de Siqueira

Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania

Daniel de Aquino Ximenes

Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar

Simone Medeiros

Equipe Técnica

Eliciano Pinheiro da Silva

Ismael Guimarães da Silva

José Ricardo Albernás Lima

Ronara de Castro Azevedo Alcantara

Secretaria Técnica

Marcília Delgado

Concepção da Iniciativa Trajetórias Escolares Desigualdades e Diversidades

Daniel de Aquino Ximenes - Secadi/MEC

Simone Medeiros - Secadi/MEC

Jânio de Souza Alcântara - Secadi/MEC

Roseli Zen Cerny - Lantec/CED/UFSC

Elizandro Maurício Brick - Lantec/CED/UFSC

Francisco Fernandes Soares Neto - Lantec/CED/UFSC

Elis do Nascimento Silva - Lantec/CED/UFSC

Nilza Godoy Gomes - Lantec/CED/UFSC

Zenilde Durli - Lantec/CED/UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED
LABORATÓRIO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO - LANTEC

Coordenação

Elizandro Maurício Brick
Francisco Fernandes Soares Neto
Rosely Zen Cerny

Supervisão Geral

Elis do Nascimento Silva
Evillyn Kjellin
Gustavo Wolf
Pamela Angst
Thais Paiola Camata
Wellington Fernandes Silvano
Nilza Godoy Gomes

Administrativo Financeiro

Kevin Eduardo Rodrigues Ferreira

Equipe de programação

Alexandre Cechinel
David Mota de Noronha
Hyann Carlos Silveira
Pablo Thobias Braz Carminatti
Jorge de Almeida Bastos Junior
Diego Alexandre de Mello

Consultoria Técnica

Ricardo Walter Hildebrand
Julia Siqueira da Rocha

Equipe de Designers Gráficos

Bruna Casagrande
Bruno Abatti
Nicole Giacomazzi
Diego França Vieira
Leticia Marques Alves
Leonardo Oliveira Cordeiro

Equipe de Pesquisa

Ana Luiza Casasanta Garcia
Elis do Nascimento Silva

Equipe de Designers Educacionais

Gustavo Wolf

Revisão Ortográfica

Evillyn Kjellin

Sumário

1. Introdução	09
2. Justificativa	15
2.1 Retratos da Educação Básica	21
2.2 Crianças e adolescentes acompanhados no âmbito do Programa Bolsa Família	30
3. A Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades	39
3.1 A redes intersetoriais e a formação continuada	44
3.2 Interface com políticas, projetos e ações	45
3.3 Acompanhamento das trajetórias escolares	45
3.3.1 Dos eixos organizadores da Plataforma	46
Notas	52
Referências	54

1. Introdução

Educação, direito de todos.

O direito à educação, universalmente reconhecido e assegurado aos cidadãos em documentos internacionais e nacionais, tem como marco a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, que, dentre outros princípios fundamentais, postula: “Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória”. Na mesma direção, a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, de 1960, e o artigo 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, além da Declaração Mundial sobre Educação para Todos 2000 (UNESCO/CONSED, 2001), também asseguram esse direito humano social e inalienável.

No Brasil, o direito à educação tem sido reconhecido

legalmente pelo Estado, tendo como marco a Constituição de 1934, assegurando a obrigatoriedade e a gratuidade da educação escolar à totalidade da população para garantir o acesso e frequência dos cidadãos à escola. Por sua vez, a vigente Constituição Federal (CF) de 1988 reconhece a educação no Brasil como direito público subjetivo e social, estabelecido em seu Capítulo III, Seção I, intitulada “Da Educação”. Em seu art. 205 destaca:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento das pessoas, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Reafirmando a garantia da universalidade da educação, o art. 208 da CF, em sua nova redação no inciso I, prevê a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade (Emenda Constitucional nº 59, de 11.11.2009). No que se refere à duração do ensino fundamental obrigatório e gratuito, o art. 32 da Lei Nº 11.274, de 6 de Fevereiro de 2006, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, alterou sua duração para 9 (nove) anos na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade.

Em consonância com a CF, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 9.394/1996) e, de forma específica às crianças e aos adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) também normatizam a garantia do direito à educação no país, à medida que esse direito “é uma oportunidade de crescimento cidadão, um caminho de opções

Educação, dever do Estado e da família.

diferenciadas e uma chave de crescente estima de si.” (CURY, 2002, p. 260). Destaca-se, também, que a busca pela garantia do direito à educação tem ancorado algumas das atuais políticas públicas e diretrizes nacionais para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, que considerem os direitos à igualdade e à diversidade dos estudantes em todo país e viabilizem o acesso pleno à educação básica obrigatória e gratuita, a exemplo das metas do Plano Nacional de Educação (PNE)¹, sancionado em 2014, e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) e suas modalidades de ensino². Nesse sentido, entende-se que: “[...] a educação como direito e sua efetivação em práticas sociais se convertem em instrumento de redução das desigualdades e das discriminações e possibilitam uma aproximação pacífica entre os povos de todo o mundo”. (CURY, 2002, p. 261).

No entanto, a garantia desse direito, ainda, constitui-se um enorme desafio para os sistemas escolares, para os governos e para a sociedade em geral, apesar dos avanços registrados nas últimas décadas, sobretudo, no que se refere às políticas de combate à desigualdade, à discriminação e à intolerância, bem como à cultura da paz. Mas é preciso avançar nas políticas que, fundadas no direito à igualdade, reconheçam o direito às diferenças, tendo em vista que as políticas universais se entrecruzam com o desafio da equidade.

Políticas sociais e educacionais como o Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE); o Programa do Transporte Escolar (PNTE); o Programa do Livro Didático (PNLD); o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Programa Bolsa Família (PBF) – que unificou, em 2004, programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e Cartão Alimentação – têm contribuído de forma estratégica para reforçar o estatuto da federação que tem como um de seus objetivos fundamentais, segundo o art. 3º III, da CF de 1988: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

O Programa Bolsa Família (PBF)³, criado pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004, caracteriza-se como um Programa de transferência de renda condicionada.

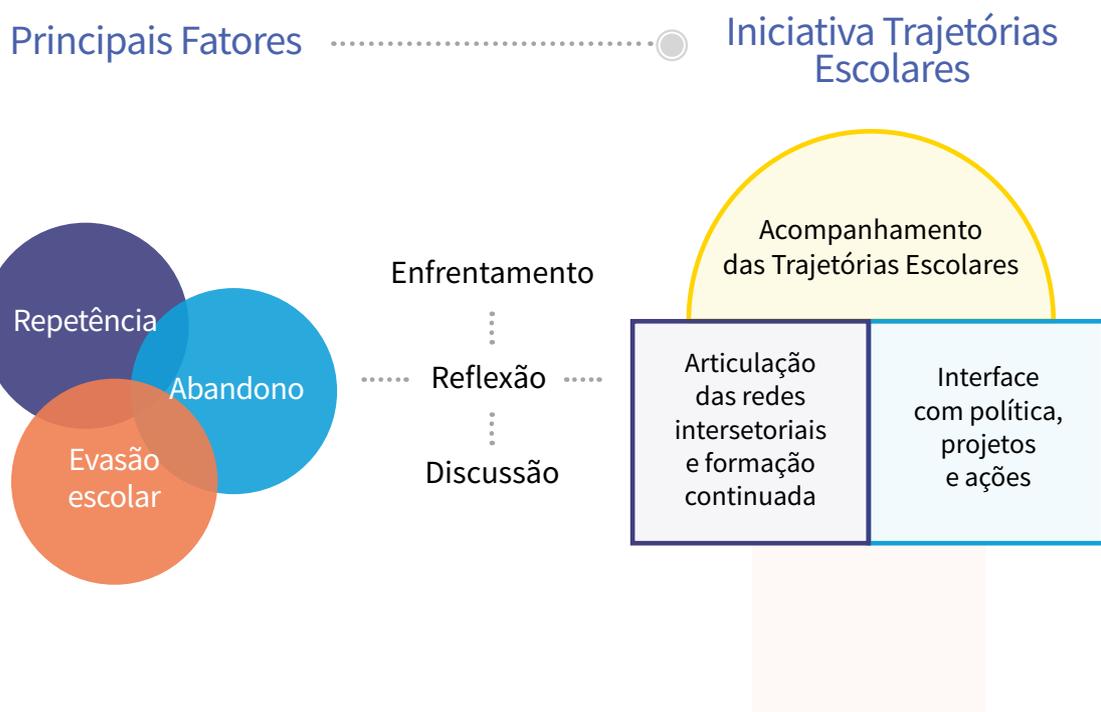
O PBF destaca-se como um dos principais programas de inclusão social do País, tendo em sua concepção a educação como um direito, inscrevendo nas políticas sociais e nos marcos normativos a exigência do seu reconhecimento, sobretudo por se tratar do direito à educação de crianças e adolescentes em situação de pobreza.

No entanto, apesar dos avanços identificados com as informações e os dados produzidos, constata-se ainda a necessidade que sejam sistematizados de modo a permitir um acompanhamento qualitativo das trajetórias pelos

profissionais da educação, possibilitando ações voltados para o acompanhamento efetivo das trajetórias escolares das meninas e dos meninos que têm, a partir da democratização política de 1985 e desse conjunto de políticas supracitadas, acessado mais os sistemas escolares. Os dados e informações podem contribuir com a identificação de fatores e causas importantes que têm, histórica e socialmente, contribuído para os altos índices de reprovação, abandono e evasão escolar e que têm obstaculizado o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na idade apropriada de crianças e adolescentes em situação de pobreza.

Nesse sentido, a Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades tem como propósito contribuir para a reflexão, a discussão e o enfrentamento dos principais fatores (repetência, abandono e evasão escolar) que têm dificultado as trajetórias escolares de crianças e adolescentes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social no país, com vistas à conclusão dos estudos na idade adequada. A Iniciativa visa, ainda, criar espaços de articulação institucional, de formação continuada e de interface com políticas, projetos e ações voltados para os profissionais da educação e outros envolvidos com as políticas sociais e com a gestão educacional.

Este documento trata da proposta da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades e visa apresentar as diretrizes gerais que orientam sua concepção e materialização.



2. Justificativa

É inegável que nas últimas décadas vivenciamos no Brasil a quase universalização da Educação Básica. Contudo, essa entrada de crianças e adolescentes na escola não veio devidamente acompanhada da garantia de qualidade na educação, trazendo desafios para criação de estratégias que favoreçam a permanência e a conclusão dos estudos na idade adequada, com qualidade. Um dos programas que têm contribuído para promover a garantia do acesso e da permanência dos estudantes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social na escola é, desde a sua criação em 2004, o Programa Bolsa Família (PBF), por meio do acompanhamento da condicionalidade da educação.

No ano de 2016, de acordo com dados disponíveis no Sistema de Informação do Acompanhamento da Frequência Escolar

do Bolsa Família (Sistema Presença)⁴, do Ministério da Educação (MEC), mais de 17,7 milhões de crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 17 anos de idade, entraram para acompanhamento e tiveram a frequência escolar (e a infrequência) monitorada nos 5.570 municípios da federação, por uma rede de mais de 50 mil profissionais da educação, distribuídos em mais de 152 mil escolas públicas e privadas. O acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de famílias participantes do PBF também tem auxiliado a construção de diagnósticos socioeducacionais e territorializados que permitem a identificação, ao longo de 5 períodos do ano, das causas que dificultam a permanência e a progressão dos estudos na idade adequada.

A identificação desses motivos constitui-se em importantes indicadores de

Sistema Presença (2016)

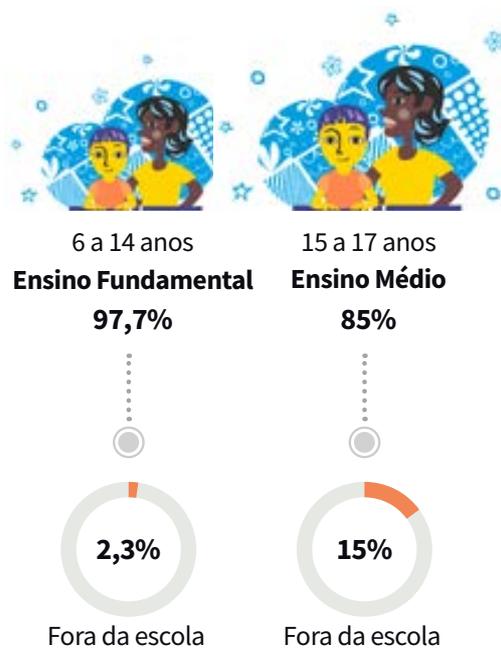


vulnerabilidade e risco social, alertas que sinalizam a necessária atuação intersetorial do poder público. A escola, nesse cenário, passa a enfrentar outros desafios, pois a inclusão das classes populares e populações tradicionais e específicas no contexto escolar as políticas públicas, os currículos, as práticas pedagógicas, a formação de professores, a infraestrutura, os materiais pedagógicos e as trajetórias escolares desses estudantes, tendo em vista que a obrigatoriedade da frequência escolar não se constitui um fim em si mesmo. Para além disso, pode consistir em uma importante estratégia de garantia do acesso, da permanência e da progressão nos estudos e, sobretudo, uma importante estratégia de garantia do direito à educação escolar das populações vulneráveis socialmente.

As vulnerabilidades identificadas no acompanhamento do PBF, no que se refere à garantia do direito de acesso e permanência de crianças e adolescentes em situação de pobreza na escola, sinalizam a todos o quanto ainda é necessário progredir para que a universalização da educação básica possa ser alcançada com vistas ao atendimento de todos(as) e de cada um(a), como orienta o Plano Nacional de Educação (PNE) em vigor. A taxa de matrícula no Ensino Fundamental para a faixa etária de 6 a 14 anos atingiu 97,7% em 2015, representando 26,2 milhões de crianças matriculadas, de acordo com os dados coletados pela PNAD 2015 e publicados pelo Observatório do PNE⁵. e 85% No Ensino Médio estavam matriculados em 2015, conforme a mesma fonte acima, aproximadamente 62,7%⁶ (6 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos.

Contudo é importante também olhar para aqueles que representam 2,3%, pouco mais de 430 mil que não frequentavam a escola em 2015 e 37,3% (1,5 milhões não concluíram ou não frequentavam o Ensino Médio). Da mesma maneira e para aqueles(as) que, permanecendo nela, têm dificuldade de progressão e continuidade dos estudos.

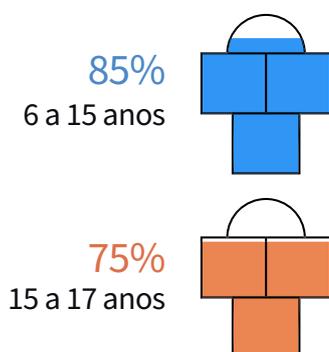
Taxa de Matrícula na Educação Básica



Um dos objetivos do PBF é o “reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, que contribuem para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações”. Para garantir o cumprimento desse objetivo, instituíram-

se as condicionalidades da educação e da saúde, as quais devem ser cumpridas para que as famílias recebam o benefício. Especificamente, a condicionalidade da educação exige a frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 15 anos e 75% para adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos.

Frequência mínima na escola dos beneficiários do Bolsa Família



Os sujeitos que compõem o cotidiano escolar já percebem algumas modificações positivas em relação à postura dos estudantes e de suas famílias sobre a importância da frequência à escola, bem como da participação dos pais no acompanhamento de seus filhos. Uma das pesquisas sobre o PBF destacou como principais contribuições do Programa “[...] o aumento da permanência do educando na escola e a possibilidade de saída de crianças e jovens do trabalho precoce” (BRANDÃO; PEREIRA; DALT; 2013, p. 218-219). Mas, ainda segundo o estudo realizado, alguns dos desafios a serem enfrentados são o baixo desempenho, a repetência, a distorção idade-série e o abandono escolar.

Aumento da permanência do educando na escola e a possibilidade de saída de crianças e jovens do trabalho precoce.

Contribuições do Programa Bolsa Família

Neste documento estão mencionados os dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE); do Censo Escolar da Educação Básica 2016 (INEP, 2017); da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio – PNAD 2015 (IBGE); do Sistema Presença (SECADI/MEC, 2016), da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI/MDS (2017) e do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), sendo esses os dados mais atuais na data da elaboração deste documento. De forma sintética, apresenta-se um panorama da Educação Básica brasileira em relação à população de crianças e adolescentes, com foco na repetência, distorção idade-série, abandono e exclusão escolar.

Para fins de precisão, o enfoque dado neste documento em relação às bases de dados mencionadas acima consistiu em:

- **Censo Demográfico 2010 (IBGE):** total da população por faixa etária;
- **a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD-IBGE, 2015):** faixa de renda, faixa etária e escolaridade;
- **o Censo Escolar da Educação Básica 2016 (INEP):** total de matrículas na educação básica, distorção idade-série; evasão e repetência, rendimento escolar, insucesso, reprovação, abandono;
- **a SAGI 2017 (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/MDS):** beneficiários do Programa Bolsa Família na faixa etária de 6 a 17 anos,
- **o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024),** especialmente as Metas 2 e 3.

Para desenvolvimento da Plataforma Trajetórias Escolares, os dados utilizados para a produção dos relatórios, geração de indicadores e visualizações gráficas serão os indexados pela base do Sistema Presença, em uma primeira etapa de desenvolvimento do projeto. Hoje, esse sistema organiza todos os dados do acompanhamento e monitoramento da frequência escolar das crianças e adolescentes beneficiários do Programa Bolsa Família. Além desses dados de acompanhamento, o Sistema Presença utiliza dados do Censo Escolar (INEP), referente às escolas nas quais os estudantes estão matriculados e o sistema também articula dados da base do Cadastro Único⁷ (MDS), que organiza informações específicas sobre as famílias dos estudantes.

A **Plataforma Trajetórias Escolares** será desenvolvida de forma a possibilitar que outras bases possam ser conectadas e, assim, possibilitar a geração de novos

indicadores, novas **possibilidades de geração e visualização de relatórios e articular cada vez mais informações.**

2.1 Retratos da Educação Básica

A seguir, estão apresentados dados estatísticos sobre o cenário da Educação Básica. Esses dados ajudam a compreender o perfil de crianças e adolescentes que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade social no país.

Inicia-se este retrato sobre as crianças e os adolescentes brasileiros focalizando nos dados do Censo Escolar da Educação Básica 2016 (INEP, 2017), nele constata-se que cerca de 48,8 milhões de crianças e adolescentes estão matriculados na educação básica, conforme o Censo Escolar-INEP/Sinopse Estatística da Educação 2016 Deste total de matrículas, 22,8 milhões estão localizadas na rede municipal, e 16,5 milhões na rede estadual enquanto que a rede federal tem uma participação de 392,5 mil Em relação ao número de matrículas na educação básica em escolas de zonas rurais e urbanas, a primeira participa com aproximadamente 5,6 milhões enquanto nas regiões urbanas tem 43,2 milhões do total de matrículas mencionadas acima (INEP, 2017, p.11).

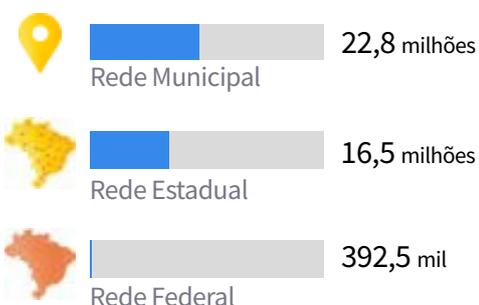
Nesse contingente de estudantes, o olhar se volta para aqueles cujas trajetórias são marcadas pela distorção idade-série, abandono e repetência. Os dados oriundos da PNAD (IBGE), do Censo Escolar (INEP) e do Sistema Presença (SECADI/MEC) sinalizam

Taxa de Matrícula na Educação Básica

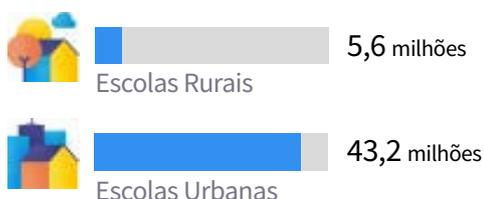


34 Milhões

Crianças e adolescentes
Ensinos fundamental e médio



Taxa de Matrícula em escolas Rurais e Urbanas



para as populações que estão em condições de vulnerabilidade social e econômica, como as populações que vivem nas periferias

das cidades e no campo, as indígenas e as quilombolas, entre outras. Também incluem-se as crianças e os adolescentes portadores(as) de necessidades educativas especiais.

O relatório do UNICEF chama a atenção para o perfil dessas crianças e adolescentes que se encontram fora da escola ou tem dificuldades de nela permanecerem:

Os mais excluídos são as crianças e os adolescentes negros, que vivem na zona rural, pobres ou oriundos de famílias em que os pais ou responsáveis têm pouca ou nenhuma escolaridade. Também fazem parte desse grupo crianças e adolescentes quilombolas, indígenas, com deficiência ou em conflito com a lei. (UNICEF, 2014, p. 10).

A discriminação étnico-racial consiste em mais um dos obstáculos a ser enfrentado, haja vista que “em todas as faixas etárias, crianças e adolescentes negros estão em desvantagem em relação aos mesmos grupos da população branca no acesso, mas, principalmente, na permanência na escola” (UNICEF, 2014, p. 34). Também “a escolaridade dos pais ou responsáveis é outra barreira sociocultural importante para o acesso das crianças e dos adolescentes à educação” (UNICEF, 2014, p. 35).

A situação de vulnerabilidade socioeconômica de crianças e adolescentes está intimamente relacionada ao trabalho, com destaque para o trabalho infantil, influenciando a baixa frequência escolar na idade adequada e a permanência na escola. O relatório da PNAD

Contínua sobre trabalho infantil (IBGE, 2016) pontua que: “o trabalho infantil tem diversos efeitos perversos sobre o desenvolvimento das crianças. Dentre os que demandam maiores preocupações estão, de um lado, a entrada tardia na escola e a evasão escolar e, de outro, as enfermidades contraídas em função do trabalho realizado” (p. 3).



Gráfico 1

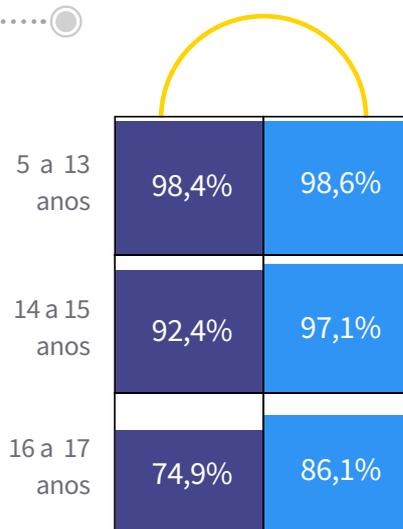
Relação entre faixa de renda e exclusão escolar



PNAD, 2015

Em relação à população ocupada que abrange a faixa de 5 a 17 anos, chama a atenção que essas atividades estão majoritariamente relacionadas às atividades agrícolas, com destaque para a região sul - 100% da população infantil (5 a 9 anos) que trabalha, equivalente a 8.537 crianças, de acordo com os dados

Taxa de escolarização de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em atividades laborais



Taxa de escolarização dos que trabalham Taxa de escolarização dos que não trabalham

IBGE, PNAD 2016.

Nota: Atividade laboral nesse contexto significa toda e qualquer atividade exercida por crianças e adolescentes que são pertinentes à população adulta.

do IBGE-PNAD 2015, contrastando com as atividades não agrícolas que não tem registro de atividades laborais para essa faixa etária, conforme a tabela XXXX

Destaca-se, também, os números totais no Brasil de crianças ocupadas aumentando contrastando em relação à progressão da idade quando trata-se de ocupação em atividades agrícolas: dados mostram que na faixa etária de 5 a 9 anos é de 85,5%, enquanto para atividades

não relacionadas ao setor agrícola equivale a 14,5%. Na faixa etária de 15 a 17 anos o total de jovens que trabalham são 1.537.688 (75,6%) do total de jovens ocupados, nesse caso em atividades não relacionadas ao campo.

População Ocupada em 2015

Grandes Regiões	Agrícola			Não Agrícola		
	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
Norte	11.248	56.745	88.787	680	30.409	123.223
Nordeste	30.297	135.840	222.879	6.417	95.739	361.000
Sudeste	13.938	59.913	106.714	3.411	79.183	590.660
Sul	8.537	27.785	53.306	-	35.348	307.221
Centro-Oeste	3.105	13.329	23.577	884	26.125	155.584
Brasil	67.125	293.612	495.626	11.402	266.804	1.537.688

Grandes Regiões	Agrícola			Não Agrícola		
	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
Norte	94,2%	65,1%	41,9%	5,8%	34,9%	58,1%
Nordeste	82,5%	58,7%	38,2%	17,5%	41,3%	61,8%
Sudeste	80,3%	43,1%	15,3%	19,7%	56,9%	84,7%
Sul	100%	44%	14,8%	-	56%	85,2%
Centro-Oeste	77,8%	33,8%	13,2%	22,2%	66,2%	86,8%
Brasil	85,5%	52,4%	24,4%	14,5%	47,6%	75,6%

Fonte: IBGE 2015

As crianças e adolescentes envolvidas em atividades laborais tem a escolarização com taxas que vão diminuindo à medida que a faixa etária aumenta, conforme demonstram os dados ao lado, sinalizando a necessidade de atenção e proteção para essas crianças e adolescentes.

Outros fatores com maior influência sobre a escolaridade de crianças e adolescentes têm sido que o “[...] número de escolas também não é suficiente para atender à demanda, em especial no campo, que ainda concentra grande parte das crianças e dos adolescentes fora da escola em todas as faixas etárias, de acordo com o Censo Demográfico 2010” (UNICEF, 2014, p. 36).

Também, a precária qualidade da educação oferecida, seja pelas condições de infraestrutura e de trabalho dos profissionais ou pelo projeto político pedagógico, muitas vezes com um currículo e um modo de ensinar que não consideram a maneira como os estudantes aprendem nem a diversidade sociocultural brasileira.

O Censo Escolar da Educação Básica (2016) informa que 39.834.378 é o número total de matrículas na educação básica em escolas públicas, incluindo as três dependências administrativas (INEP, 2016, p.10)

Neste contingente de matrículas observamos que as taxas de distorção idade-série são significativas e mais expressivas nos anos finais do ensino fundamental e na 1ª série no 1º ano do ensino médio em escolas públicas. A taxa total de distorção idade-série⁸ no ensino fundamental em escolas públicas é 21,2 e

no ensino médio é 30,9⁹. Nos anos finais do ensino fundamental, em 2016, a taxa alcançou 29,7 refletindo na taxa inicial do ensino médio que ficou em 35,8 na rede pública de ensino, conforme os dados coletados na planilha do INEP 2016 - “Taxa de Distorção Idade-Série, por Localização e Dependência Administrativa, nos Níveis de Ensino Fundamental e Médio, Brasil, em 2016”.

No Gráfico 2, quando observamos as taxas de distorção nos anos finais do ensino fundamental, em escolas na zona rural, ela se amplia significativamente (40,6), o que, provavelmente, acaba replicando no 1º ano do ensino médio com a taxa de 43,4. O mesmo podemos observar na zona urbana nos anos finais do ensino fundamental com a taxa de 28,0 e 35,5 no 1º ano do ensino médio, conforme dados retirados da Tabela Taxa Distorção Idade-Série do Censo Escolar da Educação Básica 2016 / INEP.

Gráfico 2

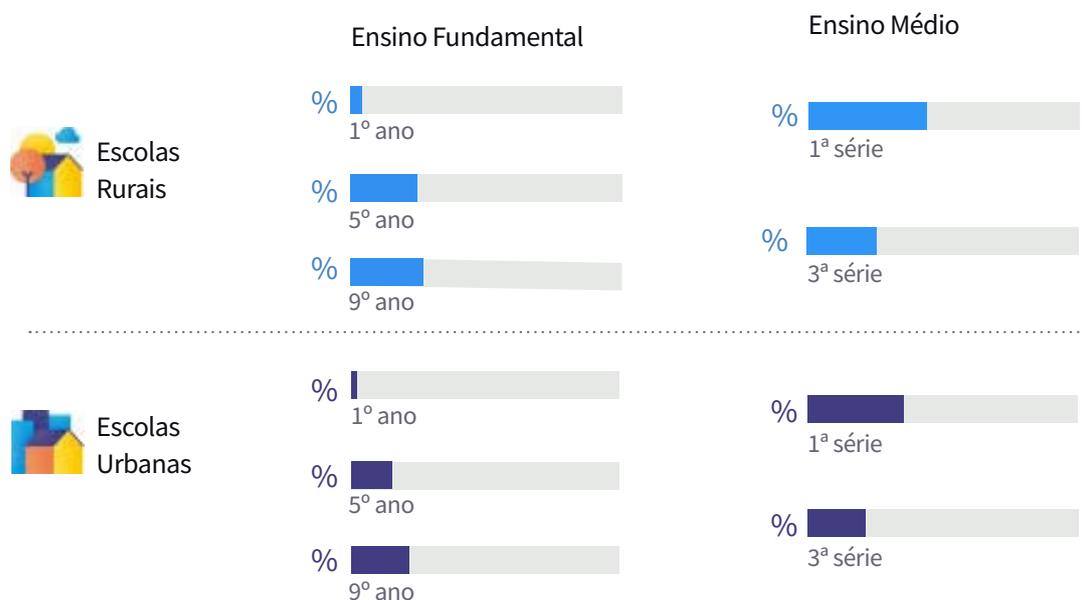
Distorção Idade-Série anos iniciais e finais da Educação Básica



INEP, Censo Escolar da Educação Básica 2016

O gráfico 3 demonstra que no 1º ano do ensino fundamental, nas regiões urbana e rural, em escolas públicas, as taxas de distorção idade-série ficam em torno de 3,4 se considerarmos a taxa total de matrículas em escolas públicas no Brasil. Na zona rural ela se amplia um pouco mais, ficando em 5,5. Contudo, é no 5º ano que se observa a “elevação considerável da distorção idade-série demonstrando que a trajetória dos alunos, já nos anos iniciais, é irregular” (INEP, 2016b). Essa taxa aumenta quando comparamos as zonas urbana e rural em relação ao 5º ano: 20,8 e 33,8, respectivamente. A distorção idade-série também se amplia no 9º ano do ensino fundamental.

Gráfico 3
Distorção Idade-Série anos iniciais e finais da Educação Básica



INEP, Censo Escolar da Educação Básica 2016. Notas Estatísticas. INEP/MEC, Brasília, fev.2017.

O mesmo cenário se repete no ensino médio. Observamos no Gráfico 4 que em relação às duas dependências administrativas, escola pública, a taxa total de distorção idade-série é 40, de forma mais expressiva no 1º ano (35,5 e 43,4 respectivamente), o que denota a dificuldade de continuar os estudos no segmento final da educação básica.



Gráfico 4

Taxas de reprovação totais no Ensino Fundamental nos anos iniciais e finais: escolas públicas urbana e rural (2016).



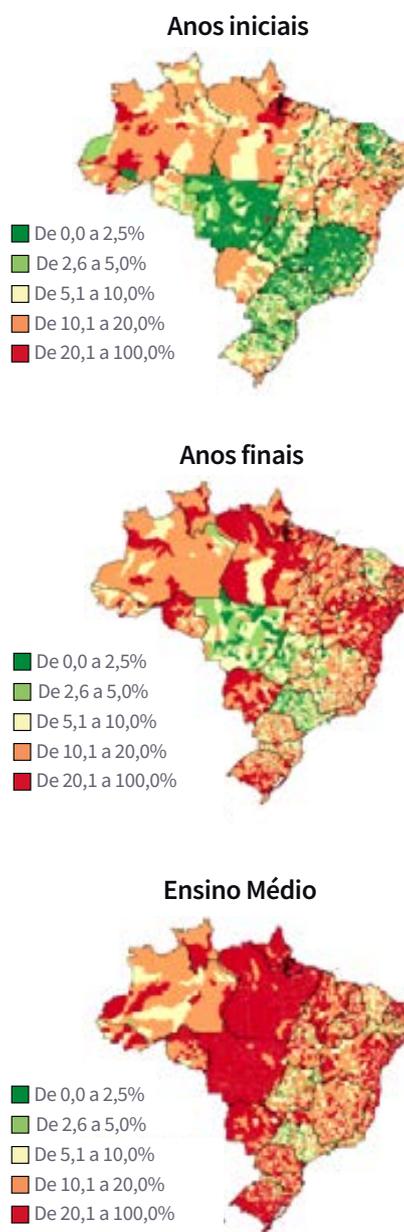
Censo Escolar da Educação Básica, 2016, MEC/INEP.

As Taxas de Rendimento Escolar definidas como os resultados da aprovação, reprovação e abandono (INEP, 2016), sinalizam para os desafios no cumprimento da Meta 2 do Plano Nacional de Educação, que visa: “[...] garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (MEC/SASE, PNE 2014-2024).

Os dados do Censo Escolar da Educação Básica (2016) demonstram que com o crescimento da faixa etária e o nível de ensino é significativo o aumento das taxas de reprovação e abandono por município no país, conforme demonstram os mapas da Figura 1 a seguir:

Figura 1

Taxa de insucesso na Educação Básica por município (2015)



Censo Escolar da Educação Básica, 2016/MEC/INEP.

Numa análise ampliada levando-se em consideração os dados do total de escolas públicas brasileiras, a taxa de reprovação no ensino fundamental alcança 9,5. Nas escolas públicas da zona rural, essa taxa se amplia para 9,8 nos anos iniciais e 12,4 nos anos finais. Nos anos finais do ensino fundamental, é onde observam-se as maiores taxas, tanto em escolas de zona urbana como rural, 12,7 e 12,4 respectivamente, segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica, 2016, ilustrado no Gráfico 4.

Em relação ao abandono no ensino fundamental, observamos que as maiores taxas também se encontram nos anos finais em escolas públicas da com 5,4 e 3,3 nas zonas rural e urbana, respectivamente.

Gráfico 5
Abandono do Ensino Fundamental: taxas totais das escolas públicas urbanas e rurais (2016).



Censo Escolar da Educação Básica, 2016, MEC/INEP.

Os dados descritos no gráficos 5 revelam desafios para um enfrentamento do abandono escolar a fim de que todos os estudantes possam concluir com sucesso a primeira etapa da educação básica.

O INEP também chama a atenção para outros resultados no Censo Escolar da Educação Básica 2016:

No ensino fundamental há também diferenças expressivas entre as taxas de aprovação por série. É baixa a aprovação no 3º ano, etapa típica de um aluno de 8 anos. A alfabetização ao final do 3º ano do ensino fundamental é outra meta do Plano Nacional de Educação. A elevação considerável da distorção idade série no 5º ano mostra que a trajetória dos alunos, já nos anos iniciais, é irregular. (INEP, 2016b)

A trajetória dos alunos, já nos anos iniciais, é irregular.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) estabelece na Meta 2 – Ensino Fundamental: “Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e

cinco por cento) dos alunos concluíam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE”. Ela estabelece como estratégia para o alcance dessa meta o cuidado para a inclusão e acompanhamento de todos as crianças e adolescentes:

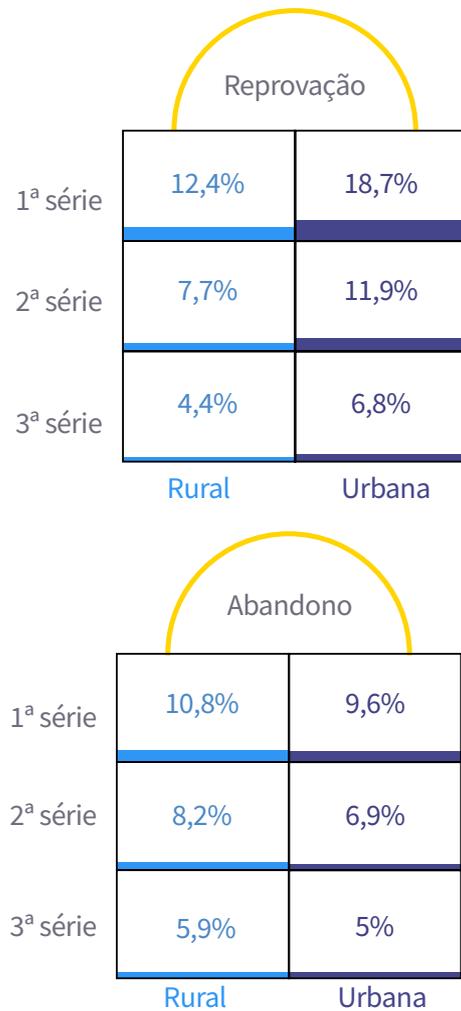
[...] fortalecer o acompanhamento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar do(s) aluno(s), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância e juventude (PNE 2014-2024, Meta 2/Estratégia 2.4).

O acompanhamento escolar de crianças e jovens, por parte da escola e de outros setores como a saúde e a assistência social é que permitirá que as políticas públicas possam alcançar todos os estudantes assegurando-lhes os direitos de uma trajetória bem sucedida durante o percurso da educação básica.

Na segunda etapa da educação básica, as taxas de insucesso escolar são observadas com níveis mais expressivos no 1º ano do ensino médio, no conjunto total de escolas públicas com a taxa de 18,4 em relação à reprovação e 9,7 de abandono. As escolas localizadas em zona urbana são as que têm a maior taxa de reprovação (18,7).

A maior taxa de abandono está em escolas da zona rural, também no 1º ano do ensino médio com 10,8. A taxa de abandono no total de escolas públicas é de 7,5 no ensino médio. Esses dados estão ilustrados nos Gráficos 8 e 9 a seguir.

Gráfico 7
Reprovação e Abandono no ensino médio: taxas totais das escolas públicas em zonas urbana e rural (2016)



Censo Escolar da Educação Básica 2016 (INEP).

O INEP explica que:

As diferenças das taxas de aprovação entre séries no ensino fundamental e médio mantêm-se rígidas, afetando as taxas de distorção idade-série. A taxa de insucesso na 1ª série do Ensino Médio é a maior de todas na educação básica. Apesar dos alunos das redes pública e privada apresentarem um risco similar de insucesso no primeiro ano do ensino fundamental, nas séries subsequentes o risco na rede pública é consideravelmente superior. (INEP, 2016b.)

O PNE 2014-2024 estabelece na Meta 3 – Ensino Médio: “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% [oitenta e cinco por cento]” (MEC/SASE, 2014). O Monitoramento e a Avaliação deste Plano (MEC/SIMEC, 2016) apontam que o percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou que possui educação básica completa era de 66,8% em 2015 (PNAD, 2015).

No que se refere aos resultados dos dados apresentados neste documento, considerou-se o perfil de crianças e adolescentes em idade escolar, e os determinantes socioculturais como os fatores de maior influência sobre a escolaridade de crianças e adolescentes,

na faixa etária de 6 a 17 anos. Constatase que essas populações correspondem às mesmas consideradas pelas políticas de inclusão da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). e, mais especificamente, pelas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), sobretudo por representarem as camadas mais pobres da população do País.

2.2 Crianças e adolescentes acompanhados no âmbito do Programa Bolsa Família

De acordo com dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em fevereiro de 2018, o Programa Bolsa Família beneficiou cerca de 14.080.828 milhões de famílias no país, o que corresponde 76.539.470 pessoas cadastradas (SAGI/MDS, 2018).

Desse total de famílias beneficiadas pelo PBF, 22.138.797 famílias encontram-se em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita mensal de até meio salário mínimo (SAGI/MDS, 2018).

O acompanhamento da frequência escolar mínima de 85% para as crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 15 anos e de 75% para os adolescentes de 16 a 17 anos corresponde à condicionalidade de educação estabelecida para a participação efetiva das famílias no Programa Bolsa Família. Em novembro de 2017, dos

11.113.625 de beneficiários do PBF acompanhados pela condicionalidade de educação¹⁰ na faixa etária entre 06 e 15 anos, 446.749 de crianças e adolescentes apresentaram frequência escolar abaixo da mínima exigida (SAGI/MDS, 2108).

Importante destacar que o público de estudantes beneficiários do PBF concentra crianças e adolescentes da população negra numa proporção maior do que os não beneficiários na mesma faixa etária. Em 2016, a partir de dados do Cadastro Único e Sistema Presença do Governo Federal, verifica-se que 74,5% dos estudantes com escola identificada no acompanhamento da condicionalidade da educação pertencem às populações negra e de pretos e pardos do país (SECADI/MEC, 2017). De outro lado, na população de estudantes não beneficiários do PBF, na mesma faixa etária, contém a percentual 36,1% de crianças e adolescentes negros. Portanto, o PBF ao focar na população em situação de pobreza está também focado na população negra.

Quadro 1
Raça/cor do público da condicionalidade da Educação.

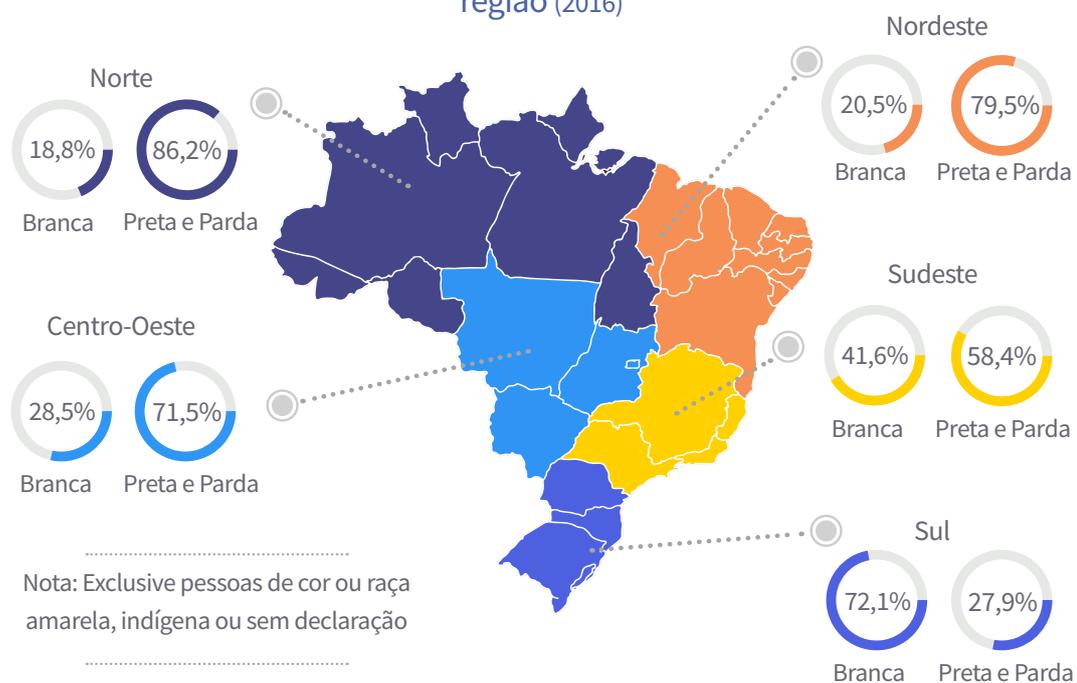
Raça/Cor ⁽¹⁾	Total de estudantes entre 6 e 17 anos em 2016 ⁽²⁾		Total de estudantes entre 6 e 17 anos beneficiários do PBF em 2016 com escola identificada ⁽³⁾		Total de estudantes de 6 a 17 anos, em 2016 não beneficiários do PBF ⁽⁴⁾	
	A	% do total	B	% do total	A-B	% do total
Branca	15.549.051	44,3	3.967.133	23,9	11.572.918	62,2
Negro	19.051.115	54,3	12.387.711	74,5	6.663.404	36,1
Amarela	178.858	0,5	74.005	0,4	104.853	0,6
Indígena	283.364	0,8	184.589	1,1	98.775	0,5

Censo Escolar 2016 (INEP, 2017); Cadastro Único (MDS, Base julho/2016); Sistema Presença (MEC, 2016)

1. Os percentuais de raça/cor foram calculados a partir de uma amostra de 72,7% dos estudantes do Censo (27,3% não declaram a raça/cor), e de 92,3% dos estudantes beneficiários do PBF (7,7% não tinham a raça/cor identificada na base disponibilizada).
2. Total de estudantes identificados na base do Censo Escolar 2016 nascidos entre 01/01/1998 e 31/03/2010 - faixa etária que integra o público para acompanhamento da condicionalidade da educação do PBF de 2016.
3. Total de estudantes integrantes do público para acompanhamento da condicionalidade da educação no PBF, em 2016, com a escola em que estudam identificada no Sistema Presença/MEC.
4. Total de estudantes brasileiros de 6 a 17 anos não beneficiários do PBF identificados no Censo Escolar de 2016.

Gráfico 8

Crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em atividades laborais, por raça/cor e região (2016)



IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Além desses, o Programa Bolsa Família acompanha um universo maior de estudantes residentes na zona rural, localidade que apresenta índices socioeducacionais de maior vulnerabilidade (CADASTRO ÚNICO, 2016). Os estudantes beneficiários são também pertencentes a famílias: indígenas, quilombolas e ciganas; oriundos de comunidades de terreiro, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhas, agricultores familiares, assentadas da Reforma Agrária, de catadores de materiais recicláveis, de pessoas com deficiências, dentre outros grupos populacionais tradicionais e específicos (SAGI/MDS, 2017).

Importante destacar que, a partir do acompanhamento desses estudantes, são levantados dados e informações que possibilitam a produção de diagnósticos socioeducacionais e territorializados que podem subsidiar e reorientar as políticas educacionais, bem como a gestão escolar, os currículos, as práticas pedagógicas, a formação de professores, com vistas à inclusão escolar. Esta entendida como garantia do direito à educação, e do acesso, da permanência e da conclusão dos estudos na idade adequada de crianças e adolescentes em situação de pobreza.

Produção de diagnósticos socioeducacionais e territorializados.

maior número de matrículas da educação básica estão concentradas na região Sudeste do País

Analisando-se o total de matrículas na educação básica, na faixa etária de 6 a 17 anos (Censo Escolar 2016, INEP/2017), conclui-se que as crianças e adolescentes beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), na mesma faixa etária, representam 50,55% desse público. Destaca-se, ainda, que a presença de crianças e adolescentes é maior nas regiões Nordeste e Norte, respectivamente com 77,51% e 69,80%. Importante ressaltar que o maior número de matrículas da educação básica estão concentradas na região Sudeste do País, número aproximado da soma das matrículas nas regiões Norte e Nordeste. No entanto, estas regiões compreendem os maiores percentuais de beneficiários do PBF, enquanto que a região Sudeste dispõe de 34,86% de beneficiários, conforme os dados da tabela a seguir.

Tabela 1
Total de matrículas na Educação Básica e total de matrículas dos beneficiários do Programa Bolsa Família: Brasil e regiões

Regiões	Municípios	Censo Escolar 2016		Bolsa Família	
		Total de Matrículas	Matrículas na faixa etária de 6 a 17 anos	Total de beneficiários Público da Cond. Educação em 2016 ¹¹	% do perfil no Censo A/B
Centro-Oeste	467	3.643.646	2.677.522	1.067.469	39,87
Nordeste	1794	14.325.245	10.275.364	7.964.103	77,51
Norte	450	5.030.223	3.735.913	2.607.549	69,80
Sudeste	1668	19.350.189	13.783.136	4.804.170	34,86
Sul	1191	6.468.176	4.597.785	1.286.189	27,97
Brasil	5570	48.817.479	35.069.720	17.729.480	50,55

Censo Escolar 2016 (INEP) e Sistema Presença jun.jul 2017 (MEC, 2017).

No ano de 2016, 17.729.480 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 17 anos de idade entraram para acompanhamento pelo Programa Bolsa Família em pelo menos um período do ano, tendo sido acompanhados 16.910.823¹² (SECADI/MEC, 2017). Desses estudantes acompanhados, 1.996.821 (11%) tiveram registros de baixa frequência

informados pelas instituições escolares. Na maioria dos casos a ocorrência da baixa frequência não é reiterada. Em 1.187.547 (59,4%) houve registro de baixa frequência em somente um dos períodos do ano (SECADI/MEC, 2016).

No acompanhamento realizado pela área da educação no âmbito do PBF, por meio do Sistema Presença, a baixa frequência escolar e outras situações têm sido registradas com a indicação de um motivo específico. No Sistema Presença, podem ser identificados 24 motivos de baixa frequência escolar, que se desdobram em 87 submotivos, dentre os quais se destacam: tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno; doença na família/óbito na família/óbito do aluno; preconceito, discriminação no ambiente escolar e bullying; gravidez; situação de rua; negligência dos pais ou responsáveis; trabalho infantil; violência/agressividade no ambiente escolar; exploração/abuso sexual; desinteresse/desmotivação pelos estudos; abandono escolar/desistência; questões sociais, educacionais ou familiares; envolvimento com drogas/atos infracionais. Os registros dos motivos específicos da baixa frequência escolar dessas crianças e adolescentes beneficiárias do PBF representam importantes alertas de risco de repetência, abandono e evasão escolar e podem sinalizar maior vulnerabilidade social desse público e de suas respectivas famílias. No anexo 2 encontram-se os motivos de baixa frequência dos beneficiários do PBF.



Sistema Presença



Motivos de baixa frequência escolar



Submotivos

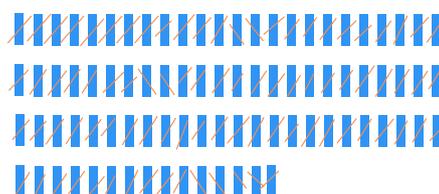


Tabela 2
Motivos de baixa frequência escolar dos beneficiários do PBF no ano de 2016

Motivos de baixa frequência escolar (motivos 64 e 65)	Média de registros no ano
64. Desinteresse/Desmotivação pelos estudos	56.097
64a. A escola vem agindo para identificar as causas dessa situação	54.652
64b. A escola não tem procurado identificar as causas dessa situação	1.445
65. Abandono Escolar/ Desistência	55.014
65a. A Escola vem agindo para identificar as causas desse comportamento	35.446
65b. A Escola não tem conseguido agir em relação a essa situação	19.568

SECADI / MEC (2017).

Os motivos estabelecidos pelo Ministério da Educação, em parceria com estados e municípios, foram categorizados em quatro grupos: I - Motivos de Baixa Frequência; II - Situações Coletivas que impedem que a escola receba os alunos; III - Beneficiários identificados na situação de Sem Vínculo Escolar (SVE); IV - Outros registros de situações específicas.

Destaca-se que do total de 7.750.733 de registros por motivos identificados no país em 2016, 4.908.506 (63,33%) deles referem-se à baixa frequência escolar de crianças e adolescentes beneficiários do PBF identificados pelas instituições escolares (SECADI/MEC, 2017). No anexo 3 tabela com o total de registros de motivos encontrados no ano de 2016.

Quadro 2

Soma do total de registros de motivos em 2016
(ordenado por tipo de forma decrescente)

Descrição	Submotivos agrupados	Soma ¹	%
58. Motivo da baixa frequência não foi informado	58a, 58b, 58c, 58d	2.134.730	27,74%
09. Situação coletiva que impede a escola de receber seus alunos	09b, 09c, 09d, 09e, 09f, 09g, 09h	1.271.034	16,4%
01. Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno	01a, 01b, 01c	819.529	10,57%
72m. Transferência em andamento/pendente - permanecendo sem solução/aceite, após o encerramento de 2 (dois) períodos de coleta	72m	679.742	8,77%
64. Desinteresse/Desmotivação pelos estudos	64a, 64b	560.972	7,24%
65. Abandono escolar/Desistência	65a, 65b	550.136	7,1%
53. Negligência dos pais ou responsáveis	53a, 53b	459.773	5,93%
06; 72g. Concluiu o Ensino Médio	06a, 06b, 06c, 72g	449.872	5,8%
72. Situação sem vínculo escolar	72a, 72b, 72c, 72d, 72e, 72f, 72h, 72i, 72k, 72l, 72j, 72n	356.274	4,6%
04. Fatos que impedem o deslocamento/ acesso do aluno à escola	04a, 04b, 04c, 04d, 04e, 04f, 04g	211.193	2,72%
68. Questões sociais, educacionais e/ou familiares	68a, 68b, 68c, 68d, 68e, 68f, 68g, 68h	69.307	0,89%
72p. Beneficiário com dados errados impedindo a identificação pela escola (nome errado/data de nascimento errada/NIS duplicado)	72p	51.994	0,67%

02. Doença/óbito da família prejudicando a frequência do aluno à escola	02b, 02c	46.261	0,6%
08. EJA Semipresencial - com acompanhamento regular	08a, 08b	16.702	0,22%
02a; 72o. Óbito	02a, 78o	16,609	0,21%
51. Gravidez	51a, 51b	14.780	0,19%
62. Trabalho do jovem	62a, 62b, 62c	7.487	0,10%
52. Situações de rua	52a, 52b	7.347	0,9%
12. Ausência às aulas por respeito a questões sociais, culturais, étnicas ou religiosas	12a, 12b, 12c, 12d, 12e	6.925	0,09%
07. Suspensão escolar	07a, 07b	6.419	0,08%
70. Envolvimento com drogas/fatos infracionais	70a, 70b	5.333	0,07%
60. Violência/Agressividade no ambiente escolar	60a, 60b	3.325	0,04%
10. Participação em jogos estudantis/atividade escolar extraclasse	10a, 10b	1.499	0,02%
11. Preconceito/Discriminação no ambiente escolar/bullying	11a, 11b	1.214	0,02%
63. Exploração/Abuso sexual	63a, 63b	894	0,01%
54. Trabalho infantil	54a, 54b	872	0,01%
71. Violência doméstica	71a, 71b	510	0,01%
Total de registros dos motivos:		7.750.733	100%

SECADI/MEC, 2017.

(1) Levantamento por registro, pode haver mais de um registro por pessoa no ano.

Os motivos de baixa frequência sinalizam para fenômenos complexos e multideterminados que exigem atuações intersetoriais e das redes de proteção social.

A partir dessa compreensão, a SECADI/MEC elaborou indicadores de alerta e risco da trajetória escolar¹³, que levam em consideração o tipo do motivo no registro da baixa frequência escolar e a reiteração da sua ocorrência, bem como outras situações no acompanhamento da frequência escolar das crianças e adolescentes beneficiárias do PBF que demandam maior atenção do poder público.

Na perspectiva de contribuir para que os estudantes tenham uma trajetória escolar regular, com a conclusão das etapas e níveis de ensino na idade considerada adequada, revela-se importante dar visibilidade aos dados que ajudem a compreender a realidade em que vivem crianças e adolescentes, para que os profissionais da educação, assistência social e gestores de políticas públicas possam atuar sobre as situações de vulnerabilidade e risco social identificadas no processo de acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).

Nesse sentido, a Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades busca contribuir para a formação plena de cidadãos por meio da “redução das desigualdades e valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade” (MEC-SASE, 2014, p.11).

3. A Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades

Os dados descritos anteriormente são oriundos de diferentes fontes¹⁴ e apontam para o desafio do acompanhamento das trajetórias escolares de crianças e adolescentes em situação de pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade social no país. A constatação de que essas populações compreendem as mesmas inseridas nas políticas de inclusão da SECADI/MEC e, mais especificamente, são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), deu força e razão de ser a esta Iniciativa. A SECADI/MEC é responsável, no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF), pelo acompanhamento da frequência escolar¹⁵ de mais de 17 milhões de crianças e adolescentes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social, segundo os dados sistematizados no período de junho/julho 2017.

Dar visibilidade aos dados e às informações relacionados às trajetórias escolares de crianças e adolescentes beneficiárias do PBF pode contribuir para um acompanhamento mais eficiente, ou seja, que dê subsídios ao desenvolvimento de políticas públicas e ações intersetoriais de enfrentamento à essas diferentes realidades. A transparência dos dados e informações potencializa, por conseguinte, ações relacionadas à formação e mobilização de projetos, ações e políticas públicas que ampliem o espectro de atuação do Estado, em suas múltiplas esferas, para o cumprimento de seu dever de universalizar a Educação Básica e garantir, com qualidade, o direito à educação no país. No contexto

Dar visibilidade aos fatores que têm dificultado a garantia do direito à educação.

de algumas das propostas já existentes e em andamento, a SECADI/MEC pretende, nesta Iniciativa, dar visibilidade aos fatores que têm dificultado a garantia do direito à educação.

A Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades parte, portanto, dessa premissa, sinalizando para a necessidade de reflexão e implementação de ações voltadas para a superação dos principais indicadores de alerta e risco que têm ocasionado a trajetória irregular e a exclusão escolar dessas crianças e adolescentes no país, sendo eles a repetência, o abandono e a evasão escolar.

Criar mecanismos e equipamentos sociais para o acompanhamento das trajetórias escolares torna-se uma ação estratégica para a SECADI/MEC, tendo em vista a sua finalidade de contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva e dos direitos humanos, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais, segundo os princípios da equidade, do enfrentamento à violência, intolerância e discriminação.

Para dar visibilidade, identificar e acompanhar as situações de vulnerabilidade que demandam maior atuação do poder público, foram formulados, pela SECADI/MEC, indicadores de alerta e risco da trajetória escolar que consideram o tipo do motivo no registro da baixa frequência escolar e a reiteração da sua ocorrência, bem como outras situações no acompanhamento da frequência escolar das crianças e adolescentes beneficiárias do PBF. Foram concebidos como indicadores:

Propensão ao abandono

Situação em que o estudante apresenta baixa frequência em períodos consecutivos, indicando afastamento do contexto escolar. Essa circunstância pode contribuir para o aumento das taxas de reprovação, abandono e evasão escolar e, conseqüentemente, pode dificultar a progressão nos estudos, produzindo a distorção idade-série.

Abandono escolar

Desistência do estudante com matrícula regular no ano letivo antes de seu término. No acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes beneficiárias do PBF, a escola identifica essa situação registrando os “submotivos” 65a e 65b.

Sem vínculo escolar

Situação em que crianças ou adolescentes, na faixa etária de 6 a 17 anos, beneficiários do PBF, são identificadas(os) pelos sistemas de ensino na situação sem vínculo escolar, ou seja, sem matrícula nas instituições escolares. A Coordenação Municipal do PBF na Educação é a área responsável pela identificação dessa ocorrência e pelo registro de um dos 12 “submotivos” agrupados no motivo 72.

Violação de direitos

No acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do PBF, as situações que têm dificultado o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na idade adequada caracterizam-se, por si só, como violação aos direitos de crianças e adolescentes em situação de pobreza. No entanto, alguns desses motivos estão relacionados às situações de violência, abuso sexual, discriminação e risco social, sinalizando circunstâncias mais graves e que demandam ação imediata do poder público com vistas ao seu enfrentamento e superação, considerando que, nesses casos, há indícios de riscos

iminentes à integridade física e psicológica do estudante com reflexos em sua trajetória escolar. Na Lista de Motivos foram identificados 13 “submotivos” que são registrados pela escola relacionados a essas situações.

A compreensão de indicadores de alerta e risco, bem como dos fatores e contextos que impedem o acesso e a permanência de crianças e adolescentes à escola, é fundamental e central para que os profissionais da educação, em articulação com as redes de proteção social e o poder público constituído, possam buscar estratégias intersetoriais para garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na idade adequada de crianças e adolescentes beneficiários do PBF.

O entendimento de dados que retratem as trajetórias escolares de crianças e adolescentes beneficiários do PBF a partir de indicadores podem mobilizar novas iniciativas que visem garantir o direito à educação de forma universalizada, com respeito à diversidade, pois

Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos.” (Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Básica: inclusão e diversidade (MEC-SECADI, 2013, p.21)

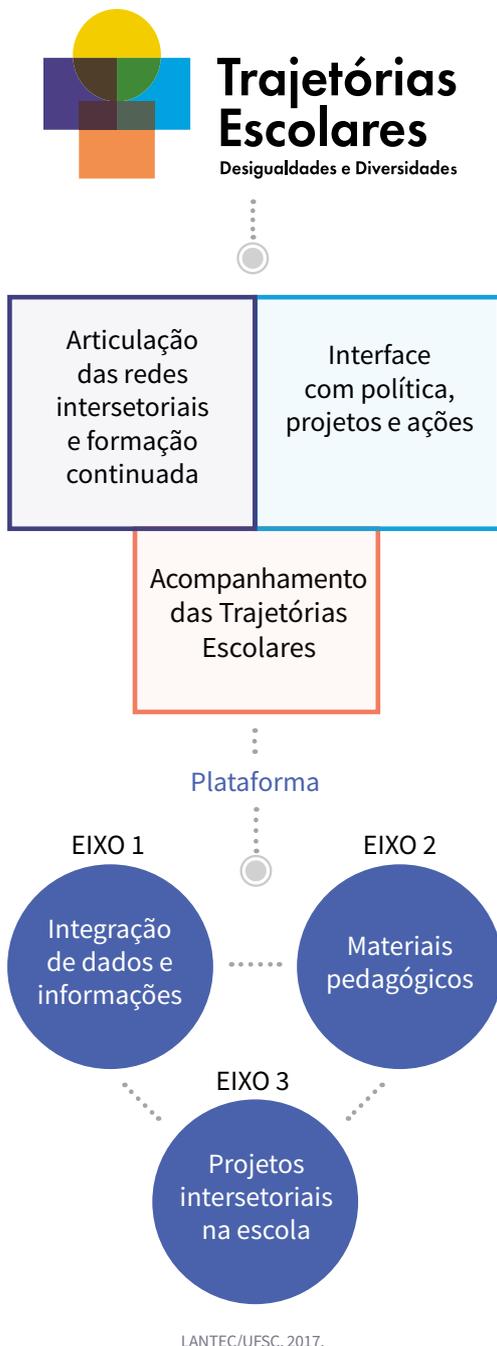
Os dados e as informações provenientes de diferentes fontes¹⁶ representam importantes diagnósticos socioeducacionais territorializados que podem auxiliar o poder público na busca de soluções para o enfrentamento de fenômenos educacionais como a repetência, o abandono e a evasão escolar.

É importante mencionar que a Iniciativa destina-se aos profissionais da educação; dirigentes municipais, estaduais e federais, pesquisadores; gestores de sistemas e redes de ensino; gestores de políticas sociais, profissionais da área da saúde e da assistência social que compõem a rede de proteção à infância e adolescência, entre outros.

Assim, a Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades contempla três dimensões articuladas entre si com o objetivo de materializar ações que possam contribuir para o enfrentamento e a superação de desigualdades na educação brasileira, com vistas a construção da equidade nas políticas educacionais e nos contextos escolares.

A figura 2, a seguir, ilustra a dinâmica da Iniciativa e as dimensões de sua materialidade, quais sejam: (a) Articulação de redes intersetoriais e Formação Continuada, (b) Interface com políticas, projetos e ações e (c) Acompanhamento das trajetórias escolares.

Figura 2
Representação da Iniciativa
Trajetórias Escolares, Desigualdades e
Diversidades



3.1 Articulação de Redes Intersectoriais e Formação Continuada

Esta dimensão da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades tem como propósito a articulação de redes nacionais, regionais, estaduais e municipais de profissionais que atuam com crianças e adolescentes beneficiários do PBF. Tem o intuito de promover diálogos permanentes entre os diversos profissionais dos setores e áreas diretamente envolvidos com a problemática da exclusão escolar e o acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social no país.

Esta ação se materializa por meio de seminários regionais, estaduais e municipais com caráter formativo e continuado, bem como encontros, oficinas pedagógicas, entre outros. Pretende-se que os participantes se apropriem da potencialidade dos dados, das informações e dos materiais pedagógicos disponíveis na Plataforma Acompanhamento das Trajetórias Escolares e, posteriormente, utilizem nos seus contextos e às realidades locais.

Dessa forma a intenção é promover a garantia de acesso, permanência e conclusão dos estudos em idade adequada desses estudantes, além de valorizar as práticas desenvolvidas em cada contexto. Essas ações deverão contribuir com a troca de informações e experiências entre profissionais de todo o país e a criação de redes locais, regionais e nacionais.

3.2 Interface com Políticas, Projetos e Ações

Esta dimensão da Iniciativa traz o desafio de provocar a interlocução e a proposição de políticas, projetos e ações em parceria com outros órgãos da gestão pública, considerando a realidade sociocultural das populações a serem beneficiadas, responder às suas necessidades envolvendo diferentes setores da sociedade. O objetivo dessa dimensão é construir parcerias intersetoriais e interdisciplinares, especialmente, nas áreas da educação, saúde e assistência social para o enfrentamento da exclusão escolar.

A ação em rede na proposição de políticas subsidiadas pelos indicadores de alerta e risco demanda uma compreensão mais profunda das situações, favorecendo uma atuação mais abrangente e qualificada sobre os problemas advindos dessa realidade. Essa dimensão, também, almeja criar espaço para debater as principais políticas públicas relacionadas às trajetórias escolares de crianças e adolescentes, especialmente aqueles beneficiários do PBF.

Todas as políticas, projetos e ações resultantes dessa dimensão deverão ser publicizadas na Plataforma de Acompanhamento das Trajetórias Escolares.

Proposição de políticas, projetos e ações.

Ser geradora, dar materialidade e visibilidade para as ações da Iniciativa.

3.3 Acompanhamento das Trajetórias Escolares

Para possibilitar o acompanhamento das trajetórias escolares e a socialização de ações e resultados alcançados no âmbito desta Iniciativa está em fase de desenvolvimento a “Plataforma Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades”, constituindo-se como mais uma das dimensões da Iniciativa. Ela busca ser geradora, dar materialidade e visibilidade para as ações da Iniciativa em âmbito nacional.

Consiste numa ferramenta que permitirá integrar dados e informações de diferentes fontes, tais como o Sistema Presença, Cadastro Único, Censo Escolar, dentre outros; conteúdos formativos e publicização de projetos intersetoriais na escola para instrumentalizar, com informação sistematizada, os educadores, gestores escolares e de sistema de ensino, entre outros sujeitos envolvidos com a educação básica.

Assim, a Plataforma Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades está organizada em três eixos que estão integrados entre si e com as outras dimensões da Iniciativa, quais sejam: Integração de Dados e Informações, Materiais Pedagógicos e Projetos intersetoriais na Escola.

Figura 3
Eixos integradores da Plataforma
Trajetórias Escolares



Sua principal finalidade é dar visibilidade aos dados e informações socioeducacionais e territorializados das trajetórias escolares de crianças e adolescentes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social no país, bem como facilitar o acesso aos mesmos de forma integrada.

Neste eixo, serão apresentados os indicadores de alerta e risco da trajetória escolar¹⁷:

- a) propensão ao abandono;
- b) abandono escolar;
- c) sem vínculo escolar;
- d) violação de direitos e risco social

que externalizam situações de vulnerabilidade socioeducacional, com detalhamento sobre os motivos e submotivos de baixa frequência escolar.

Para esses indicadores, gerados a partir da análise da base de dados do Sistema Presença, serão construídos mecanismos de alertas automatizados, de modo a informar às escolas, e as demais instâncias envolvidas nas ações de acompanhamento sobre os riscos e a iminência da repetência, do abandono e da evasão escolar.

Cada um desses indicadores são agrupados pelos motivos de baixa frequência escolar, elencados a partir dos estudos realizados pela SECADI\MEC (SECADI\MEC, 2017).

3.3.1 Dos eixos organizadores da Plataforma

Eixo I – Integração de dados e informações

O espaço da Plataforma relativo ao Eixo I - Integração de dados e informações possibilitará o acesso integradamente a diferentes fontes e sistemas que acompanham a trajetória escolar das crianças e adolescentes no país, tais como: Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do Bolsa Família (Sistema Presença), Cadastro Único (IBGE) e Censo Escolar (Inep). Estará acessível o mapa situacional das crianças e adolescentes beneficiárias do PBF, acompanhadas pelas instituições escolares em todo o território nacional.

Os sujeitos a quem se destina a plataforma poderão acessar os dados de forma customizada e de acordo com seus interesses de análise ou perfil. As funcionalidades permitirão a comparação dos dados e indicadores em diferentes níveis (nível federal, nível estadual, nível municipal), local (municipal, por escola), globais (abrangendo todo o universo do atendimento do PBF) e também, em todos os casos, com possibilidade de aplicação de filtros por categorias diversas, tais como: por sexo, por etnia, faixa etária, etc.

As funcionalidades desenvolvidas e disponibilizadas na plataforma com os dados integrados, possibilita aos sujeitos que acompanham as trajetórias escolares de crianças e adolescentes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social a consulta simultânea em múltiplas fontes. Desse modo haverá maior agilidade e efetividade em ações voltadas à permanência nas escolas para assim reduzir, cada vez mais, o fenômeno da exclusão escolar nos contextos locais em todo território nacional.

A integração de dados e informações é um eixo articulador dos demais, pois integra diferentes bases de dados, potencializando reflexões, discussões e ações em contextos diversos, subsidiando as ações de formação do Eixo II - Materiais Pedagógicos, bem como no desenvolvimento de outras ações no âmbito das políticas da SECADI\MEC em toda Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades.

Por conseguinte, este Eixo I tem potencial para propiciar uma interlocução intersetorial qualificada, contribuindo para colocar na pauta das políticas educacionais e também nos diversos contextos escolares, a temática dos desafios das trajetórias escolares de crianças e adolescentes em situação de pobreza e de vulnerabilidade social, bem como outras proposições diretamente relacionadas a essa temática. Sobretudo, pode contribuir para a produção de agendas intersetoriais com diversos órgãos e organizações vinculados às questões que dificultam e impedem o acesso e a permanência, na idade adequada, dessas crianças e adolescentes na escola.

Eixo II – Materiais Pedagógicos

Este eixo tem como objetivo criar e disponibilizar materiais formativos para subsidiar e orientar ações de formação voltadas aos profissionais da educação que atuam em contextos escolares.

Para organização destes materiais ancoramos nossa proposta na perspectiva da autoformação. Constata-se que há uma forte tendência no campo da EaD em organizar formações que oportunizem a autoaprendizagem, isto é, elementos de conteúdos acessados diretamente pelos interessados a qualquer tempo, disponíveis em plataformas abertas na internet, em oposição a ambientes fechados com senha e acessados por uma pequena parcela.

Quanto à proposta pedagógica, é

importante destacar os conceitos envolvidos quando se trata da aprendizagem aberta, também denominada de autoformação. Aqui adotamos o conceito de Cerny e Quartiero (2018) compreendendo que:

autoformação refere-se ao processo de aprendizagem em que o aprendente controla o seu percurso formativo, sendo reponsável pela sua aprendizagem. A autoformação está presente na vida de todos os sujeitos, pois ela é parte da sua constituição e identidade. A sua base teórica é a pedagogia centrada no aprendente – dentro das abordagens pedagógicas ativas - que entende o aprendente como um sujeito que processa informações, resolve problemas e toma decisões sobre sua aprendizagem (CERNY, QUARTIERO, no prelo).

Sempre ocorre autoformação com qualquer sujeito, pois a autoformação é parte da constituição do sujeito a partir do contexto do qual faz parte. O agente formador dessa autoformação espontânea é a própria sociedade da qual o sujeito é parte (VIEIRA PINTO, 2010), com destaque para os meios de comunicação. Nessa forma espontânea de autoformação também há reprodução de estereótipos, preconceitos, não apenas como fenômenos particulares, isolados, mas também com características regulares entre distintas manifestações particulares. Nesse sentido torna-se muito importante disponibilizar materiais de qualidade, acessíveis a todos que se

interessarem pelo tema, reconhecendo que se tratam de materiais autoformativos não espontâneos no que diz respeito a intencionalidade pedagógica, embora sejam articulados às demandas espontâneas, vividas concretamente pelos profissionais a quem se dirige o portal.

Assim, conforme as pesquisas indicarem, poderão serão disponibilizados módulos de estudo com o intuito de subsidiar ações de formação continuada do público da plataforma, que incluam ações de enfrentamento aos problemas relativos às trajetórias escolares de crianças e jovens participantes do PBF, reflexões sobre as concepções das políticas públicas, entre outras questões. Ademais, a publicização de experiências e práticas exitosas no sentido de combater a exclusão escolar de crianças e adolescentes beneficiárias do PBF também podem integrar o conteúdo desses materiais pedagógicos.

Os materiais pedagógicos presentes neste eixo tem como foco a problematização de situações evidenciadas pelos dados e pela percepção e explicação dessas situações segundo o público da plataforma, buscando dessa forma a sensibilização e mobilização nos contextos locais de atuação dos diferentes agentes do PBF, fornecendo subsídios para políticas, projetos e ações locais e intersetoriais, a serem publicizadas no Eixo III – Projetos intersetoriais na Escola.

No Eixo II, desta forma, os materiais pedagógicos serão organizados em temáticas, trilhas e com base na relação entre teoria e

prática de forma dialógica – com análises articuladas aos dados e às informações, bem como exemplificações de experiências concretas de profissionais da educação. A finalidade é subsidiar processos de formação continuada individuais ou coletivas.

Assim, os materiais pedagógicos da plataforma buscam problematizar não apenas as situações concretas de problemas de frequência escolar de alunos em situação de pobreza, mas, sobretudo, as visões acerca desses fenômenos. Mais especificamente, podemos dizer que se busca problematizar, principalmente, os limites explicativos, perceptivos e as proposições reducionistas diante desses fenômenos. Dessa forma, os problemas relacionados com a frequência escolar de alunos em situação de pobreza estão organizados pelos seguintes temas, intrinsecamente relacionados com os motivos de baixa frequência:

- **Violências e violações de direito social**
- **Organização e trabalho pedagógico nas trajetórias escolares**
- **Escola, família e comunidade**
- **Saúde e atenção integral**

Além das temáticas supracitadas, são sugeridas trilhas formativas que se configuram em percursos de formação pensados pedagogicamente para dar suporte a reflexões e enfrentamentos de questões relacionadas ao abandono, à repetência e à evasão escolar de crianças e adolescentes em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Os processos formativos subsidiados

pelos trilhas dispostas na plataforma podem ocorrer de maneira autônoma, como também podem ser utilizados para dar subsídio a processos formativos ocorridos por meio de ofertas de parceiros demandadas pela SECADI.

A partir deste eixo, os usuários poderão também salvar seus materiais favoritos, acompanhar o seu ritmo de leitura e estudo dos conteúdos disponíveis, receber recomendações de materiais, compartilhar materiais e trilhas.

A área de gestão da plataforma permite também que este espaço possa ser atualizado com novos materiais pedagógicos, temáticas e trilhas formativas de forma contínua, pois entende-se que a partir da geração dos dados do Eixo I novas temáticas deverão emergir, visando desencadear diferentes processos de formação continuada dos profissionais envolvidos com as ações do acompanhamento escolar quando levantadas novas demandas formativas específicas.

De maneira geral, acredita-se que a estratégia de organizar materiais pedagógicos mais curtos – em uma combinação de ofertas com ou sem acompanhamento presencial – permite uma adequação às demandas dos interessados, o que pode aumentar sua demanda e provocar um melhor aproveitamento dos conteúdos disponibilizados pela SECADI. Essa proposta possibilita tanto um aumento na oferta de formações locais como um maior aprofundamento dos conteúdos por

profissionais e pessoas interessadas, sempre que desejarem, uma vez que nesse formato é possível acessar os conteúdos a partir de suas necessidades. Aquelas que reconhecem a partir dos problemas vivenciados em sua prática profissional.

Assim, os materiais pedagógicos são desenvolvidos buscando considerar as situações-problema, relacionadas à frequência escolar de alunos beneficiários do bolsa-família, que se defrontam os profissionais de educação. Essas situações-problema e as percepções, explicações e ações recorrentes sobre elas estarão relacionadas aos motivos de baixa frequência escolar. Tanto os motivos de baixa frequência, que são parte de estudos desenvolvidos pela SECADI/MEC, como as percepções, explicações e ações recorrentes diante das situações relacionadas aos motivos, serão articuladores e objeto de reflexão e aprofundamento nos materiais pedagógicos.

A elaboração dos materiais pedagógicos, desde a definição de temas e de especialistas parceiros na escrita de conteúdos, até a materialização dos materiais por meio de diferentes linguagens e sua disponibilização na plataforma contará, metodologicamente, com subsídios produzidos a partir das seguintes etapas realizada pela equipe do LANTEC/UFSC¹⁸ em parceria com a SECADI/MEC :

Figura 4
Fluxo dos materiais pedagógicos



LANTEC/UFSC, 2016.

O Eixo II consiste, sobretudo, num espaço de relevância central na plataforma à medida que se articula diretamente com os dados e as informações integradas no Eixo I. Do mesmo modo pode potencializar as articulações de redes e ações intersetoriais publicizadas no Eixo III.

Eixo III – Projetos intersetoriais na Escola:

O Eixo III disponibilizará ferramentas que viabilizem o diálogo permanente, o acesso à informação e favoreçam a articulação de ações intersetoriais para o combate à exclusão escolar a partir das trajetórias das crianças e adolescentes beneficiárias do PBF. Além disso, tem como intuito dar visibilidade e publicizar o protagonismo das redes de ensino em ações que contribuam com a permanência das crianças e jovens até a conclusão da escolaridade obrigatória.

No espaço da Plataforma relativo a este Eixo III serão divulgadas, especialmente, as ações empreendidas pela SECADI no contexto da Iniciativa. Também serão disponibilizados documentos, tais como políticas públicas, projetos e ações. O esforço é dar visibilidade a setores, tais como: educação, saúde, assistência social, entre outros, que atuam nesta área. Além disso, o espaço publicizará iniciativas de contextos locais voltadas para o enfrentamento da exclusão escolar.

Referências

BRANDÃO, A.; PEREIRA, R. C.; DALT, S. Programa Bolsa Família: percepções no cotidiano da escola. Revista de Ciências Sociais, n. 38, abr. 2013, p. 215-232. Disponível em: <periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/viewFile/14312/9388>. Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL. Relatórios de Informações Sociais: RI Bolsa Família e Cadastro Único. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. [2017]. Disponível em: <[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral Brasil](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#VisãoGeralBrasil)>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. Sistema Presença. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/controller/login/efetuarLogin.php>>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. PNE em movimento: situação das metas dos planos. Brasília: MEC/SIMEC, [2016]. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>>. Acesso em: 23 ago 2017.

_____. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC/SASE, 2014, 63p. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, 2013, 562 p.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica: Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2013, 480 p.

_____. Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010, Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

CERNY, R.; QUARTIERO, E.M. Autoformação. in: MILL, Daniel (org). Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância. Campinas: Papyrus, no prelo.

CRUZ, P.; MONTEIRO L. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2017. São Paulo: Todos pela Educação/Ed. Moderna, 2017, p. 10. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/anuario_brasileiro_da_educacao_basica_2017_com_marcadores.pdf. Acesso em: Outubro 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cad. Pesqui. [online]. 2002, n.116, pp.245-262. ISSN 0100-1574. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405.pdf> Acesso em: 13 mar. 2018.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). O enfrentamento da exclusão escolar no Brasil. Brasília, DF: UNICEF, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2014, p. 192p. Disponível em: <http://www.foradaescolanaopode.org.br/downloads/Livro_O_Enfrentamento_da_Exclusao_Escolar_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm. Acesso em: 24 out. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: trabalho infantil 2016. Janeiro: IBGE, 2017, 8p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101388>. Acesso em: 29 nov..2017

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016, 108p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse Estatística da Educação Básica 2016. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. Indicadores educacionais: conceitos, desenvolvimento e disponibilidade (Org.: Fábio Pereira Bravin). Brasília: INEP, ago. 2017.

_____. Censo Escolar 2016 reforça desafios para universalização no Brasil, Notícias, Brasília: INEP, 16.02.2017b. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

UNESCO/ CONSED. Educação para Todos: o compromisso de Dakar 2000. in: Ação Educativa, Brasília: UNESCO, CONSED, 2001, 70p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

UNICEF. Cenário de Exclusão Escolar no Brasil. Brasília, 2017, 16 p. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_36288.html . Acesso em mar..2018.

VIEIRA PINTO, A. Sete lições sobre educação de adultos. 16. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

Notas

- 1 Especificamente, as metas 1, 2 e 3, estratégias 1.15, 2.5 e 3.9.
- 2 Tais como: educação do campo; educação escolar indígena; educação escolar quilombola; educação especial; educação de jovens e adultos; educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais; educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância; educação em direitos humanos; educação ambiental.
- 3 ANEXO 1 - Detalhamento sobre o Programa Bolsa Família extraído do Relatório Técnico: Brasil. Acompanhamento da Condicionalidade da Educação do Programa Bolsa Família: avanços, desafios e perspectivas: Gestão 2011-2014. Brasília, Ministério da Educação-SECADI, dez.2014, 50p.
- 4 O Sistema Presença é uma tecnologia social de acompanhamento e monitoramento da frequência escolar de estudantes beneficiários(as) do Programa Bolsa Família (PBF).
- 5 <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/2-ensino-fundamental>
- 6 <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/3-ensino-medio>
- 7 O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.
- 8 Distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar de uma escola, em cada série, com idade superior à idade recomendada (INEP, 2017, p.7).
- 9 EF- anos iniciais correspondem até o 5º ano e os anos finais correspondendo do 6º ao 9ºano. O EM tem duração mínima de 3 (três) anos, de acordo com a Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- 10 O público com perfil para acompanhamento da frequência escolar no país, com base no relatório do bimestre finalizado em novembro de 2017 pela SAGI/MDS, atingiu o percentual

de 11.113.625 de alunos acompanhados em relação ao público de 11.709.494 de alunos com perfil para acompanhamento. Nesse mesmo período, o total de alunos beneficiários do PBF acompanhados, na faixa etária de 6 a 17 anos, correspondeu a 2.410.998. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Condicionalidades>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

11 Inclui nesse quantitativo beneficiários que integraram o público em pelo menos um período em 2016.

12 Esta cifra inclui os beneficiários que integraram o público para acompanhamento em pelo menos um dos cinco períodos de 2016.

13 Os indicadores são: propensão ao abandono; abandono escolar, sem vínculo escolar e violação de direitos, que estão descritos no capítulo 3 deste documento.

14 IBGE, Inep, Censo Escolar, Sistema Presença, CadÚnico, Unicef, entre outras.

15 ACOMPANHAMENTO DA CONDICIONALIDADE DA EDUCAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - 2017 (até o 3º Período - jun./jul.): Beneficiários com registro de acompanhamento no ano de 2017. Fonte: CONDEDU - INDICADORES/SECADI/MEC

16 IBGE, Inep, Censo Escolar, Sistema Presença, CadÚnico, Unicef, entre outras.

17 No anexo 2, é apresentado o quadro “Indicadores de alerta e risco: correspondência entre motivos e indicadores”.

18 O Laboratório de Novas Tecnologias (LANTEC) foi criado, em 1995, com o objetivo de fomentar a integração das tecnologias de informação e comunicação (TIC) aos processos de ensino e aprendizagem dos Cursos de Pedagogia e Licenciaturas, no Centro de Ciências da Educação da UFSC. O LANTEC constitui-se em um espaço para docentes realizarem pesquisas, projetos de extensão e atividades docentes sobre o uso das TIC na educação focalizando, particularmente, a formação de professores da Educação Básica. Desde 2005, vem atuando em cursos de licenciaturas, pós-graduação lato sensu e cursos de extensão na modalidade a distância para a formação inicial e continuada de professores, por meio de parcerias com os Centros de Ensino da UFSC que, nomeadamente, são responsáveis por tais cursos. O LANTEC conta com ambientes adequados para o trabalho de equipes multidisciplinares com salas equipadas com computadores e laboratório e estúdio de TV e vídeo.

Anexos

ANEXO 1

Programa Bolsa Família

Detalhamento sobre o Programa Bolsa Família

INTRODUÇÃO

“Aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (FREIRE, 2006).

O Programa Bolsa Família (PBF), criado pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004, caracteriza-se como um Programa de transferência de renda condicionada e tem como objetivos, em relação aos seus beneficiários: I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV - combater a pobreza; e V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

A execução e gestão do Programa Bolsa Família se efetiva de forma descentralizada e compartilhada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade,

a participação comunitária e o controle social, cabendo ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) coordenar, gerir e operacionalizar o Bolsa Família e, em especial, executar as seguintes atividades: I - realizar a gestão dos benefícios do Programa Bolsa Família; II - supervisionar o cumprimento das condicionalidades e promover a oferta dos programas complementares, em articulação com os Ministérios setoriais e demais entes federados; III - acompanhar e fiscalizar a execução do Programa Bolsa Família, podendo utilizar-se, para tanto, de mecanismos intersetoriais; IV - disciplinar, coordenar e implementar as ações de apoio financeiro à qualidade da gestão e da execução descentralizada do Programa Bolsa Família; e V - coordenar, gerir e operacionalizar o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

As condicionalidades do Bolsa Família previstas no art. 3º da Lei nº 10.836, de 2004, representam as contrapartidas que devem ser cumpridas pelas famílias para a manutenção dos benefícios e se destinam a: I - estimular as famílias beneficiárias a exercer seu direito de acesso às políticas públicas de saúde, educação e assistência social, promovendo a melhoria das condições de vida da população; e II - identificar as vulnerabilidades sociais que afetam ou impedem o acesso das famílias beneficiárias aos serviços públicos a que têm direito, por meio do monitoramento de seu cumprimento, cabendo às diversas esferas de governo garantir o acesso pleno

aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social, por meio da oferta desses serviços, de forma a viabilizar o cumprimento das contrapartidas por parte das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

De acordo com a Portaria Interministerial MEC/MDS nº 3.789, de 17 de novembro de 2004, art. 9º, cabe ao MEC no âmbito do Programa Bolsa Família: I. indicar a área técnica responsável pela gestão federal do sistema de frequência escolar dos alunos; II. estabelecer as diretrizes técnicas e operacionais sobre o sistema de frequência escolar dos alunos e a sua divulgação aos estados e municípios; III. manter o funcionamento do sistema de frequência escolar, disponibilizando-o a estados e municípios; IV. promover a capacitação dos gestores municipais e estaduais visando a implementação e desenvolvimento das ações relacionadas ao acompanhamento da frequência escolar dos alunos; V. analisar os dados consolidados de acompanhamento da frequência escolar dos alunos, para orientar políticas educacionais; VI. disponibilizar, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informações decorrentes do acompanhamento da frequência escolar; VII. elaborar e divulgar, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o calendário anual da frequência escolar. Além das atribuições descritas anteriormente, o MEC poderá apoiar o estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições municipais,

estaduais e federais, governamentais e não governamentais, para o desenvolvimento de ações educativas aos alunos e às famílias. Essa Portaria Interministerial também define as atribuições dos estados, municípios, escolas e famílias no que se refere ao acompanhamento da condicionalidade da educação no âmbito do Bolsa Família.

O objetivo da condicionalidade da educação no âmbito do Bolsa Família tem como centralidade promover a garantia do direito de acesso e permanência à escolarização de crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza e de extrema pobreza, com a finalidade de reduzir o abandono e a evasão escolar e contribuir para o sucesso escolar, em consonância com o desafio de universalização da educação básica no País.

CONDICIONALIDADE DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: marcos legais, processos e fluxos de trabalho do acompanhamento da frequência escolar

O Decreto nº 5.209 (2004), que regulamentou a Lei nº 10.836 (2004), atribui ao MEC a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar o cumprimento da condicionalidade da educação no âmbito do PBF, no que diz respeito à frequência mínima de 85% da carga horária escolar mensal, em estabelecimentos de ensino regular, de crianças e adolescentes de seis a quinze anos, e à de 75% da carga horária

escolar mensal de jovens com idade de dezesseis a dezessete anos (Redação dada pelo Decreto nº 6.917, de 2009).

O acompanhamento da frequência escolar do Bolsa Família constitui-se em uma expressiva articulação intersetorial que envolve ações internas ao MEC com a participação conjunta da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, representada pela Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania e pela Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar (SECADI/DPEDHUC/CGAIE) e da Secretaria Executiva, por meio da Diretoria de Tecnologias da Informação (SE/DTI); e ações externas a esse Ministério com a participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), e ainda das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, com destaque para a participação de aproximadamente 80% das instituições escolares, responsáveis pela informação da frequência escolar de crianças, adolescentes e jovens beneficiados pelo Bolsa Família, considerando as 190.706 escolas declaradas no Censo Escolar de 2013.

Desde 2005, o MEC vem realizando o acompanhamento da frequência escolar de, aproximadamente, Em novembro de 2017, 11.113.625 milhões de crianças,

adolescentes e jovens beneficiados pelo Bolsa Família (SAGI/MDS, 2018).

O acompanhamento da frequência escolar de crianças, adolescentes e jovens beneficiados pelo Bolsa Família se realiza ao longo de 05 períodos do ano (fevereiro/março, abril/maio, junho/julho, agosto/setembro, outubro/novembro) por meio de uma rede de profissionais da educação constituída por 27 Coordenadores Estaduais e 5.570 Coordenadores Municipais, envolvendo, aproximadamente, 40 mil pessoas. Segue calendário de coleta e registro de dados do acompanhamento da frequência escolar dos beneficiados pelo Bolsa Família de 2014, com destaque para três dos mais importantes fluxos desses processos: a) entrega de arquivo incremental, pelo MDS, ao MEC, o que se faz bimestralmente, contendo a relação de beneficiados pelo Bolsa Família na faixa etária de 06 a 17 anos de idade; b) período de acompanhamento, incluindo o período de impressão de formulários, registro da frequência escolar (início e final); c) entrega de arquivo consolidado do MEC ao MDS.

Para a coleta e registro da frequência escolar é utilizado um conjunto de procedimentos, protocolos e metodologias, considerando a diversidade regional e territorial de cada estado e município do País. A materialização do registro e da coleta de dados da frequência escolar, por meio desses procedimentos, protocolos e metodologias, se efetiva no Sistema

Informatizado de Acompanhamento da Frequência Escolar do Bolsa Família (Sistema Presença).

TECNOLOGIA SOCIAL DE GESTÃO DA CONDICIONALIDADE DA EDUCAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA: a rede dos profissionais da educação; protocolos, procedimentos e metodologia e o Sistema Presença

Ao longo dos 11 anos de implantação do Bolsa Família o MEC desenvolveu e consolidou uma importante tecnologia social de gestão da condicionalidade da educação do PBF, a qual ancora-se no tripé: a) rede de profissionais da educação responsável pelo acompanhamento da frequência escolar do Bolsa Família; b) protocolos, procedimentos, metodologias específicas de coleta e registro da frequência escolar, considerando a diversidade regional e territorial do País; c) e o Sistema de Informação do Acompanhamento da Frequência Escolar do Bolsa Família (Sistema Presença).

A rede dos profissionais da educação no âmbito do Bolsa Família

A rede dos profissionais da educação responsável pelo acompanhamento da frequência escolar do Bolsa Família é constituída por perfis de acesso que compreende os Coordenadores Municipais; Operadores Escolares, Dirigentes Municipais de Educação; Coordenadores Estaduais; Operadores Estaduais Auxiliares, Operadores Federais (MEC/MDS) e Operadores Órgãos de Controle (CGU, Ministério Público).

A articulação e mobilização da rede dos profissionais da educação envolvidos com o acompanhamento da frequência escolar do Bolsa Família se efetiva por meio de orientações de natureza administrativas e pedagógicas continuadas, utilizando-se de ferramentas como: o correio eletrônico (e-mails), contatos telefônicas, quadro de avisos do Sistema Presença, webconferências bimestrais (que tem uma das mais altas audiências do MEC), visitas técnicas in loco, participação em encontros estaduais e municipais, sob a organização desses profissionais. Também se utiliza o serviço de comunicação permanente, por meio de telefones e e-mails, de empresa de Call Center, para realização de campanhas de mobilização e informação geral. A cada ano o MEC realiza um encontro nacional com esses profissionais com o objetivo de avaliação dos resultados obtidos e elaboração do planejamento de ações subsequentes.

Protocolos, procedimentos e metodologia de registro e coleta da frequência escolar do Bolsa Família

A cada período de coleta e registro de dados relativo ao acompanhamento da frequência escolar do Bolsa Família o MDS envia ao MEC um arquivo incremental que define o público para ser acompanhado ao longo do período respectivo. Este arquivo contém indicações de inclusões, exclusões e ainda alterações cadastrais ou no tipo de acompanhamento, quando necessário. O MEC processa este arquivo e disponibiliza, via Sistema Presença, os

mapas de acompanhamento para que a rede credenciada no Sistema Presença possa efetuar a coleta e registro dos dados referentes à condicionalidade.

A coleta dos dados referentes à condicionalidade da educação pode ocorrer de três formas: a) por meio de formulários (mapas de acompanhamento) impressos do próprio Sistema Presença e distribuídos às escolas; b) registro das informações diretamente no Sistema Presença pela escola (operador escolar) e c) por meio de compartilhamento de arquivos entre o município e o MEC utilizando da funcionalidade disponibilizada pelos sistemas e base de dados utilizadas pelas “grandes prefeituras” (municípios de grande porte).

Nesse fluxo, o registro das informações no Sistema Presença está centralizado na Secretaria Municipal de Educação, entretanto, o responsável pela informação da frequência escolar de crianças, adolescentes e jovens do Bolsa Família é a instituição escolar. A segunda forma refere-se à descentralização do registro para as próprias unidades escolares que contam com estudantes beneficiários do PBF.

Essa via de registro direto pelas escolas é avaliada como a mais adequada por apresentar múltiplas vantagens, dentre as quais se destacam: a) maior comprometimento da escola com as informações disponibilizadas e com os resultados da coleta da frequência escolar

dos beneficiados pelo Bolsa Família; b) economia de impressão dos formulários, tendo em vista que bimestralmente milhares de resmas de papel são utilizadas no âmbito do acompanhamento da frequência escolar. A redução de impressão de formulários representa uma importante estratégia no contexto da sustentabilidade ambiental.

A terceira forma é disponibilizada aos municípios que possuem sistemas de acompanhamento da frequência escolar próprios de registro de informações escolares e que, para evitar situações de duplicidade na realização do trabalho, recortam de seus sistemas as informações dos estudantes que participam do PBF (matrícula/frequência escolar/motivo da infrequência) e enviam ao MEC, via File Transfer Protocol (FTP), no próprio Sistema Presença. Essa funcionalidade recebeu o nome de “Arquivo de Grandes Prefeituras”.

A frequência escolar irregular de crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza e de extrema pobreza pode ser um indício de que a família está passando por dificuldades mais profundas, configurando vulnerabilidades sociais e que demandam maior atenção por parte do poder público local. O resultado com os motivos de baixa frequência escolar, bimestralmente, é disponibilizado à Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS\MDS) para que a rede nacional da área seja mobilizada para a realização do acompanhamento familiar.

Sistema de Informação do Acompanhamento da Frequência Escolar do Bolsa Família (Sistema Presença)

Os dados e informações coletados são registrados no Sistema de Informação do Acompanhamento da Frequência Escolar do Bolsa Família (Sistema Presença). Esse Sistema caracteriza-se como importante tecnologia social de acompanhamento e monitoramento da frequência escolar de estudantes beneficiados pelo PBF. Por meio dos dados produzidos e sistematizados, os(as) gestores(as) públicos podem atuar intersetorialmente, buscando soluções para a melhoria da qualidade do acesso, da permanência e do sucesso escolar dessa população em contexto de vulnerabilidade social.

O acompanhamento da frequência escolar no Sistema Presença: a) possibilita a efetivação de políticas públicas para o enfrentamento das condições de pobreza; b) indica a mobilização de ações ao relatar os casos de crianças e adolescentes que não cumprem os percentuais mínimos de frequência escolar; c) enfatiza a importância da permanência da criança e do(a) adolescente na escola; d) funciona como alerta para as possíveis violações dos direitos das crianças e dos(as) adolescentes; e) reforça a importância da educação como um direito essencial básico, ressaltando o dever que o Estado e as famílias têm de garanti-lo. Abaixo, segue tela principal do Sistema Presença, o qual pode ser acessado no endereço eletrônico: <http://presenca.mec.gov.br>.

O Programa Bolsa Família tem um papel fundamental em reforçar o acesso das famílias à educação e à saúde, por meio de alguns compromissos, chamado condicionalidades, que beneficiários e poder público tem a responsabilidade de cumprirem juntos esses compromissos.

Na área de educação: os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola; a frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês.

Para as situações em que as crianças ou os adolescentes tenham que faltar às aulas, é importante que a família informe o motivo na escola, que o marcará no sistema onde se registra o acompanhamento da frequência escolar, o Sistema Presença/MEC. Para isso, são disponibilizados 88 motivos no Sistema.

Motivos de justificativas das faltas

Colocar aqui o quadro em anexo com os motivos de justificativa das faltas (arquivo em PDF)

Na área de saúde: os responsáveis devem levar as crianças menores de 7 anos para tomar as vacinas recomendadas pelas equipes de saúde e para pesar, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; as gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas e às consultas na Unidade de Saúde.

ANEXO 2:

Indicadores de alerta e risco: correspondência entre motivos e indicadores

Código	Descrição	Propensão ao Abandono	Abandono	Sem Vínculo Escolar	Violação de Direitos e Risco Social
	Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno	-	-	-	-
01	01a. Doença/problemas físicos	X			
	01b. Doença/problemas psicológicos/mentais	X			
	01c. Pós-parto/gravidez de risco/TPM	X			
	Doença na família/óbito na família/óbito do aluno	-	-	-	-
02	02a. Óbito do aluno				
	02b. Doença de pessoa da família prejudicando a frequência do aluno à escola	X			
	02c. Óbito de pessoa da família prejudicando a frequência do aluno à escola	X			
	Fatos que impedem o deslocamento/ acesso do aluno à escola	-	-	-	-
04	04a. Enchente	X			
	04b. Falta de transporte	X			
	04c. Estradas intrasitáveis	X			
	04d. Violência na área onde mora	X			
	04e. Inexistência de pessoa para levar à escola	X			
	04f. Grande distância entre a residência e a escola	X			
	04g. Outro	X			

Código	Descrição	Propensão ao abandono	Abandono	Sem vínculo escolar	Violação de direitos e risco social
	Concluiu o Ensino Médio	-	-	-	-
06	06a. Sabe-se que ingressou no Ensino Superior				
	06b. Sabe-se que ingressou no Ensino Técnico Profissionalizante ou outro curso				
	06c. Não se sabe se houve continuidade nos estudos				
	Suspensão Escolar	-	-	-	-
07	07a. Com tarefas domiciliares	X			
	07b. Sem tarefas domiciliares	X			
	EJA Semipresencial	-	-	-	-
08	08a. Com acompanhamento regular				
	08b. Sem acompanhamento regular				
	Situação coletiva que impede a escola de receber seus alunos	-	-	-	-
09	09a. Férias escolares				
	09b. Greve				
	09c. Calamidade pública que atingiu a escola				
	09d. Escola sem professor				
	09e. Reforma geral da escola				
	09f. Escola fechada por situação de violência				
	09g. Falta de merenda escolar				
	09g. Outro				

Código	Descrição	Propensão ao abandono	Abandono	Sem vínculo escolar	Violação de direitos e risco social
	Participação em jogos estudantis/ atividade escolar extraclasse	-	-	-	-
10	10a. Considerada atividade escolar	X			
	10b. Não é considerada como atividade escolar	X			
	Preconceito/discriminação no ambiente escolar/bullying	-	-	-	-
11	11a. A escola está agindo no enfrentamento do problema	X			
	11b. A escola ainda não está agindo no enfrentamento do problema	X			
	Ausência às aulas por respeito às questões sociais, culturais, étnicas ou religiosas	-	-	-	-
12	12a. Indígenas	X			
	12b. Circenses	X			
	12c. Ciganos	X			
	12d. Opções religiosas	X			
	12e. Populações de rua	X			
	Gravidez	-	-	-	-
51	51a. Gravidez de risco (sistema lançará para o motivo 1)	X			
	51b. Não é gravidez de risco	X			
	Situação de rua	-	-	-	-
52	52a. A escola sabe que o aluno conta com o acompanhamento da rede de proteção local (Cons. Tutelar/CRAS/CREAS)	X			X
	52b. A escola não sabe que o aluno conta com o acompanhamento da rede de proteção social	X			X

Código	Descrição	Propensão ao abandono	Abandono	Sem vínculo escolar	Violação de direitos e risco social
	Negligência dos pais ou responsáveis	-	-	-	-
53	53a. A escola examinou a questão com as famílias	X			
	53b. A escola não abordou a questão com as famílias	X			
	Trabalho infantil	-	-	-	-
54	54a. A escola sabe que o aluno conta com atenção da rede local de proteção e/ou participa do PETI	X			X
	54b. A escola não sabe se o aluno conta com o acompanhamento da rede de proteção local	X			X
	Motivo da baixa frequência não foi informado	-	-	-	-
58	58a. A escola não procurou saber o motivo junto à família	X			
	58b. A escola esclarece que a família não informou o motivo	X			
	58c. A escola, apesar de solicitada, não informou o motivo	X			
	58d. Não foi identificado motivo adequado nesta tabela	X			
	Violência/Agressividade no ambiente escolar	-	-	-	-
60	60a. A escola está atuando no enfrentamento da situação	X			X
	A escola ainda não está atuando no enfrentamento da situação	X			X

Código	Descrição	Propensão ao abandono	Abandono	Sem vínculo escolar	Violação de direitos e risco social
	Trabalho do Jovem	-	-	-	-
62	61a. Emprego formal (a partir dos 16 anos)	X			
	62b. Estagiário sem vínculo empregatício	X			
	62c. Trabalho informal	X			
	Exploração/Abuso Sexual	-	-	-	-
63	63a. A escola sabe que a rede de proteção local já foi acionada/comunicada	X			X
	63b. A escola não sabe se a rede de proteção já foi acionada/comunicada	X			X
	Desinteresse/Desmotivação pelos estudos	-	-	-	-
64	64a. A escola vem agindo para identificar as causas dessa situação	X			
	64b. A escola não tem procurado identificar as causas dessa situação	X			
	Abandono Escolar/Desistência	-	-	-	-
65	65a. A escola vem agindo para identificar as causas desse comportamento		X		
	65b. A escola não tem conseguido agir em relação a esta situação		X		
	Questões sociais, educacionais e/ou familiares	-	-	-	-
68	68a. Separação dos pais	X			
	68b. Necessidade de cuidar dos familiares (idoso, criança, pessoa com deficiência)	X			
	68c. Viagem com a família (trabalho sazonal/agricultura temporária/colheita/ outros)	X			

Código	Descrição	Propensão ao abandono	Abandono	Sem vínculo escolar	Violação de direitos e risco social
	Questões sociais, educacionais e/ou familiares	-	-	-	-
68	68d. Casamento do(a) Aluno(a) - Atualizar cadastro familiar	X			
	68e. Falta de uniforme/calçado/roupa adequada	X			
	68f. Pais “sem domínio” dos filhos/relação familiar precária	X			
	68g. Família desconhece as faltas da criança às aulas	X			
	68h. Aluno com deficiência/necessidades especiais sem apoio/estimulação para permanecer na escola	X			X
	Envolvimento com drogas/atos infracionais	-	-	-	-
70	70a. A escola sabe que foi encaminhado aos órgãos competentes	X			X
	70b. A escola não sabe se houve encaminhamento adequado	X			X
	Violência doméstica	-	-	-	-
71	71a. A escola sabe que a criança já foi encaminhada à rede de proteção social	X			X
	71b. A escola não sabe se a criança já foi encaminhada à rede de proteção social	X			X
	Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar por uma das situações abaixo caracterizadas	-	-	-	-
72	72a. Inexistência de ensino fundamental na comunidade em que mora			X	
	72b. Inexistência de ensino médio no território em que mora			X	

Código	Descrição	Propensão ao abandono	Abandono	Sem vínculo escolar	Violação de direitos e risco social
	Beneficiário sem vínculo/matricula escolar por uma das situações abaixo caracterizadas	-	-	-	-
72	72c. Inexistência de serviços educacionais para acampados/ciganos/circenses/itinerantes			X	
	72d. Inexistência de serviços educacionais em situação de internação/privação de liberdade			X	
	72e. Inexistência de escola indígena no território onde mora			X	
	72f. Concluiu o ensino fundamental/EJA e inexistente oferta imediata da etapa seguinte			X	
	72g. Beneficiário concluiu o Ensino Médio				
	72h. Inexistência de atendimento educacional especializado para beneficiário com deficiência/necessidade educacional específica			X	
	72i. Inexistência de transporte/locomoção acessível à escola para beneficiário com deficiência/necessidade especial			X	
	72j. Questões de resistência da família para que o beneficiário com deficiência/necessidade especial frequente a escola			X	
	72k. Inexistência de acessibilidade no ambiente escolar para o beneficiário com deficiência/necessidade especial			X	
	72l. Negativa da escola em receber a criança com deficiência/necessidade especial, alegando falta de vaga			X	

Código	Descrição	Propensão ao abandono	Abandono	Sem vínculo escolar	Violação de direitos e risco social
	Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar por uma das situações abaixo caracterizadas	-	-	-	-
72	72m. Transferência em andamento/pendente - permanecendo sem solução/aceite, após o encerramento de 2 (dois) períodos de coleta				
	72n. Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar foi encontrado, mas não quer mais estudar			X	
	72o. Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar foi identificado em condição de óbito (falecido)				
	72p. Beneficiário com dados errados impedindo a identificação pela escola (nome errado/data de nascimento errada/NIS duplicado)				
Soma de motivos		56	2	12	13

Apêndices

Apêndice B - Guia de Produção de Conteúdo



Guia de Produção de Conteúdo

Trajetórias Escolares

Desigualdades e Diversidades

Guia de Produção de Conteúdo
Trajetórias Escolares
Desigualdades e Diversidades

I Sumário

Prefácio	4
Guia Rápido de Acesso à Proposta de Dinâmica de Produção	5
Guia de Produção de Conteúdo	10
Introdução	11
Frequência escolar enquanto condicionalidade do PBF	11
Direito de acesso à escolarização	12
Sistematização dos dados como fortalecimento da Política Educacional	12
O Eixo II e a dinâmica de trabalho	13
Organização pedagógica	14
Autoformação	14
Trilhas formativas	15
Falas significativas	15
O que são os módulos da Plataforma TEDD?	16
Temas e Subtemas	16
Público-alvo	17
Por que queremos auxiliar no processo de autoformação?	18
Concepção pedagógica	19
Proposta de fluxo de trabalho	20
Horizontes que devem acompanhar a produção de conteúdo	22
Estruturação dos textos e estratégias pedagógicas para a produção do módulo	23
Referências	26
ANEXO	27



I Prefácio

Olá! Este é o Guia de Produção de Conteúdo da **Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades**. O objetivo deste documento é auxiliar nossas colaboradoras durante o processo de produção de conteúdo para os módulos pedagógicos direcionados à Plataforma Trajetórias. Aqui você encontra um Guia Rápido de Acesso à proposta de dinâmica de produção da nossa Equipe, seguido pelo Guia de Produção de Conteúdo. O primeiro é um documento mais sucinto, que busca apresentar à colaboradora o roteiro ideal para esse momento de produção colaborativa, apresentando também alguns conceitos-chave e objetivos a serem alcançados. Já o Guia de Produção possibilita à colaboradora um aprofundamento nos pressupostos de nosso Projeto de forma geral. No fim do documento, é possível ter acesso à lista completa de temas, subtemas e motivações – sobre a qual nos debruçaremos durante nossa parceria.

Toda a Equipe da Iniciativa Trajetórias deseja-lhe boa leitura e bom trabalho!

Parte I

Guia rápido de acesso à proposta
de dinâmica de produção

Neste documento, encontram-se alguns pontos norteadores para as reuniões que devem acompanhar o desenvolvimento da produção de conteúdo. Temos os **agentes envolvidos** diretamente nas reuniões; a **dinâmica** básica das reuniões, e os **objetivos** a serem alcançados em cada etapa.

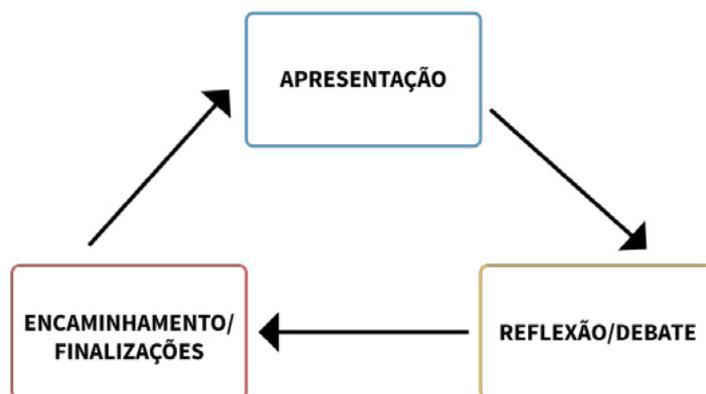
Agentes Envolvidos

As colaboradoras de acordo com seu respectivo subtema¹, os representantes do MEC/Secadi e a equipe de designers educacionais (DE). Além desses, a Iniciativa Trajetórias propõe envolver toda a equipe na produção de conteúdo. Contudo, por vezes, a participação dos membros da equipe nas reuniões limitar-se-á à equipe de designers educacionais.

Dinâmica das Reuniões

Essas reuniões devem ter três momentos: apresentação, reflexão e encaminhamentos. O número de encontros presenciais pode variar, contudo, tendo em vista a dispersão geográfica das colaboradoras pelo Brasil; nesse caso, o mais viável é que a maioria do trabalho seja realizado à distância. Os encontros presenciais devem ser objetivos. É necessário que haja, pelo menos, um encontro presencial para a aprovação do módulo final.

“É interessante que entre uma reunião e outra haja um compartilhamento do que tem sido feito, de acordo com os encaminhamentos da reunião anterior, para que os envolvidos possam se preparar para o que vai ser discutido.



¹Para ter acesso à lista completa de temas, subtemas e motivações ir para Anexo.

Objetivos das reuniões

Temos um objetivo principal e outros quatro objetivos específicos que nos ajudam a alcançar nossa meta.

Objetivo principal

Aprovar a versão final do material pedagógico que dá origem ao módulo.

Objetivos específicos

- Elaboração coletiva do “projeto fundamental”, adequando a proposta inicial da colaboradora, que envolve o percurso teórico e os principais conceitos a serem explorados, com a proposta dos DEs sobre as falas significativas e as situações problematizadoras;
- Aprovação do pré-roteiro, originado do processo anterior;
- Aprovação do roteiro, a partir da aprovação do pré-roteiro junto à colaboradora e à Secadi/MEC;
- Aprovação do texto-base da colaboradora, elaborado a partir da aprovação do roteiro e que constituirá o corpo da versão final do material pedagógico que dá origem ao módulo.

Reuniões

Se considerarmos que cada reunião deve ter como finalidade alcançar cada um dos objetivos específicos, mais o alcance do objetivo principal na última reunião (preferencialmente presencial), teremos então cinco encontros/ momentos. Esse número pode variar de acordo com a demanda do processo de produção e com a disponibilidade dos envolvidos.

Pré-Roteiro

A partir da pesquisa e da seleção de falas significativas, os DEs pensarão algumas opções de situação-problema para desencadear as discussões do módulo. Os discursos identificados na pesquisa serão analisados previamente e relacionados às situações concretas. A ideia é indicarmos alguns caminhos pelos quais o texto-base pode se desenvolver de acordo com as demandas formativas ressaltadas pela análise das falas. No contato com as colaboradoras

e os representantes da Secadi/MEC, poderemos deliberar sobre qual situação é mais potente para mobilizar o debate, os conceitos e assim subsidiar ações de enfrentamento.

- 1º Encontro/momento

Nesta etapa inicial é importante que duas coisas aconteçam; a primeira delas é que os DEs apresentem os resultados da pesquisa sobre as falas significativas do referido subtema; e a colaboradora, por sua vez, apresente à equipe os conceitos principais – possivelmente originando tópicos – que podem contribuir para a reflexão sobre os discursos e as situações-problema no desenvolvimento do material. Todos juntos devem refletir sobre a (des) sintonia entre a concepção técnica da colaboradora sobre o tema e as situações e falas significativas apresentadas pelos DEs. Isto porque podem acontecer duas coisas; por um lado os demais presentes podem ter o que acrescentar ao que a colaboradora apresentou como essencial e, por outro, os resultados da pesquisa dos DEs podem (ou não) ser a melhor opção para continuar o processo de desenvolvimento do material. Após esses dois momentos, chega a hora dos encaminhamentos. Se for entendido que tanto a proposta da colaboradora, como os resultados da pesquisa dos DE são suficientes, o próximo passo será o desenvolvimento do pré-roteiro. Caso haja necessidade de os DEs buscarem por novas falas e situações, deve-se encaminhar, de forma objetiva, quais pontos fracos da pesquisa apresentada devem ser superados. Entre essa e a próxima reunião, o foco do trabalho deve ser a elaboração do pré-roteiro do material, que deve ser desenvolvido on-line e apresentado na próxima reunião.

- 2º Encontro/momento

O objetivo do segundo encontro é apresentar o pré-roteiro, aprová-lo e encaminhar a elaboração do roteiro do material pedagógico. É importante que a proposta de pré-roteiro tenha sido compartilhada para que os envolvidos possam se preparar para o debate sobre o mesmo. Nesse sentido, os DEs devem apresentar sua proposta de pré-roteiro, de acordo com o que foi encaminhado na reunião anterior. É indicado que haja mais de uma possibilidade de pré-roteiro. Os pontos fracos e os pontos fortes da proposta devem ser explicitados. Os encaminhamentos referentes à avaliação do pré-roteiro visam dar início à produção do roteiro.

- 3º Encontro/momento

O objetivo do terceiro encontro é aprovar o roteiro e encaminhar a elaboração do texto-base. A dinâmica dessa reunião é semelhante à anterior, os DEs submetem a proposta de roteiro para a avaliação coletiva (também compartilhado previamente), pode ser interessante que a colaboradora, se possível, apresente um esboço do texto base. Avaliam-se coletivamente as propostas apresentadas, as quais são encaminhadas para aprovação ou aperfeiçoamento do roteiro, assim como iniciar a elaboração do texto base pela colaboradora.

- 4º Encontro/momento

O objetivo do quarto encontro é apresentar a versão do texto-base elaborado pela colaboradora (compartilhado previamente) e aprová-lo. Vale ressaltar que o texto-base é um fator textual determinante para a produção da versão final do módulo.

- 5º Encontro/momento

O objetivo do quinto e último encontro é a apresentação da versão final do material pedagógico (compartilhada previamente) – com a linguagem em formato de hipertexto e os recursos audiovisuais inseridos – e, possivelmente, a sua aprovação.

Parte II

Guia de produção de conteúdo

Olá, cara colaboradora!

Este Guia de Produção de Conteúdo da **Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades (TEDD)** tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento de materiais pedagógicos. Aqui você encontra informações sobre a Iniciativa, a plataforma e a nossa proposta de trabalho colaborativo.

Boa leitura!

Introdução

A educação escolar é um direito básico de todo cidadão brasileiro, sendo obrigatória e gratuita em todo o território nacional desde a década de 1930. Porém, a garantia de acesso a esse direito continua representando um grande desafio para os sistemas escolares, governos e a sociedade em geral, mesmo com os avanços registrados nas últimas décadas, sobretudo no que se referem às políticas de combate a vários tipos de desigualdade, discriminação e intolerância.

Na busca pela democratização do acesso a direitos básicos, destaca-se o Programa Bolsa Família (PBF), instituído pelo Governo Federal, pela Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto n. 6.157 de 16 de julho de 2007.

Gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o programa beneficia famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). Através do PBF, o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias mais necessitadas.

■ Frequência escolar enquanto condicionalidades da PBF

O Programa Bolsa Família estabelece algumas condições para viabilizar o auxílio às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. A contrapartida das famílias beneficiárias é acompanhar a frequência escolar dos filhos e dispor de assistência social e médica conforme a necessidade, por sua vez o Poder Público deve garantir a oferta de tais serviços.

As condicionalidades em saúde baseiam-se no acompanhamento de consultas e retornos ao Sistema Único de Saúde (SUS), rotina que inclui o pré-natal e o estado nutricional de todos os integrantes da família, por exemplo. No que diz respeito à questão da educação, em estabelecimentos de ensino regular, a frequência mínima exigida é de 85% da carga horária escolar mensal para crianças e adolescentes de seis a quinze anos, e de 75% para jovens com dezesseis e dezessete anos de idade.

■ Direito de acesso à escolarização

O objetivo da condicionalidade da educação no Bolsa Família é promover a garantia do direito de acesso à escolarização e da permanência no ensino, reduzir o abandono e a evasão e contribuir para o sucesso escolar, em consonância com o desafio de universalização da educação básica no Brasil.

Além de combater a fome e a pobreza, busca estimular a emancipação sustentada das famílias promovendo o acesso à rede de serviços públicos, em especial de educação, saúde e assistência social, de modo a reforçar a intersectorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Estado.

■ Sistematização dos dados como fortalecimento da política educacional

Grande parte dessas informações e dados são gerados através do acompanhamento e monitoramento da frequência escolar de estudantes beneficiários do PBF, realizado pelo Sistema Presença². O Sistema utiliza dados do Censo Escolar (INEP), referente às escolas nas quais os estudantes estão matriculados, e os dados do Cadastro Único³ (MDS), que organiza informações específicas sobre as famílias dos estudantes.

O acompanhamento da frequência escolar do Bolsa Família e a sistematização dos dados no Sistema Presença têm produzido um conjunto de informações estratégicas para o fortalecimento da política educacional e da rede de proteção social de crianças e adolescentes, subsidiando a articulação

² O Sistema Presença é uma tecnologia social de acompanhamento e monitoramento da frequência escolar de estudantes beneficiários(as) do Programa Bolsa Família (PBF).

³ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

de sistemas, famílias, comunidade escolar, instituições de ensino e pesquisa.

Essas referências geradas pela condicionalidade, por meio do monitoramento de seu cumprimento, funcionam como alerta para as possíveis violações dos direitos das crianças e dos(as) adolescentes, permitindo identificar as vulnerabilidades sociais que afetam ou impedem o acesso das famílias beneficiárias aos serviços públicos a que têm direito.

A iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidade, através da plataforma, busca dar mais visibilidade a esses dados e potencializar o seu aproveitamento. Além de apresentar experiências de ações intersetoriais, a plataforma oferecerá **materiais pedagógicos** desenvolvidos para problematizar as informações levantadas pelo acompanhamento da condicionalidade, especialmente no que se referem aos motivos de baixa frequência registrados e a sua relação com o contexto social das famílias beneficiárias.

O eixo II e a dinâmica de trabalho

A Plataforma Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades (TEDD) está organizada em três eixos que estão interligados, são eles: **(I) Integração de Dados e Informações**, **(II) Materiais Pedagógicos** e **(III) Projetos Intersetoriais na Escola**.

Devemos ter em mente que o objetivo principal de nossa parceria concentra-se na elaboração dos materiais pedagógicos. Tais materiais serão disponibilizados on-line na plataforma e servirão para subsidiar e orientar ações de formação voltadas aos profissionais da educação que atuam em contextos escolares.

A proposta de dinâmica de trabalho aqui apresentada é fruto de experiências empíricas anteriores que mostraram a necessidade de um trabalho horizontal que articule, de forma equilibrada, todos os agentes envolvidos no processo de elaboração e produção do material pedagógico. Esse processo envolve toda a equipe Trajetórias, representantes do MEC/Secadi e você, colaboradora. Nossa preferência em convidá-la a participar é fruto de uma escolha realizada coletivamente pelas equipes. *Novamente, obrigado por aceitar nosso convite!*

Nossa tarefa enquanto **designers educacionais** é buscar a convergência entre educação e tecnologia. Trata-se de um trabalho de linguagem, de retextualização, que visa não só adequar o texto acadêmico ao digital (hipertexto),

mas potencializá-lo a partir de recursos audiovisuais. A produção de materiais é uma síntese do trabalho de diversos especialistas (no conteúdo específico de cada material, em audiovisual, ilustração, diagramação, programação, etc), e nós temos a função de contribuir para que essa construção flua da forma mais criativa possível.

Trabalhamos sob a perspectiva de uma construção coletiva dos materiais, portanto faremos proposições ao seu texto, como também apreciaremos muito caso você tenha sugestões, possíveis referências (por exemplo: vídeos, charges, poemas) que acredite possam favorecer a aprendizagem.

Organização Pedagógica

Na Plataforma Trajetórias, trabalha-se com dois conceitos centrais: o de **autoformação** – em que o sujeito da aprendizagem controla o seu processo de formação – e o de **trilhas formativas** – junção de módulos de conteúdo com temas-chave que se desdobram em outras temáticas, as quais podem ser integradas ou interligadas. Outros dois aspectos importantes que contextualizam a nossa produção e conferem certo ‘realismo’ às discussões são a coleta e a análise de **falas significativas**. Essa parte tem a potência de situar o nosso texto na disputa de legitimidade em relação aos discursos hegemônicos sobre os temas e as situações abordadas.

■ Autoformação

A perspectiva da autoformação se dá sobretudo por meio da disponibilidade e acessibilidade desse acervo em nossa plataforma, de forma que o usuário possa se utilizar dele como e quando lhe for mais conveniente.

O conceito de autoformação se baseia em três práticas formativas: 1) quando o sujeito da aprendizagem passa a controlar o seu processo de formação; 2) quando o aprendente processa a informação, resolve problemas e toma decisões sobre sua aprendizagem; 3) quando o sujeito tem a responsabilidade pelo próprio percurso de formação.

Diante dessas práticas, delineiam-se os processos autoformativos, podendo ser elencados da seguinte forma: a) o processo de aprendizagem autodirigida

não é linear; b) o desenvolvimento do projeto de aprendizagem é dependente das circunstâncias do contexto; c) cada projeto de aprendizagem tem um percurso e uma história singulares; d) o processo de aprendizagem é marcado por oscilações devido a acontecimentos inesperados (problemas de saúde, mudanças no trabalho, relacionamento familiar, falta de tempo) que podem modificar ou encerrar a autoformação (CERNY; QUARTIEIRO, 2016).

■ Trilhas formativas

O conceito de trilhas formativas baseia-se na ideia de que as temáticas abordadas relacionam-se entre si. Dessa forma, o termo “trilhas” deve nos remeter à possibilidade de correlacionar os temas e os subtemas entre si, adaptando a função desses materiais às necessidades de determinada realidade social em que o educador se encontra ou na qual pretende agir.

■ Falas significativas

Os materiais pedagógicos da Plataforma buscam problematizar não apenas as situações concretas de problemas de frequência escolar de alunos em situação de pobreza, mas, sobretudo, as visões acerca desses fenômenos. Para alcançar os nossos objetivos, adotamos estratégias de contextualização e trabalho com falas significativas, que ao mesmo tempo que aproximam o leitor da problemática, buscam distanciar-lo de pré-conceitos.

O que torna significativas as falas é a identificação de lógicas recorrentes e estilos de pensamento que representem considerações sobre ser e estar no mundo contemporâneo. Nossa proposta é buscar essas falas na seção de comentários das notícias de grandes periódicos em suas versões on-line, tal como os portais G1 e R7, e também em suas páginas do Facebook. A escolha desses sites se justifica pela abrangência e popularidade que ambos possuem, o que se reflete num volume maior de comentários.

Para atingir o objetivo proposto, a coleta dessas falas se baseará na busca em descritores desses sites de palavras-chave referentes aos motivos de baixa frequência de crianças e adolescentes como, por exemplo, “situação de rua” (Motivo código 52), “violência doméstica” (Motivo Código 71), “envolvimento com drogas” (Motivo código 70), “abuso sexual” (Motivo Código 63), etc. (**ver Anexo**).

A etapa de pesquisa de falas significativas tem o objetivo de contribuir com a identificação das demandas formativas e ajustar o foco do material, dialogando com os principais motivos de baixa frequência de crianças e adolescentes do PBF. Com isso, queremos identificar quais são as explicações dadas a essas situações

problematizadoras (tema das notícias) e, a partir disso, os limites explicativos que se constroem e são reproduzidos por essas falas. Devemos, portanto, entender que a análise dos discursos que surgem frente às “situações problematizadoras” nos possibilita identificar no conjunto de comentários essas “falas significativas”, condensadoras de interpretações hegemônicas.

O que são os módulos da plataforma TEDD?

Os módulos são como “cadernos” que servirão de guia no percurso de autoformação. As temáticas estão subdivididas em três subtemas e estes darão origem a um módulo cada. Embora a construção dos módulos deva inferir alguma coesão entre eles, sob a perspectiva das trilhas formativas, os módulos têm de ser autossuficientes. Considerando a nossa proposta de acessibilidade, devemos estar atentos ao modo como desenvolvemos o conteúdo para não cercá-lo de pré-requisitos que restrinjam a compreensão do debate ou tornem o diálogo inócuo.

Os módulos da Plataforma Trajetórias são voltados para um público diverso, com qualquer escolaridade, que tenha interesse na temática, com ênfase nos(as) gestores(as) educacionais, profissionais e formadores(as) de diversos setores da educação, movimentos sociais e de direitos humanos, assim como pesquisadores(as), professores(as), técnicos universitários e estudantes.

Temas e subtemas

Como dito anteriormente, a produção de materiais pedagógicos é um dos eixos principais (eixo II) da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades (TEDD). A produção deve ser dividida segundo a categorização das temáticas que abarcam as principais motivações registradas que levam ao abandono, à repetência e à evasão escolar. Essa categorização é resultado de uma seleção prévia elaborada em reuniões da equipe Lantec junto à Secadi/MEC,

a partir dos motivos de baixa frequência mais recorrentes. As temáticas e os subtemas são⁴:

1 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DAS TRAJETÓRIAS ESCOLARES:

- Sujeitos, saberes, outras práticas pedagógicas;
- Direitos, diversidades e currículo;
- Tempos e espaços na escola: trajetórias, desigualdades e diversidades.

2 VIOLAÇÃO DE DIREITOS E RISCO SOCIAL:

- Violências nas trajetórias escolares;
- Trabalho infantil;
- Trajetórias de Crianças e adolescentes com deficiência e dificuldades de acesso à educação escolar.

3 SAÚDE E ATENÇÃO INTEGRAL:

- Prevenção ao uso de drogas no contexto escolar;
- Orientação sexual e Gravidez na adolescência;
- Atenção integral à saúde da criança e do(a) adolescente no contexto escolar.

4 ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE:

- Educação escolar e vínculos familiares;
- Família, escola e situações de vulnerabilidade socioeducacional;
- Educação escolar, comunidade e territórios vulneráveis.

Público-alvo

A perspectiva da Plataforma TEDD é formar as pessoas interessadas e envolvidas nos contextos em que as problemáticas de trajetórias escolares acidentadas, desigualdades e diversidades sociais apresentam-se como desafios a serem melhor compreendidos. Além disso, se possível, superados

⁴ Para ver a lista completa, com as motivações, ver **Anexo**.

(não no sentido de subjugados, mas sim tendo em vista o respeito às diferenças e a noção de equidade), por meio do processo de autoformação do nosso público-alvo, enquanto agentes de transformação dessas realidades sociais.

A proposta abarca a questão da atuação e do atendimento do PBF. Dessa forma, tomamos como público-alvo: os(as) coordenadores(as) pedagógicos(as), gestores(as) escolares, as secretarias de educação, professores(as), os conselhos tutelares, coordenadores(as) municipais e estaduais do PBF, assistentes sociais, gestores(as) de políticas sociais, englobando os(as) coordenadores(as) municipais do PBF na Educação (CM), a Coordenação do Cadastro Único e Programa Bolsa Família (CCUPBF).

De forma a potencializar o máximo possível o alcance e o acesso a esse material, mais uma vez pedimos atenção às questões textuais, já que, para além do nosso público-alvo, esse material pedagógico deve poder ser utilizado por outros grupos, tais quais líderes comunitários, religiosos. Assim como pode servir a todos os movimentos sociais que primam pelos direitos humanos, por diversidade e inclusão social. Dessa forma, propomos uma escrita voltada a um público vasto, que inclui não somente profissionais da educação, mas também pessoas diretamente relacionadas à temática e interessadas por ela.



Por que queremos auxiliar no processo de autoformação?

Acreditamos que a criação de um portal de formação on-line, como a Plataforma Trajetórias, no qual estejam disponíveis os conteúdos das ações formativas da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), possibilita maior flexibilidade no aproveitamento

dos materiais pedagógicos por parte de pessoas interessadas. Nesse contexto, a combinação de conteúdos, distribuídos de forma hipermodal e organizados dentro dos princípios da autoformação, pode auxiliar aos que procuram ampliar seus conhecimentos sobre o trabalho pedagógico na perspectiva das trajetórias escolares.

O livre acesso ao conhecimento produzido é uma necessidade que está em sintonia com o debate nacional sobre a educação pública e gratuita para todas as camadas sociais, assim como para a educação continuada de pessoas formadoras/mediadoras de conhecimento que atuam de alguma maneira em espaços escolares, não escolares e de educação popular.

Diante disso, são imprescindíveis espaços de formação que promovam a problematização e desconstrução de preconceitos, visões estereotipadas e deterministas, ainda recorrentes sobre as trajetórias escolares acidentadas. Tais discursos trabalham na contramão do enfrentamento efetivo das causas que levam à repetência, ao abandono e à evasão escolar, e faz-se necessário confrontá-los ressaltando suas limitações, contradições e retrocessos.

Concepção Pedagógica

A proposta pedagógica da Iniciativa Trajetórias está dentro da perspectiva teórica de autores basilares como Bourdieu (2010), que analisa as trajetórias escolares através da diferenciação dos sujeitos segundo sua origem social e familiar, percebendo as disparidades enquanto condicionantes no plano das atitudes e dos comportamentos escolares.

Arroyo (2004) também trabalha na perspectiva de que trajetórias escolares acidentadas acontecem tanto devido à falta de concepção pedagógica dos docentes, como quanto à ausência de percepção das singularidades do indivíduo, de suas histórias e do contexto sociocultural no qual tanto educador como educando estão inseridos.

Por sua vez, Freire (1996) afirma que para superar as trajetórias escolares acidentadas das classes populares devemos nos despir de preconceitos, substituindo o pensamento alienado e alienante por alternativas, respeitando as particularidades dos educandos, por uma força de mudança e libertação para formação de um sujeito ontológico e crítico na sociedade.

Pode-se afirmar que há um consenso entre esses três autores de que, para superar trajetórias escolares esvaziadas e acidentadas, deve-se olhar para os **sujeitos** e suas especificidades, analisando suas histórias de vida e seus saberes prévios enquanto cidadãos atuantes na sociedade da qual fazem parte. Desse modo, na atualidade tem se dado destaque a uma educação que não seja aquela dos moldes bancários e que busque analisar as histórias e especificidades dos sujeitos dentro dos cinco aspectos a seguir:

1 Educação e Ética, a educação não pode ser neutra politicamente;

2 Visão histórica humana como possibilidade de presente e futuro;

3 Vocação ontológica do ser humano e sua humanização;

4 O ser humano e a consciência de seu inacabamento;

5 O professor/profissional da educação que atua em contextos escolares como mediador e não mais como detentor absoluto do conhecimento formal do saber.

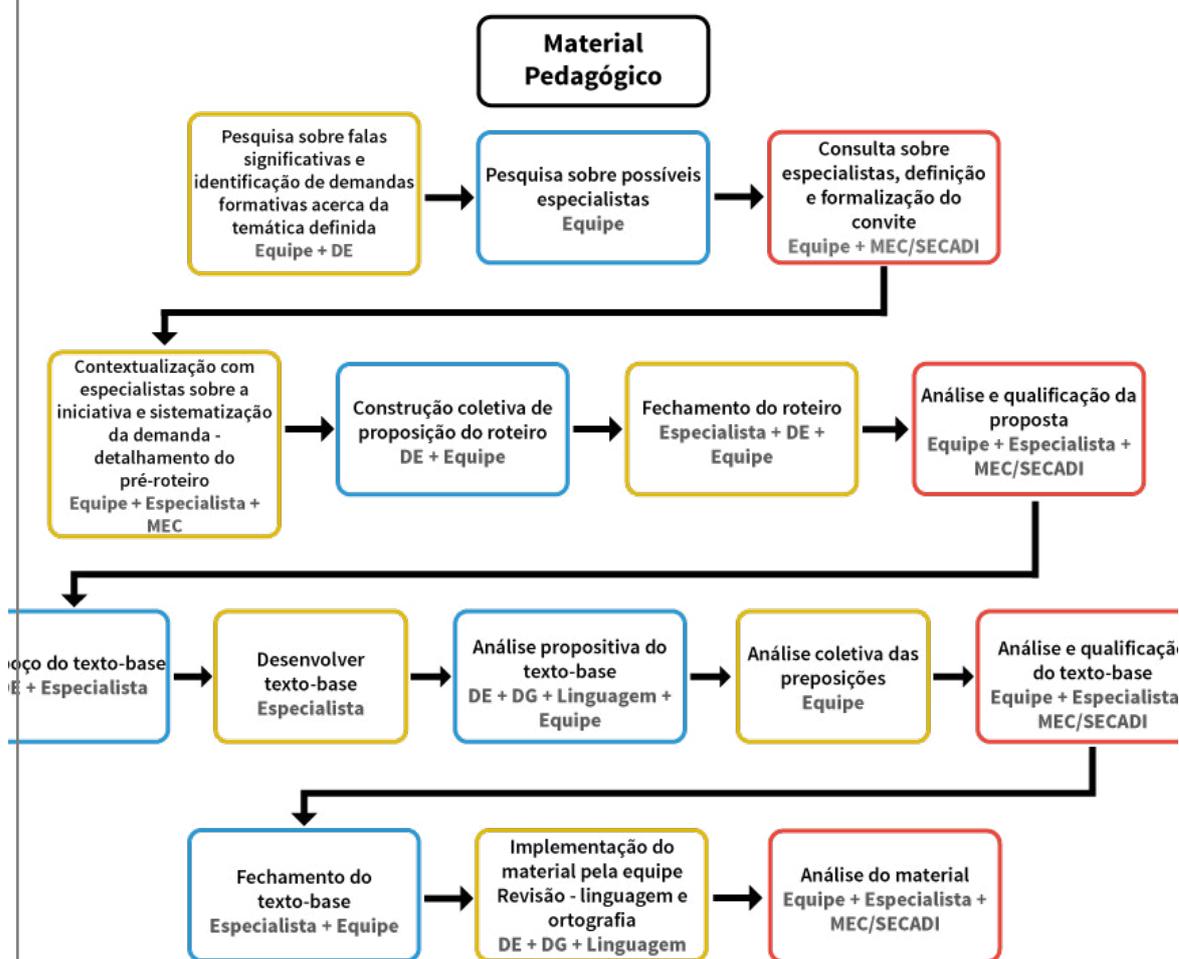
Proposta de fluxo de trabalho

Parte-se do princípio de que o planejamento, a criação e o desenvolvimento dos módulos no âmbito da Plataforma TEDD envolvem a articulação entre dimensões pedagógicas, conceituais, comunicativas e tecnológicas. Portanto, trata-se de um processo que exige intensa parceria entre as colaboradoras na escrita do texto-base, a equipe Lantec e a Secadi/MEC.

O nosso desafio é contribuir com a reflexão, a discussão e o enfrentamento dos principais fatores (repetência, abandono e evasão) que têm dificultado o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na idade adequada de crianças e adolescentes em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Este documento não é um manual; trata-se apenas de um modelo, uma sugestão. Sabemos que às vezes iniciar um trabalho é uma grande dificuldade. Nesse sentido, a equipe de designers educacionais (DEs) apresenta aqui algumas contribuições em direção à elaboração do pré-roteiro de produção de conteúdo.

Podemos identificar no ‘fluxo de trabalho’ representado na imagem abaixo que a etapa de elaboração do pré-roteiro, situada após a formalização do convite, é o momento em que as especialistas/colaboradoras são imersas no projeto, nos objetivos da Iniciativa, e a demanda é sistematizada. Além disso, já podemos começar a discutir a estrutura dos módulos para, em seguida, a equipe de DEs começar a fazer proposições sobre possíveis situações-problema que servirão de mote para a construção do módulo.



Vale lembrar que os módulos são o objetivo final do processo de produção, e estes serão desenvolvidos a partir dos textos-base das colaboradoras, focados nas temáticas, subtemáticas e motivações levantadas, e em consonância com as

propostas de autoformação e trilhas formativas.

As temáticas principais são: 1) Organização do Trabalho Pedagógico na Perspectiva das Trajetórias Escolares; 2) Violação de Direitos e Risco Social; 3) Saúde e Atenção Integral; e 4) Escola, Família e Comunidade. Para fins didáticos, adotaremos a motivação “violências/agressividade no ambiente escolar” para exemplificar nossa proposta. Desse modo, devemos ter em mente que:



(...) 2) *Violação de Direitos e Risco Social*; **(TEMÁTICA)**

Violências nas trajetórias escolares **(SUBTEMA)**

Referência principal: Violências/agressividade no ambiente escolar (Motivo código 60); **(MOTIVAÇÃO)** (...)

Horizontes que devem acompanhar a produção de conteúdo

Antes de entramos na estrutura textual da proposta, existem horizontes que estão para além do pré-roteiro, mas devem estar presentes neste momento, pois são norteadores de todo o processo de produção, desde a elaboração do pré-roteiro até a finalização do módulo. São eles:

- Introduzir o aprendente na complexidade da temática e explorá-la sobretudo em suas relações com o contexto social das famílias beneficiárias e os impactos na experiência escolar dos(as) estudantes;
- Correlacionar o tema-objeto de produção (seja um subtema ou uma motivação), com as demais temáticas e seus respectivos subcompartimentos, de modo que seja possível ao aprendente fazer, com alguma coesão, o seu próprio curso, concebendo trilhas formativas;
- Ajudar a compreender como essas temáticas estão presentes na realidade escolar, por exemplo: “como as violências podem afetar as trajetórias escolares e culminar em abandono, repetência e evasão escolar?”

Estruturação dos textos e estratégias pedagógicas para a produção do módulo

A seguir falaremos sobre a proposta de estruturar o pré-roteiro em momentos e etapas. Cada momento representa um nível de aprofundamento tanto no objeto do texto, como na proposta pedagógica. As etapas propostas, por sua vez, contêm estratégias pedagógicas de apresentação de casos e conceitos, de reflexões e síntese do pensamento que se deseja apresentar.

A proposta apresentada a seguir é linear, contudo isso que não quer dizer que o texto-base a ser produzido deva obedecer essa sequência. Sendo nossa proposta de trabalho colaborativa e horizontal, o desenvolvimento de dinâmicas próprias pode ser mais interessante e produtivo do que seguir a sugestão de estrutura apresentada a seguir.

1º momento - "Apresentações"

- **1.1 Apresentação da situação-problema**

Primeiramente devemos apresentar o contexto do nosso objeto numa perspectiva total, ou seja, por meio de um cenário fictício ou real no qual a violência, por exemplo, é abordada em sua complexidade, mostrando de forma introdutória, mas ainda superficial, como é difícil defini-la em uma só categoria, representando suas inter-relações, deixando-a transbordar os limites de uma única categoria. Nesse momento, sugerimos o uso de conteúdo midiático, para ser apreendida ainda em um nível de linguagem possivelmente mais familiar.

Algo a ser destacado nesse ponto é a tentativa de escolher uma situação problematizadora que seja polivalente em termos de representatividade; com isso queremos dizer que é importante termos em mente que nossa proposta visa alcançar proporções nacionais. Para tanto, devemos assumir que os perfis dos leitores espalhados pelo Brasil são muito vastos e que é importante que essas situações sejam apreciáveis à grande maioria do público. Evitar contextos extrema e especificamente urbanos ou rurais é um exemplo desse exercício.

- **1.2 Descrição/relato dos acontecimentos**

Aqui resumimos os acontecimentos: Quais violências especificamente ocorreram na situação acima? Quais são os possíveis problemas da situação na visão das pessoas envolvidas ou próximas? Quais são os problemas da

situação na ótica das colaboradoras? (Muitas vezes esse item não precisa estar explícito na publicação final, mas para equipe de produção é muito importante que seja evidenciado).

- **1.3 Apresentação das falas significativas**

Nesse momento é iniciada a inserção das falas significativas no conteúdo do material. É preciso que nesses discursos estejam presentes falas que ao mesmo tempo sejam recorrentes, expressem a visão de mundo e as explicações hegemônicas que buscamos problematizar e compreender. Por exemplo, muitas vezes o(a) profissional da educação se exime da responsabilidade, ou se sente impotente diante de determinada situação. A explicitação dessas falas hegemônicas teria a função não apenas de produzir um movimento de empatia nessa pessoa, mas também de levantar questões a serem retomadas implicitamente no segundo momento, sobretudo no que diz respeito à problematização do possível fatalismo e dos limites explicativos de tais discursos.

- **1.4 Questão geradora**

Uma pergunta ou problematização simples, que incita a reflexão acerca de uma situação reconhecida pelo(a) educador(a) (público-alvo) como um problema. Por exemplo, numa circunstância corriqueira em que os(as) educadores(as) não veem saída a não ser agir violentamente: “Você já se deparou com alguma situação semelhante?” ou “O que é possível fazer nessas situações?”

2º momento - "Aprofundamento"

- **2.1 Problematização dos limites das falas e explicações hegemônicas do fenômeno**

Nesse ponto é necessário iniciar um diálogo entre os fatos e conceitos nos quais pretendemos nos demorar um pouco mais, tomando cuidado para não gerar um efeito de culpabilização do(a) educador(a)/leitor(a) que se identifique com a visão de mundo expressa nas falas significativas. Nesse sentido, uma das estratégias é iniciar pela análise da recorrência de determinada fala, levando-a para outros contextos, como um convite à análise crítica (que sempre é mais tranquila de ser feita quando se olha “o outro”). É importante considerar que não são as falas como um todo o nosso objeto de problematização, mas os limites explicativos dessas falas⁵, aqueles pontos cuja compreensão mais complexa poderia contribuir para que os(as) educadores(as) se percebam como agentes desses processos e situações.

- **2.2 Explicitação dos conceitos aprofundados (mobilizados)**

Tópicos principais que podem ser compreendidos por meio da teoria para discutir o cenário que você apresentou. Essa parte é importante também para equipe de produção, porque vai propiciar a todos os envolvidos a compreensão das relações entre teoria e prática. O texto se aproximará disso à medida que dialogar com situações concretas que tenham alguma relação com a situação problematizadora e com as explicações recorrentes, mobilizando conceitos para compreendê-las de forma mais complexa. Um dos desafios é evitar a entrega da reflexão de forma acabada ao(à) educador(a)/leitor(a), o que dificultaria propiciar o exercício de provocação e deslocamento (coerção versus convencimento).

3º momento - “Síntese reflexiva e planejamento de ações potencializadoras”

- **3.1 Síntese reflexiva**

Aqui devemos realizar uma síntese dos principais aspectos aprofundados na etapa anterior. Quando possível, é mais interessante que sejam geradas condições para o(a) próprio(a) educador(a) fazer essa síntese. Muitas vezes isso pode ser feito promovendo-se um olhar sob novos ângulos para a situação problematizadora inicial. No caso da violência nos ambientes escolares, por exemplo, poderíamos relacionar determinado problema anunciado por um prisma mais pedagógico e menos punitivista (reprodutor), sem ignorar a coexistência da razão punitivista e os desafios de negociar os sentidos das violências preestabelecidas nas situações concretas.

- **3.2 Planejamento de ações potencializadoras**

Seria interessante trazer de forma contextualizada exemplos de ações potencializadoras diante de situações semelhantes; essas ações podem ser exemplos que partem do mundo concreto ou ideias de iniciativas ainda não testadas. Assim, o grande desafio seria contribuir para que ele(ela) pense como poderia também planejar ações em seu contexto.

⁵ Os limites explicativos são justificativas frágeis e superficiais para alguma situação. Por exemplo, na notícia: “professora é agredida por aluna dentro de escola em Parobé, no RS”; há o comentário: “O jovem, em especial o adolescente, é rebelde por natureza, e muitas vezes não compreende a importância da escola e do estudo para sua vida futura”. Há aqui um limite explicativo, uma lógica sequencial: o menino agrediu pois é rebelde por natureza. Ela se torna uma fala significativa/recorrente/hegemônica quando se analisa: “Outras pessoas dariam essa mesma opinião?” “Seria recorrente escutar esta frase?” “Soa familiar?”. Um limite explicativo que não representa uma fala significativa, poderia ser, por exemplo, quando se trata de uma explicação mais “localizada”, menos recorrente, como: “o menino bateu, pois a professora falava muito rápido e isso o deixava irritado.”

I Referências

ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2004

BOURDIEU, Pierre. **Os três estados do capital cultural**. In: NOGUEIRA, M.A.

CATANI, A. (org.) **Escritos de Educação**, 11º ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

I Anexo

Lista de Temas e principais motivações sobre repetência, abandono e evasão escolar.

1. Organização do trabalho pedagógico na perspectiva das trajetórias escolares;

a) Sujeitos, saberes, outras práticas pedagógicas

I) Referência principal: Desinteresse/Desmotivação pelos estudos (código 64);
II) Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:

- (1) Suspensão escolar (código 07);
- (2) Abandono Escolar/ Desistência (código 65);

III) Outras situações complementares ao tema principal:

- (1) Situação de rua (Motivo código 52);
- (2) Negligência dos pais (Motivo código 53);
- (3) Trabalho jovem (Motivo código 62);
- (4) Questões sociais, educacionais ou familiares: Aluno com deficiência ou com necessidades especiais sem apoio e estimulação para permanecer na escola (Submotivo código 68h).
- (5) Preconceito/ discriminação no ambiente escolar/ bullying (Motivo código 11);
- (6) Violência Doméstica (Motivo código 71);

b) Direitos, diversidades e currículo;

I) Referência principal: Desinteresse/Desmotivação pelos estudos (código 64);
II) Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:

- (1) Suspensão escolar (código 07);
- (2) Abandono Escolar/ Desistência (código 65);

III) Outras situações complementares ao tema principal:

- (1) Situação de rua (Motivo código 52);
- (2) Negligência dos pais (Motivo código 53);
- (3) Trabalho jovem (Motivo código 62);
- (4) Questões sociais, educacionais ou familiares: Aluno com deficiência ou com necessidades especiais sem apoio e estimulação para permanecer

- na escola (Submotivo código 68h);
- (5) Preconceito/ discriminação no ambiente escolar/ bullying (Motivo código 11);
- (6) Violência Doméstica (Motivo código 71);

c) Tempos e espaços na escola: trajetórias, desigualdades e diversidades

I) Referência principal: Desinteresse/Desmotivação pelos estudos (código 64);

II) Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:

- (1) Suspensão escolar (código 07);
- (2) Abandono Escolar/ Desistência (código 65);

III) Outras situações complementares ao tema principal:

- (1) Situação de rua (Motivo código 52);
- (2) Negligência dos pais (Motivo código 53);
- (3) Trabalho jovem (Motivo código 62);
- (4) Questões sociais, educacionais ou familiares: Aluno com deficiência ou com necessidades especiais sem apoio e estimulação para permanecer na escola (Submotivo código 68h).
- (5) Preconceito/ discriminação no ambiente escolar/ bullying (Motivo código 11);
- (6) Violência Doméstica (Motivo código 71);

2) Violação de direitos e risco social:

a) Violências nas trajetórias escolares

I) Referência principal: Violências/agressividade no ambiente escolar (Motivo código 60);

II) Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:

- (1) Preconceito/ discriminação no ambiente escolar/ bullying (Motivo código 11);
- (2) Violência Doméstica (Motivo código 71);
- (3) Fatos que impedem o deslocamento/acesso do aluno à escola - Violência na área onde mora (Motivo código 04d);
- (4) Situação coletiva que impede a escola de receber seus alunos - Escola fechada por situação de violência (Motivo código 09f);

b) Trabalho infantil (Motivo código 54);

I) Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:

- (1) Situação de rua (Motivo código 52);
- (2) Negligência dos pais (Motivo código 53);
- (3) Trabalho jovem (Motivo código 62);

II) Outras situações complementares ao tema principal:

- (1) Exploração/Abuso Sexual (Motivo código 63);
- (2) Envolvimento com drogas/atos infracionais (Motivo código 70);
- (3) Violência Doméstica (Motivo código 71);

c) Trajetórias de Crianças e adolescentes com deficiência e dificuldades de acesso à educação escolar:

I) Referências principais:

- (1) Questões sociais, educacionais ou familiares: Aluno com deficiência ou com necessidades especiais sem apoio e estimulação para permanecer na escola (Submotivo código 68h).
- (2) Inexistência de atendimento educacional especializado para beneficiário com deficiência/necessidade educacional específica (código 72h);
- (3) Inexistência de transporte/locomoção acessível à escola para beneficiário com deficiência/necessidade especial (código 72i);
- (4) Questões de resistência da família para que o beneficiário com deficiência/necessidade especial frequente a escola (código 72j);
- (5) Inexistência de acessibilidade no ambiente escolar para o beneficiário com deficiência/necessidade especial (código 72k);
- (6) Negativa da escola em receber a criança com deficiência/necessidade especial, alegando falta de vaga (código 72l);

3) Saúde e atenção Integral

a) Prevenção ao uso de drogas no contexto escolar

I) Referência principal: Envolvimento com drogas/ atos infracionais (código 70)

II) Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:

- (1) Doença/problemas psicológicos/mentais (código 01b);
- (2) Situação de rua (Motivo código 52);
- (3) Violência Doméstica (Motivo código 71);
- (4) Inexistência de ensino fundamental na comunidade em que mora (código 72a);

- (5) Inexistência de ensino médio no território onde mora (código 72b);
- (6) Inexistência de serviços educacionais em situação de internação/ privação de liberdade (código 72d).

III) Outras situações complementares ao tema principal:

- (1) Desinteresse/Desmotivação pelos estudos (código 64);
- (2) Abandono Escolar/ Desistência (código 65);
- (3) Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar foi encontrado, mas não quer mais estudar (Motivo código 72n).

b) Orientação sexual e Gravidez na adolescência

I) Referência principal: Gravidez (código 51);

II) Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:

- (1) Pós-parto/gravidez de risco/TPM (código 01c);
- (2) Situação de rua (Motivo código 52);
- (3) Exploração/Abuso Sexual (Motivo código 63);
- (4) Envolvimento com drogas/atos infracionais (Motivo código 70);
- (5) Necessidade de cuidar de familiares (idoso, criança, pessoa com deficiência) (Motivo código 68b);
- (6) Preconceito/Discriminação no ambiente escolar/bullying (Motivo código 11).

III) Outras situações complementares ao tema principal:

- (1) Desinteresse/Desmotivação pelos estudos (código 64);
- (2) Abandono Escolar/ Desistência (código 65);
- (3) Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar foi encontrado, mas não quer mais estudar (Motivo código 72n).
- (4) Casamento do(a) Aluno(a) – Atualizar cadastro familiar (Motivo código 68d);

c) Atenção integral à saúde da criança e do(a) adolescente no contexto escolar

I) Referência principal: Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno (código 01).

II) Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:

- (1) Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno - Doença/ problemas físicos (código 01a);
- (2) Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno - Doença/ problemas psicológicos/mentais (código 01b);

- (3) Negligência dos pais (Motivo código 53);
 - (4) Situações Coletivas que impedem que escola receba os estudantes - Falta de merenda escolar (Motivo código 09g);
 - (5) Grande distância entre a residência e a escola (código 04f).
- III) Outras situações complementares ao tema principal:
- (1) Óbito de pessoa da família prejudicando a frequência do aluno à escola (código 02a).

4) Escola, família e comunidade

a) Educação escolar e vínculos familiares

- I) Referência principal: Negligência dos pais ou responsáveis (código 53);
- II) Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:
- (1) Pais “sem domínio” dos filhos/relação familiar precária (código 68f);
 - (2) Família desconhece as faltas da criança às aulas (código 68g);
 - (3) Separação dos pais (código 68a);
 - (4) A escola esclarece que a família não informou o motivo (Motivo código 58b);
- III) Outras situações complementares ao tema principal:
- (1) Envolvimento com drogas/atos infracionais (Motivo código 70);
 - (2) Violência Doméstica (Motivo código 71);
 - (3) Situação de rua (Motivo código 52);
 - (4) Exploração/Abuso Sexual (Motivo código 63).

b) Família, escola e situações de vulnerabilidade socioeducacional

- I) Referência principal: Doença na família/óbito na família/óbito do aluno (código 02);
- II) Situações correlatas que podem ser usadas de forma complementar ao tema principal:
- (1) Necessidade de cuidar de familiares (idoso, criança, pessoa com deficiência) (Motivo código 68b);
 - (2) Viagem com a família (trabalho sazonal/agricultura temporária/colheita/ outros) (Motivo código 68c);
 - (3) Falta de uniforme/calçado/roupa adequada (Motivo código 68b);
 - (4) Trabalho infantil (Motivo código 54);
 - (5) Trabalho jovem (Motivo código 62);
- III) Outras situações complementares ao tema principal:
- (1) Situação de rua (Motivo código 52);
 - (2) Envolvimento com drogas/atos infracionais (Motivo código 70);

Apêndice C - Materiais Pedagógicos

Organização do Trabalho Pedagógico na Perspectiva das Trajetórias Escolares



a. Saberes, Práticas
Pedagógicas e Currículos



b. Sujeitos, Diversidades e
Direitos



c. Educação e Diversidades:
Experiências Exitosas

Violação de Direitos e Risco Social



a. Violências nas Trajetórias
Escolares



b. Trabalho Infantil



c. Trajetórias de Crianças e
Adolescentes com Deficiência
e Dificuldades de Acesso à
Educação Escolar

Saúde e Atenção Integral



a. Prevenção ao Uso de Drogas em Território Educativo



b. Educação Sexual e Gravidez na Adolescência



c. Atenção Integral à Saúde de Crianças e de Adolescentes em Situação de Pobreza

Escola, Família e Comunidade



a. Educação Escolar e Vínculos Familiares



b. Família, Escola e Situações de Vulnerabilidade Socioeducacional



c. Educação Escolar, Comunidade e Territórios Educativos

Apêndice D - Manual de Identidade Visual



**Manual
de Identidade Visual**

Trajetórias Escolares

Desigualdades e Diversidades

Diretrizes

Em junho de 2017, a equipe do LANTEC/UFSC junto à SECADI/MEC definiram dez palavras-chaves que expressam as principais concepções da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades. As palavras escolhidas pelas equipes foram: *trajetórias escolares; desigualdades; diversidades; contextualização; dados; visibilidade; direitos; educação; crianças e adolescentes; enfrentamento.*

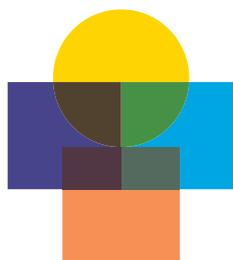
Além destas, foram incluídas posteriormente as palavras: *movimento; caminho; estudantes e escola;* como conceitos norteadores para o desenvolvimento da identidade visual.

Símbolo

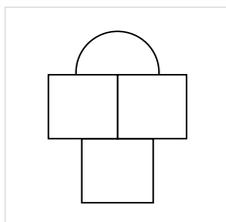
O símbolo criado para a Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades utiliza o conceito e as formas da amarelinha, que é uma brincadeira popular comum entre crianças e adolescentes nos ambientes escolares em todo Brasil.

Além disso, a amarelinha representa a trajetória do ser humano ao longo da vida e, nesta Iniciativa, é relacionada especificamente às trajetórias escolares de crianças e adolescentes em situação de pobreza e vulnerabilidade social, repletas de desafios a serem superados.

Uma explicação mais visual, associando conceito-forma, pode ser observada a seguir.

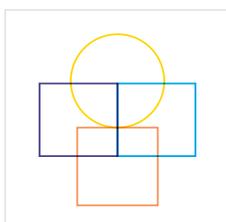


Símbolo **Construção**



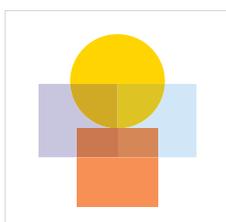
1. Trajetórias Escolares, Caminho, Movimento e Enfrentamento

Associa-se os dois primeiros conceitos (Trajetórias Escolares e Caminho) com o próprio significado da amarelinha, ou seja, o percurso em que se caminha do começo ao fim. O ato de pular com um e os dois pés e desviar da casa marcada representa o movimento e o enfrentamento, respectivamente.



2. Desigualdades

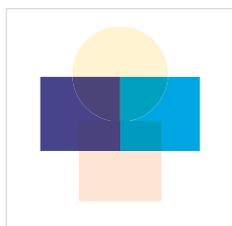
Desigualdades consiste num conceito importante, contido no próprio título da Iniciativa, que evidencia os desafios que ainda existem para uma educação mais justa e igualitária no país. Utilizou-se a semelhança e a segregação — três quadrados e um círculo — para traduzir as desigualdades existentes nas trajetórias escolares, com o intuito de sensibilizar a sociedade para o enfrentamento deste fenômeno.



3. Crianças e Adolescentes e Estudantes

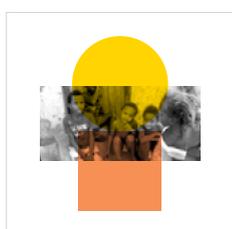
Tendo em vista que as crianças e os adolescentes são os principais sujeitos para os quais esta Iniciativa se destina, acreditamos que a representação delas(es) é central para a marca. O círculo e o quadrado inferior representam uma criança ou adolescente — sendo o círculo, a cabeça; e o quadrado, o corpo.

Símbolo **Construção**



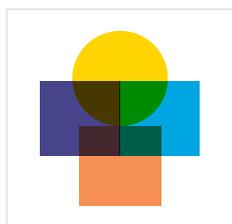
4. Educação, Direitos

A Iniciativa tem como premissa a garantia do direito à educação de todas as crianças e adolescente, previsto constitucionalmente no país, a partir do qual podem ser reconhecidos outros direitos fundamentais ao ser humano. Os dois quadrados grifados representam um livro, no qual o indivíduo está lendo e tendo acesso a diversos conhecimentos no âmbito escolar.



5. Visibilidade e Contextualização

Para além do livro, essa forma também representa uma janela, possibilitando a visibilidade dos diversos contextos das trajetórias escolares dessas crianças e adolescentes. Através desta janela, se faz possível olhar para as diferentes realidades, especificidades e particularidades oriundas de experiências familiares e conjunturas histórico-culturais.



6. Diversidades

A trajetória escolar de cada estudante é única, sendo reconhecidas nesta Iniciativa as diversidades que constituem a vida das crianças e adolescentes beneficiárias do Programa Bolsa Família. Na marca, as diversidades são representadas pelas cores saturadas e variadas das formas. Também pelas cores mais sóbrias, formadas pelo efeito de multiplicação dos dois quadrados centrais.

Logotipo

Escolheu-se a Futura, uma tipografia sem serifa geométrica, para harmonizar com as formas, também geométricas, do símbolo. Apesar da geometria ser questionado como algo “duro” e “seco”, na Futura, ela é apenas um elemento de inspiração, uma vez que ela não é totalmente geométrica — através de compensações óticas, ela apenas aparenta ser; o que dá um ar mais amigável à ela. Características específicas, como o fato do ‘j’ minúsculo ser extremamente simples, dão um quê singelo no logotipo; fazendo relação também com as crianças e adolescentes.



Inspiração.

Trajetórias Escolares

Desigualdades e Diversidades

Logotipo final.

Versões da marca

Policromia



Vertical.



Vertical.



Vertical.

Versões da marca

Monocromia



Com transparência.

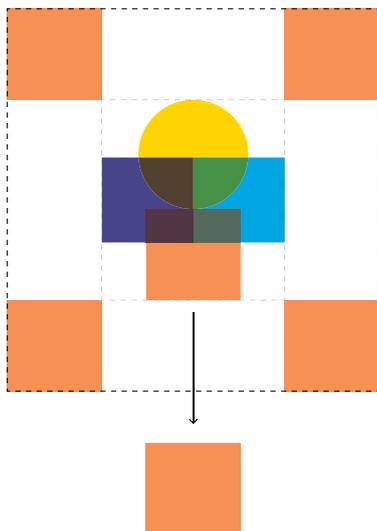


Positivo.

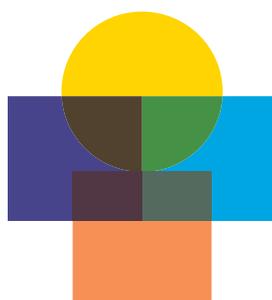


Negativo.

Área de proteção



Redução máxima



**Trajetórias
Escolares**

Desigualdades e Diversidades



70mm



**Trajetórias
Escolares**



35mm



10mm

Tipografia

Como a Futura é uma tipografia paga, ou gratuita apenas em sistemas operacionais Mac OS X, houve a necessidade de escolher uma tipografia gratuita e de uso livre para a plataforma e conteúdos textuais do programa de identidade visual.

A Source Sans Pro foi a escolha mais adequada, pois possui bom desempenho de legibilidade e economia também — graças às suas aberturas mais amplas e ao seu desenho. Outro fato é a variada gama de pesos, indo do Ultra Light ao Black, possibilitando uma versatilidade maior nas aplicações tipográficas.

Source Sans Pro

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

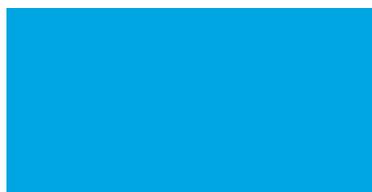
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

Paleta de cores

Através do efeito de multiplicação do símbolo gerar quatro cores a mais de tons de verde e marrom, a paleta de cores principal da identidade visual mantém-se restrita às quatro cores que formam o símbolo, mostradas abaixo.



C: 0 M: 15 Y: 100 K: 0
R: 255 G: 212 B: 0
HEX: #FFD400



C: 79 M: 14 Y: 0 K: 0
R: 0 G: 166 B: 225
HEX: #00A6E1



C: 79 M: 78 Y: 0 K: 18
R: 71 G: 68 B: 139
HEX: #47448B



C: 0 M: 53 Y: 73 K: 0
R: 246 G: 144 B: 84
HEX: #F69054

Aplicação sobre foto

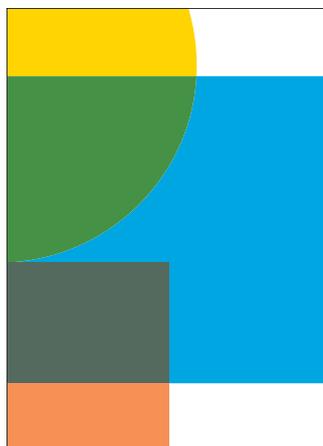
A aplicação sobre foto deve respeitar a área de proteção da marca, e um contraste mínimo. Se a foto tiver fundo mais escuro, o logotipo deve ser utilizado em branco; se mais claro, em preto.

A foto deve sempre estar em preto e branco.



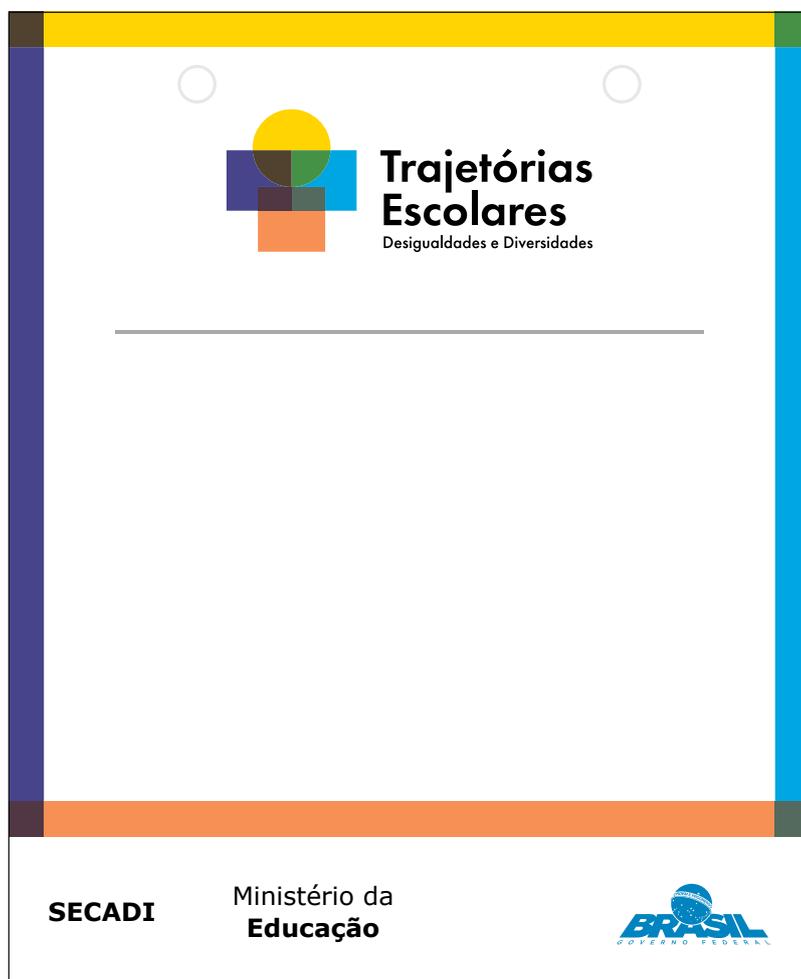
Pontos de contato

Cartão e crachá



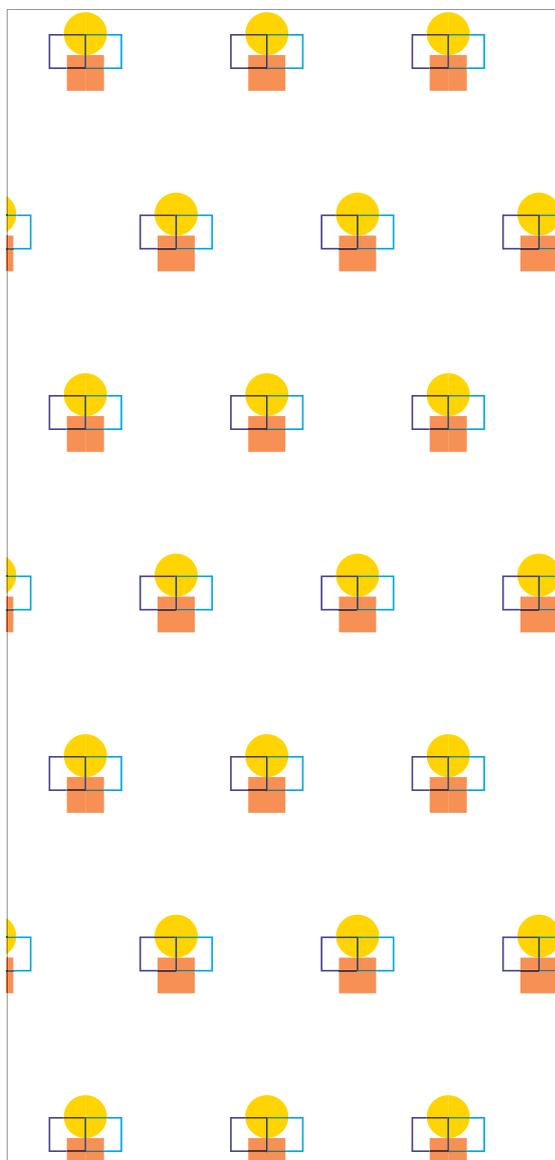
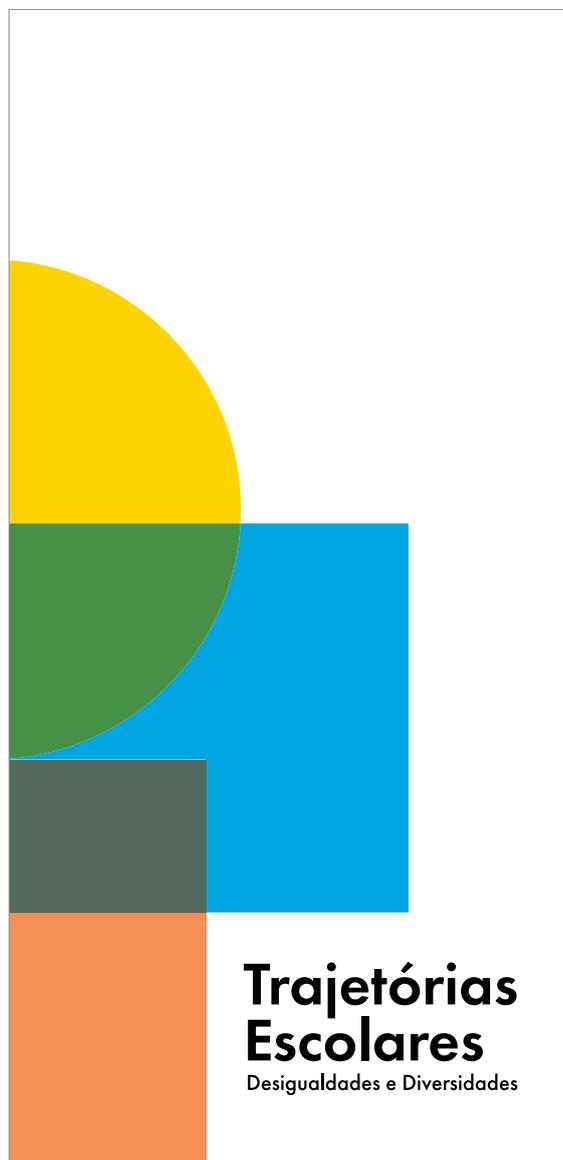
Trajетórias Escolares

Desigualdades e Diversidades



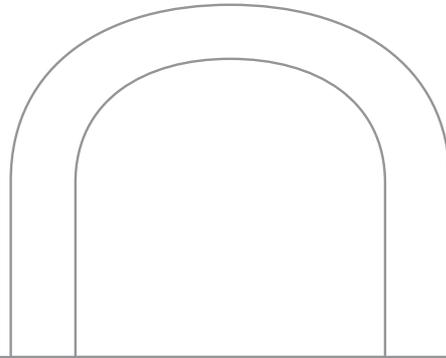
Pontos de contato

Folder



Pontos de contato

Sacola



Trajetórias Escolares

Desigualdades e Diversidades

Educação é para todos.



**Trajetórias
Escolares**
Desigualdades e Diversidades

Modelo de apresentação



Título de capítulo 1

Título de capítulo 2

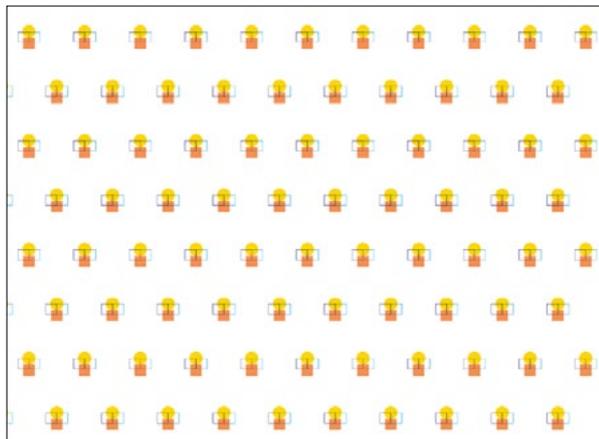
Título de capítulo 3

Título de capítulo 4

Título do slide

- Tópico 1
- Tópico 2
- Tópico 3

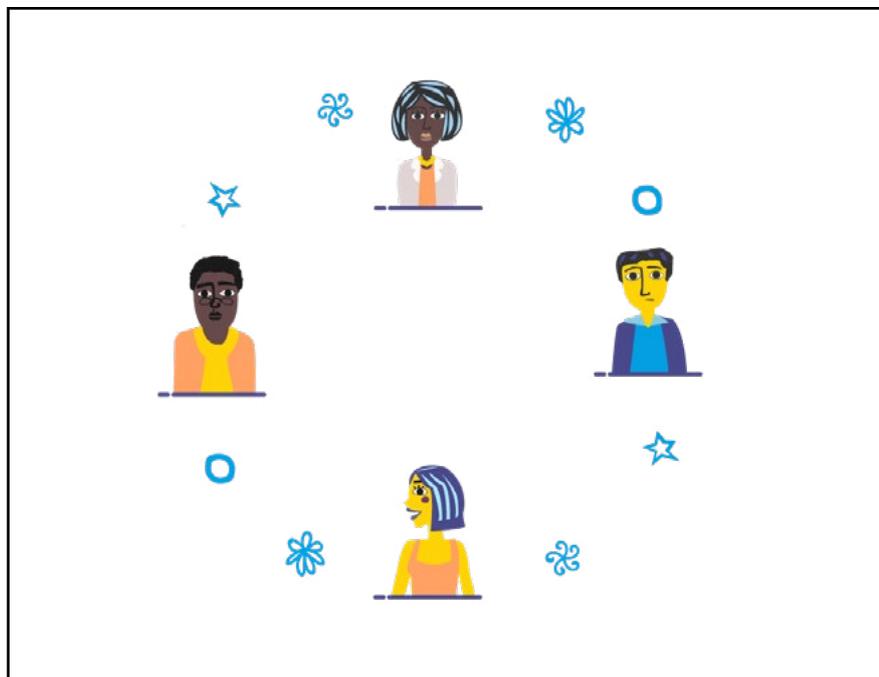
Obrigado(a)!



Apêndice E - Recursos Visuais

a. Ilustrações

■ Ilustrações da interface da Plataforma



Ilustração

Guia de Estilo



Esboço
(Matheus)

Aprovação



Flater
(Léo)

Aprovação



Acabamento
(Edu)

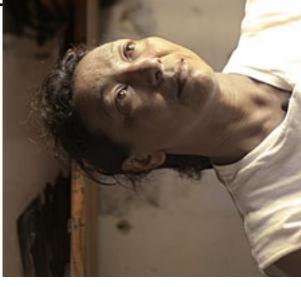
O cenário de verdade



O cenário de verdade



O personagem no mundo real



Elementos que fazem parte do contexto



Estilo & Linguagem



(Estilo)



Realista

(Linguagem)



Representativa



Contextualizadora

Paleta



É permitido misturar as cores padrão com cores não pertencentes à paleta. Nesses casos, priorizar a neutralidade das novas cores

Tema 1



#85B6E4



#5386B2



#1D5982

Tema 2



#FF827D



#D45151



#9D1C28

Tema 3



#86CB95



#569A67



#266B3C

Tema 4



#D28FD7



#A060A5



#703376

Personagens

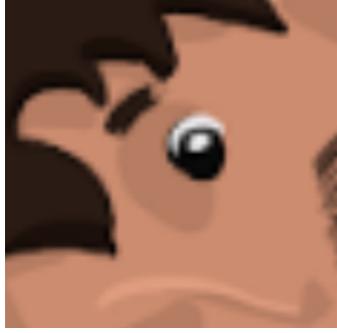


As informações a seguir servem para buscar um padrão, podendo ter algumas exceções conforme necessidade (ex. um personagem pode ter detalhamento do rosto ou nariz que não segue formato da cabeça)



Anatomia

Cabeça geométrica, sem detalhamento do rosto.



Olhos

Redondo, com pequena faixa branca para direcionar o olhar. Ponto branco representando o brilho



Nariz

Segue o formato da cabeça

Personagens

As informações a seguir servem para buscar um padrão, podendo ter algumas exceções conforme necessidade (ex. um personagem adolescente ou adulto pode não ter lábio, caso isso seja característica do personagem)

	Anatomia	Boca
Criança	3 Cabeças	Sem lábios
Adolescente	5-6 Cabeças	Com lábios
Adultos	7-7,5 Cabeças	Com lábios

Cenário & Acabamento



Brush

Estilo giz



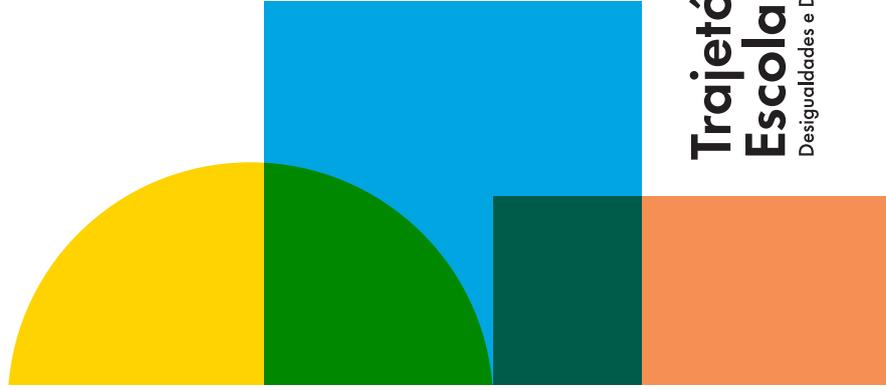
Sombra e Luz

Sombra dura
Luz direta



Contorno

Usado apenas para ressaltar o contraste e/ou delimitar um objeto. A cor do contorno é um tom mais escuro que a forma.



**Trajetórias
Escolares**
Desigualdades e Diversidades

Créditos

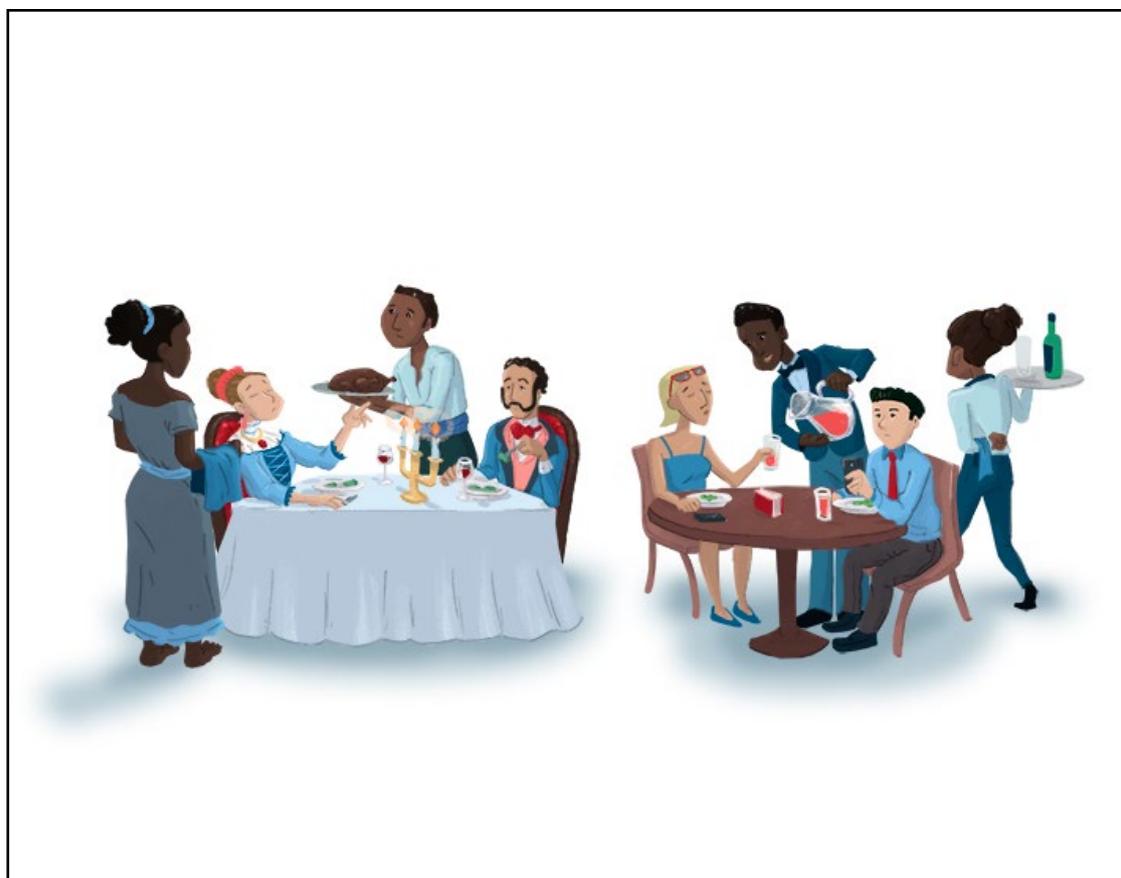
Brunna Casagrande (Designer)

Eduardo Eising (Ilustrador)

Leonardo Oliveira (Ilustrador)

Matheus Amarante (Ilustrador)

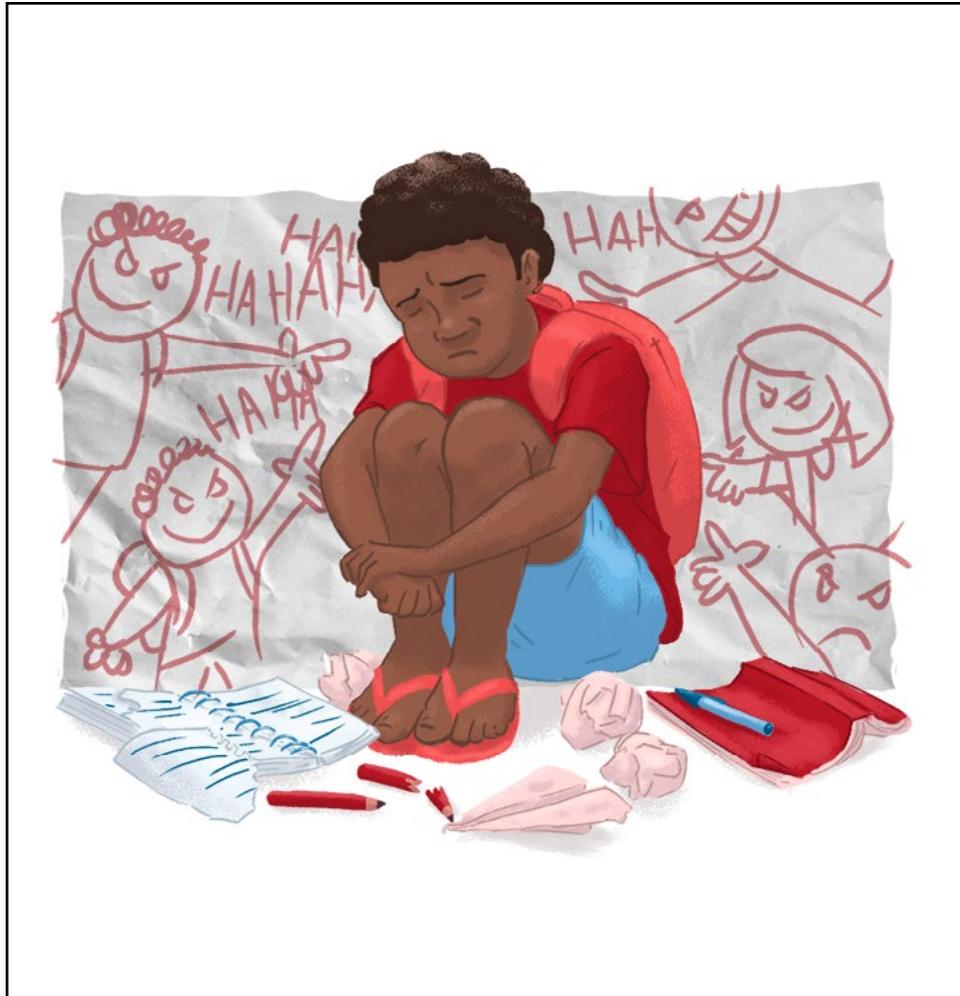
■ **Temática 1 - Organização do trabalho pedagógico**
Subtema a. Sujeitos, direitos e diversidades



■ **Temática 1 - Organização do trabalho pedagógico**
Subtema c. Educação e Diversidades experiências exitosas



■ **Temática 2 - Violação de direitos e risco social**
Subtema a. Violências nas trajetórias escolares



■ **Temática 2 - Violação de direitos e risco social**

Subtema c. Trajetórias de crianças e adolescentes com deficiência e dificuldades de acesso à educação escolar



■ **Temática 3 - Saúde e atenção integral**

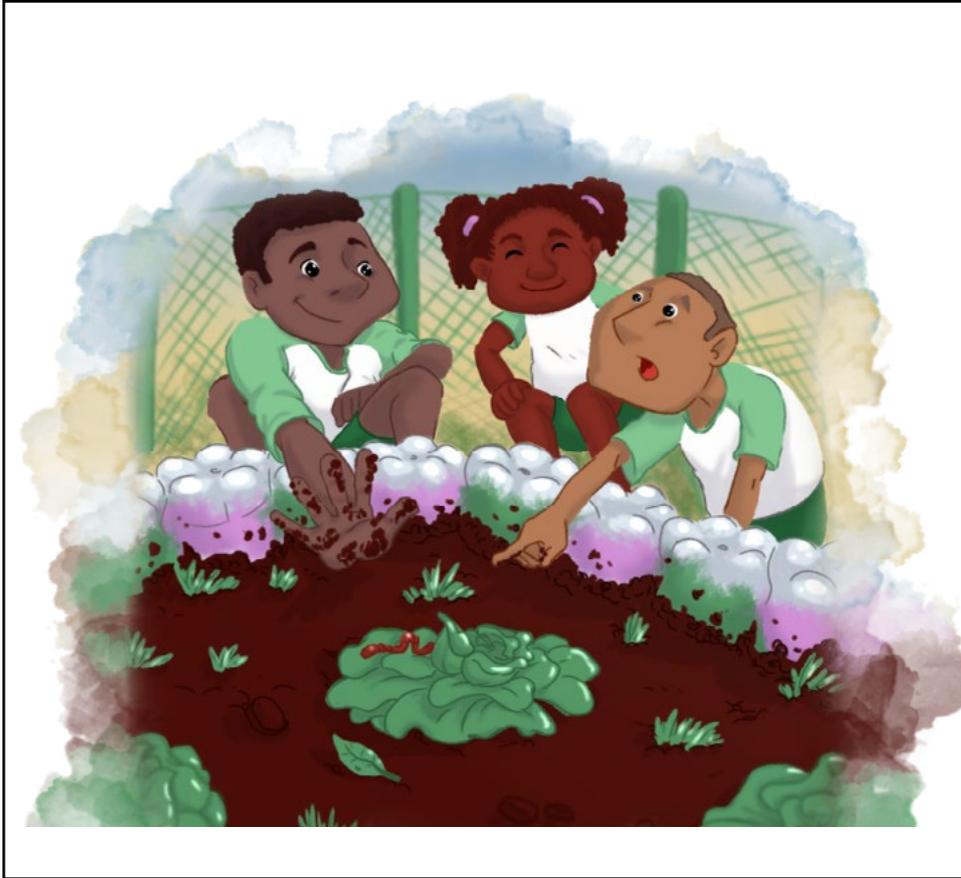
Subtema a - Prevenção ao uso de drogas no contexto escolar



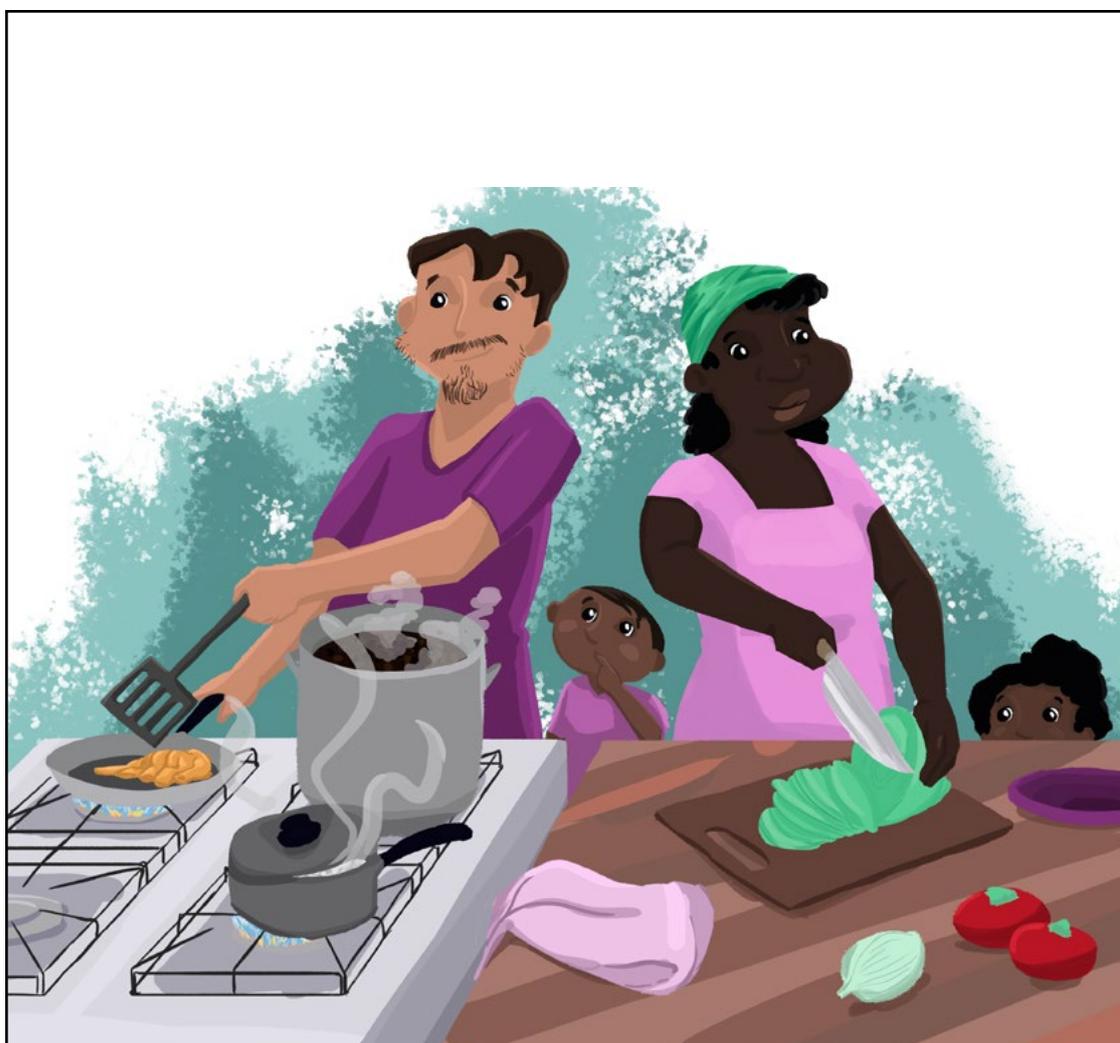
■ **Temática 3 - Saúde e atenção integral**

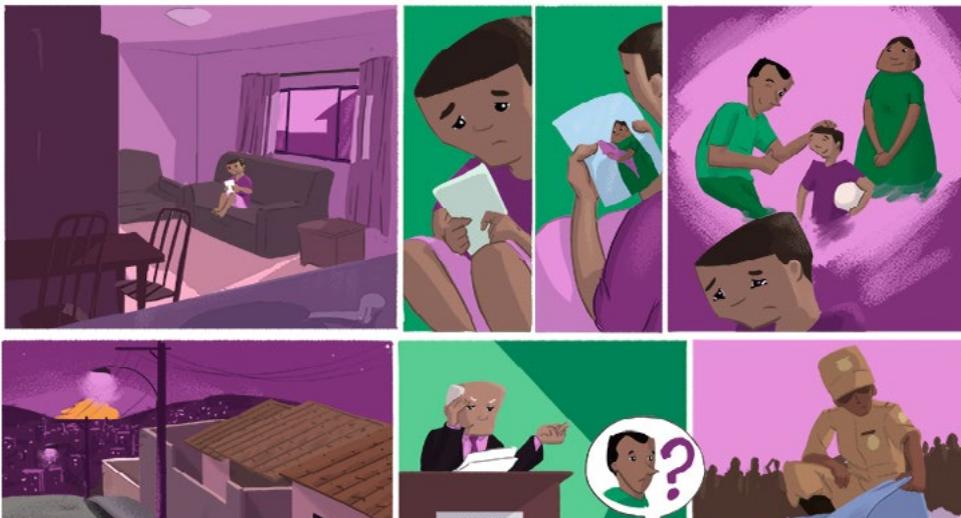
Subtema c. Atenção integral à saúde da criança e do(a) adolescente no contexto escolar





■ **Temática 4 - Escola, família e comunidade**
subtema a. Educação escolar e vínculos familiares





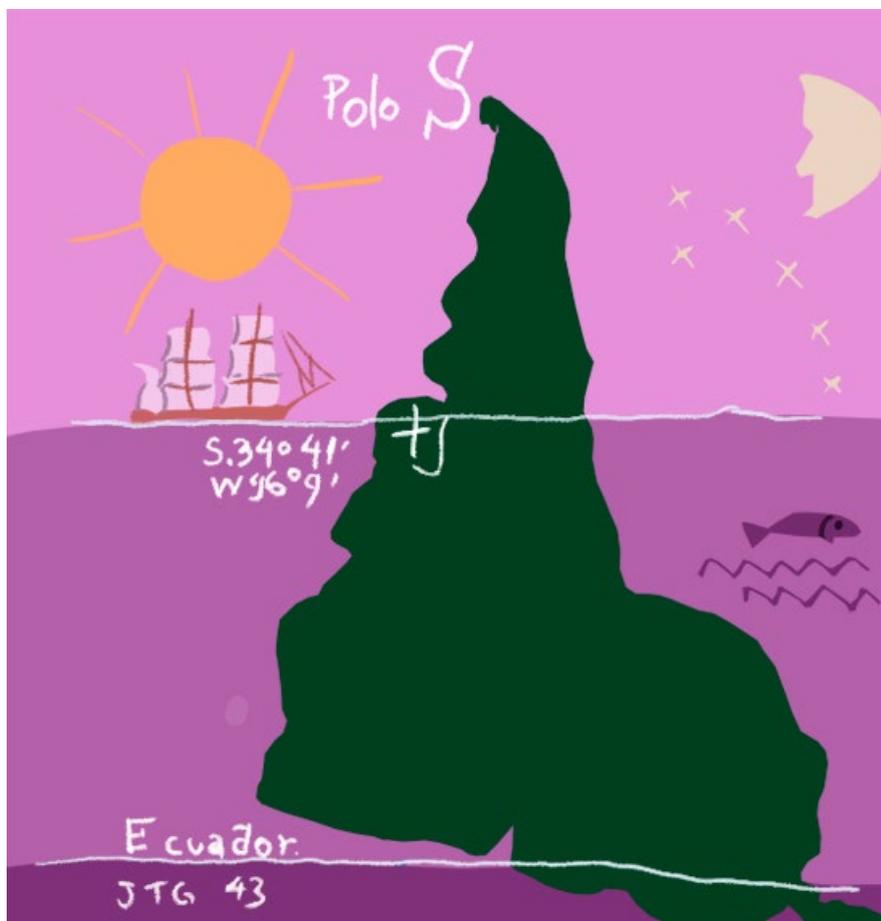
■ **Temática 4 - Escola, família e comunidade**

Subtema b. Família, escola e situações de vulnerabilidade socioeducacional



■ **Temática 4 - Escola, família e comunidade**

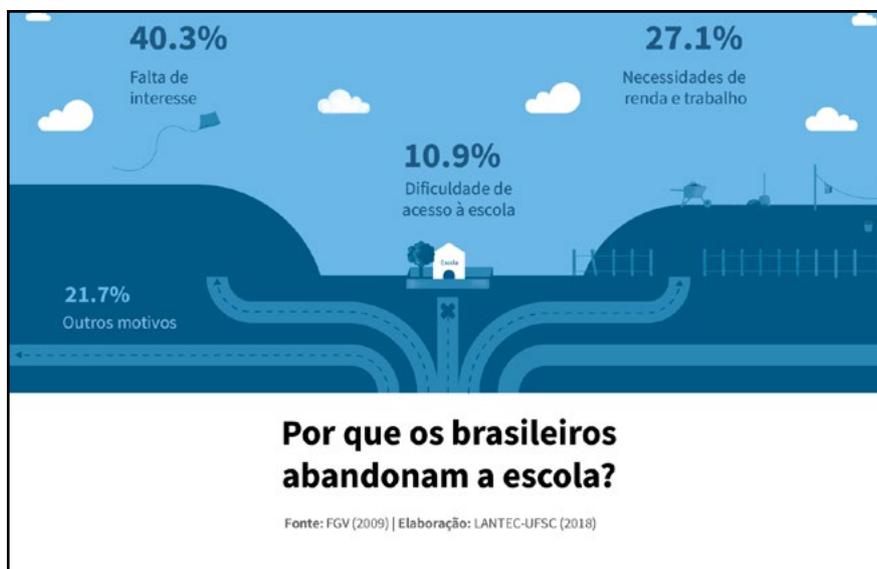
Subtema c. Educação escolar, comunidade e territórios vulneráveis



b. Infográficos

■ Temática 1 - Organização do trabalho pedagógico

Subtema a. Sujeitos, direitos e diversidades



Que processos históricos existem por trás dessa **concepção dominante** de escola?

POR QUE ELA NÃO TEM SIDO CAPAZ DE REVERTER AS **DESIGUALDADES** EDUCACIONAIS E SOCIAIS DO PAÍS?

POR QUE ESSA ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE TEM DADO **SINAIS DE FALÊNCIA**?

POR QUE ESSA ESCOLA **TEM SIDO DESACREDITADA** POR DIVERSOS GRUPOS SOCIAIS, ESTUDANTES, EDUCADORES E FAMÍLIAS?

POR QUE MILHÕES DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E **JOVENS AINDA ABANDONAM AS ESCOLAS**?

Elaboração: LANTEC-UFSC (2018)

- **Temática 1 - Organização do trabalho pedagógico**
Subtema c. Educação e Diversidades experiências exitosas

MAS QUE ESCOLA É ESSA EM QUE PASSAMOS TANTOS ANOS DE NOSSAS VIDAS?



COMO **FAZER DA ESCOLA UM AMBIENTE VIVO E AGRADÁVEL** PARA OS SUJEITOS QUE ALI VIVEM GRANDE PARTE DE SEU TEMPO NAS INFÂNCIAS E JUVENTUDES?



POR QUE **ESCOLAS ESTÃO SENDO FECHADAS**, AO INVÉS DE NOVAS SEREM ABERTAS?



POR QUE **A QUALIDADE DAS ESCOLAS NÃO AUMENTA**, TANTO ESTRUTURAL QUANTO DE ENSINO?

Elaboração: LANTEC-UFSC (2018)

Acompanhando a **frequência escolar** dos(as) estudantes beneficiários(as) do Programa Bolsa Família

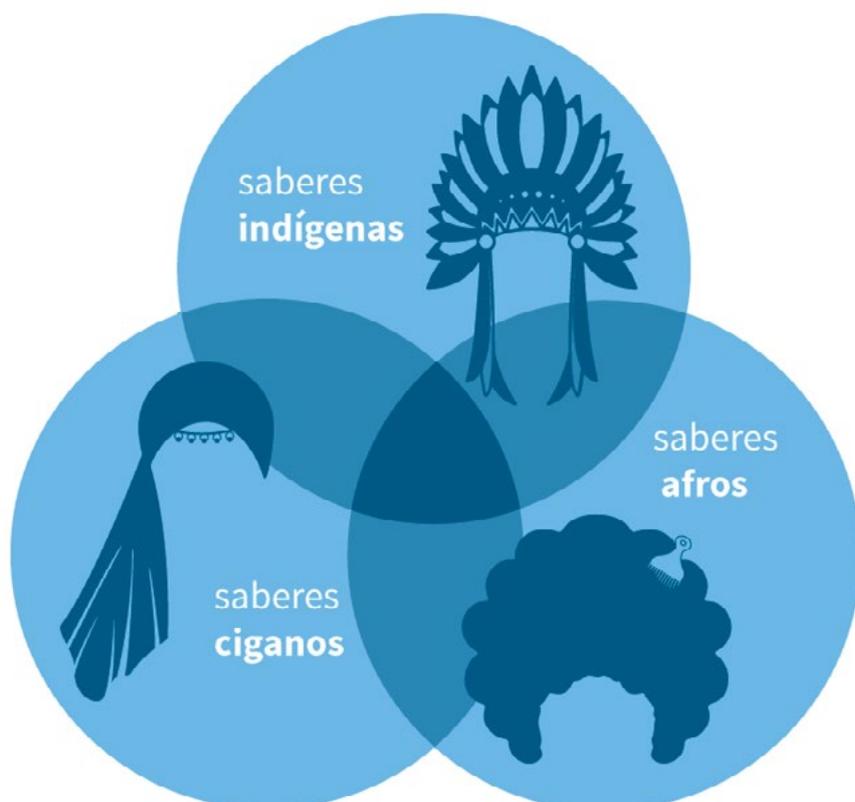
14.596.505
estudantes com idades
entre 6 e 17 anos

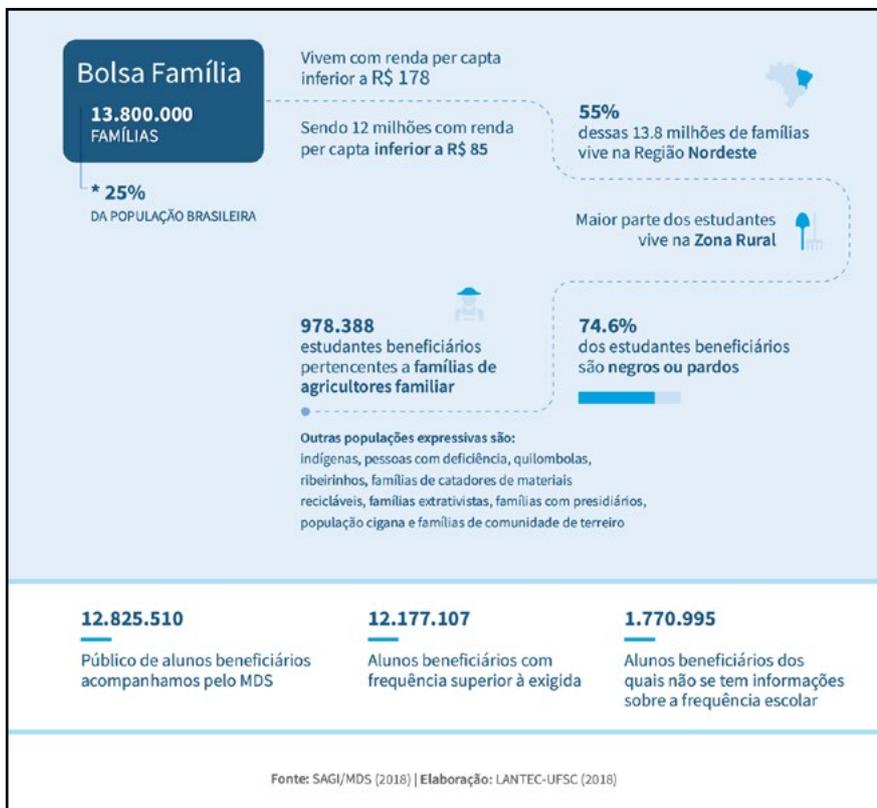
12.177.107
95% dos acompanhados
têm **frequência acima da exigida**

648.403
5% dos acompanhados
têm **frequência abaixo da exigida**

1.770.995
não têm informação
de frequência

Fonte: SAGI (2018) | Elaboração: LANTEC-UFSC (2018)





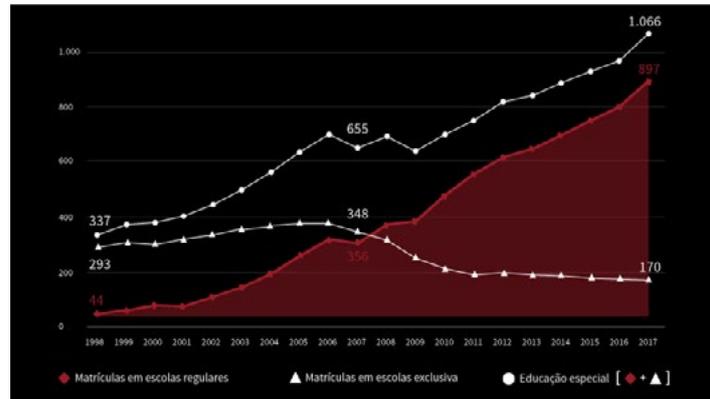
- **Temática 1 - Violação de direitos e risco social**
 Subtema c. Educação e Diversidades experiências exitosas



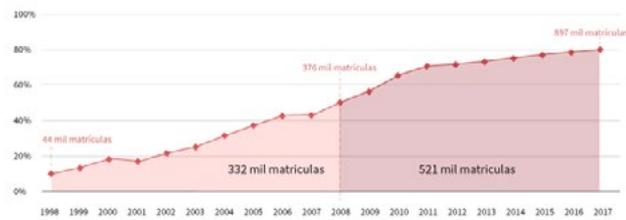
■ **Temática 2 - Violação de direitos e risco social**
 Subtema a. Violências nas trajetórias escolares

Números de matrículas de estudantes com deficiência

Nas últimas duas décadas, é notório o avanço das matrículas dos(as) estudantes no sistema regular de ensino



Percentual de matrículas de pessoas com deficiência no ensino regular



Publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Fonte: INEP/MEC (1998 a 2017) | Elaboração: LANTEC-UFSC (2018)

45.606.048 DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O número representa 23,9%* da população brasileira.



18,6%
Visual



7,0%
Motora



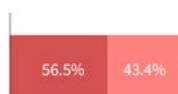
5,1%
Auditiva



1,4%
Mental ou Intelectual

* A soma dos dados referentes às categorias ultrapassa a porcentagem total de pessoas com deficiência no Brasil pois uma única pessoa pode se enquadrar em mais de uma categoria.

Sexo



■ Mulheres ■ Homens

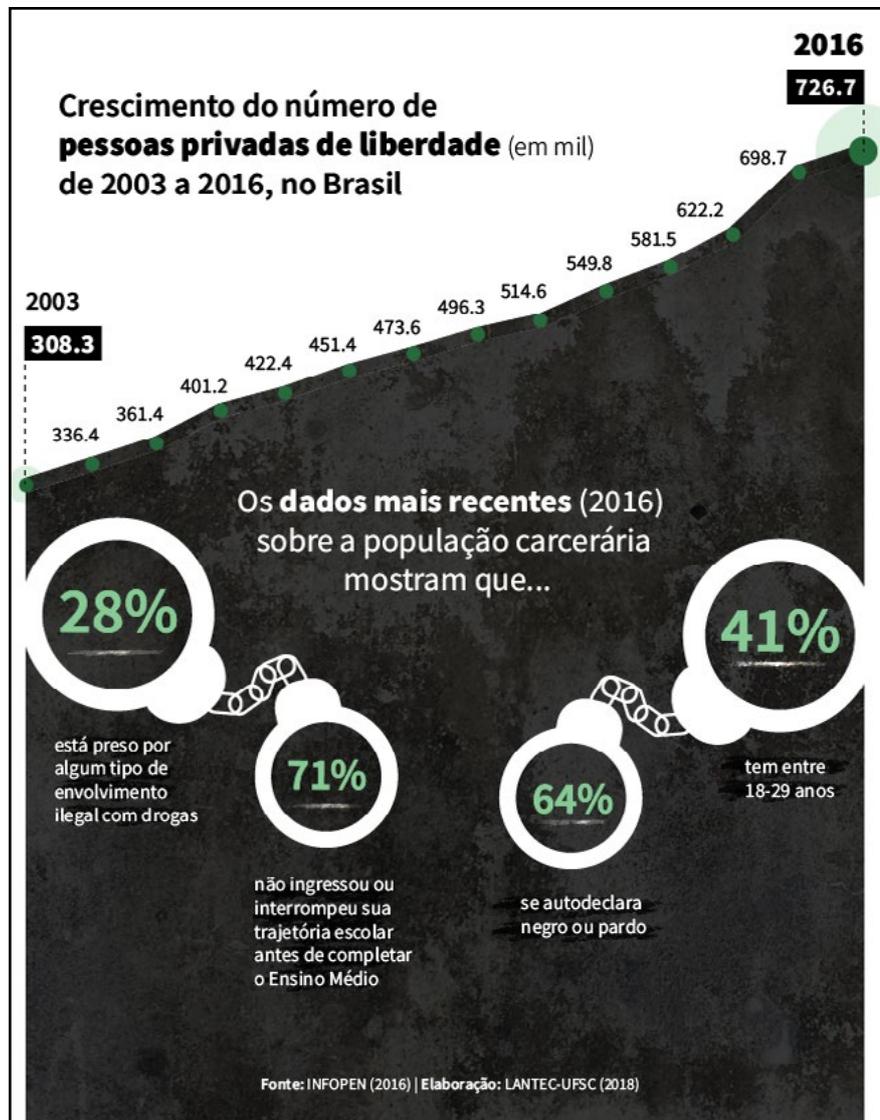
Localidade



■ Áreas Urbanas ■ Áreas Rurais

Fonte: Censo 2010 (IBGE, 2010) | Elaboração: LANTEC-UFSC (2018)

■ **Temática 3 -Saúde e atenção integral**
 Subtema a. Prevenção ao uso de drogas



Quantas pessoas que você conhece:

FUMAM? Estão passando por
BEBEM? tratamento médico?

QUANTAS PESSOAS QUE VOCÊ CONHECE JÁ TIVERAM
 ALGUM TIPO DE EXPERIÊNCIA COM **DROGAS ILEGAIS?**

Você **teve?**

Você **bebe?**

Você **fuma?**

Você *acha que isso é um problema?*

É bom? **É ruim?** **Foi bom?** **Foi ruim?**

Você **fala sobre isso** com as pessoas?

Com seus filhos? Com seus pais?

IRMÃOS E IRMÃS? AMIGOS? PROFESSORES?

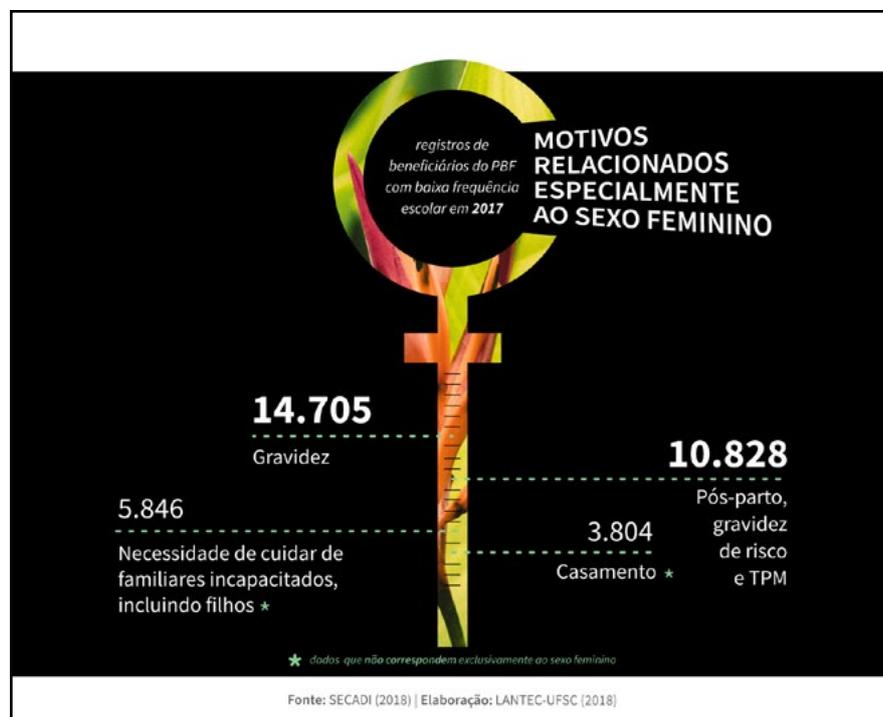
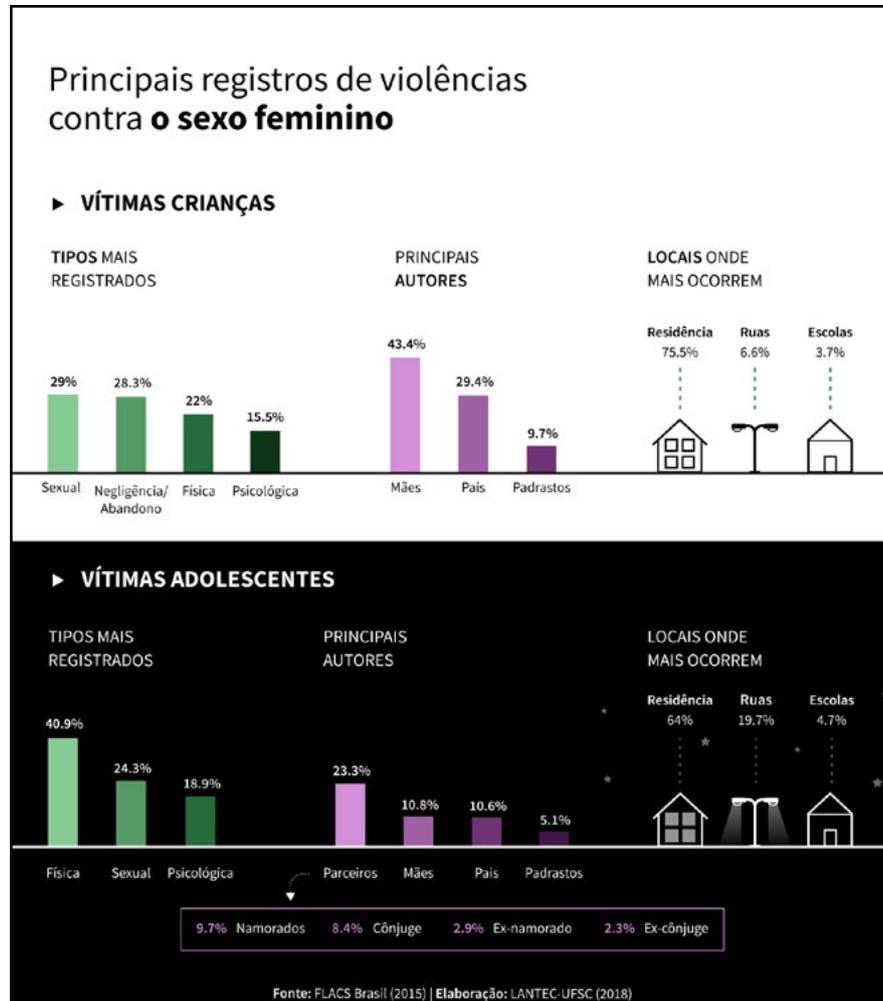
Como foi o papo? **O que te disseram?**

Você **ouveu?** *fez sentido?*

E O MAIS IMPORTANTE:

Fonte: UNESCO/INICC, 2001 | Elaboração: LANTEC-UFSC (2018)

■ **Temática 3 - Saúde e atenção integral**
 Subtema b. Orientação sexual e gravidez



■ **Temática 3 - Saúde e atenção integral**

Subtema c. Atenção integral à saúde da criança e do(a) adolescente no contexto escolar

Qual é o consumo anual de Metilfenidato no Brasil?

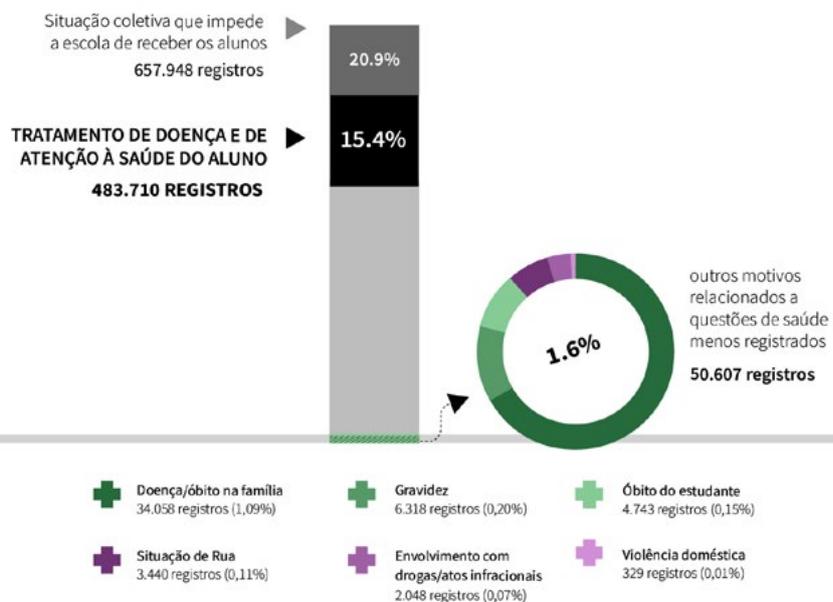
O Cloridrato de Metilfenidato é uma substância química utilizada pela indústria farmacêutica para produção de medicamentos estimulantes, como a Ritalina e o Concerta, que são usados no tratamento de TDAH. A venda desses produtos vem crescendo vertiginosamente, ano a ano, tendo chegado a 151.256 caixas em maio de 2014, segundo o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados, gerenciado pela Anvisa. Vamos ver alguns dados sobre isso:

Em 5 anos, a venda de caixas de Ritalina cresceu 361%



Em 2013, observamos uma queda de, aproximadamente, 16% em relação ao ano anterior. Isso aconteceu em função de um desabastecimento ocorrido neste período, motivado por problemas de importação e fabricação do produto.

O tratamento de doenças está entre os motivos de baixa frequência informados mais registrados em 2017

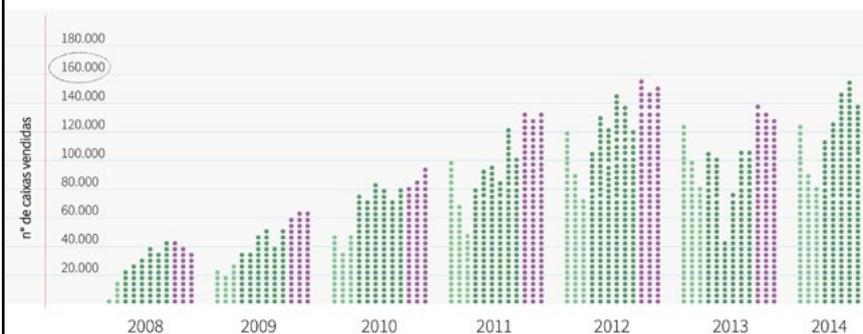


Fonte: SECADI, MEC (2017) | Elaboração: LANTEC-UFSC (2018)

O consumo de Metilfenidato tem algo a ver com as escolas?

O gráfico abaixo mostra o número de caixas vendidas de acordo com os períodos escolares dos anos letivos

● Período de Recesso (dez-fev) ● 1° e 2° trimestres (mar-ago) ● Último trimestre letivo (set-nov)

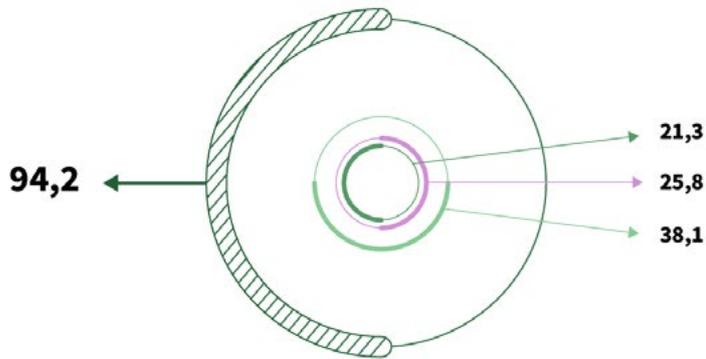


Os dados contidos no gráfico vão de janeiro de 2008 até agosto de 2014.

Fonte: dados do sistema nacional de gerenciamento de produtos controlados Anvisa (2001-2014)
Elaboração: LANTEC UFSC (2018)

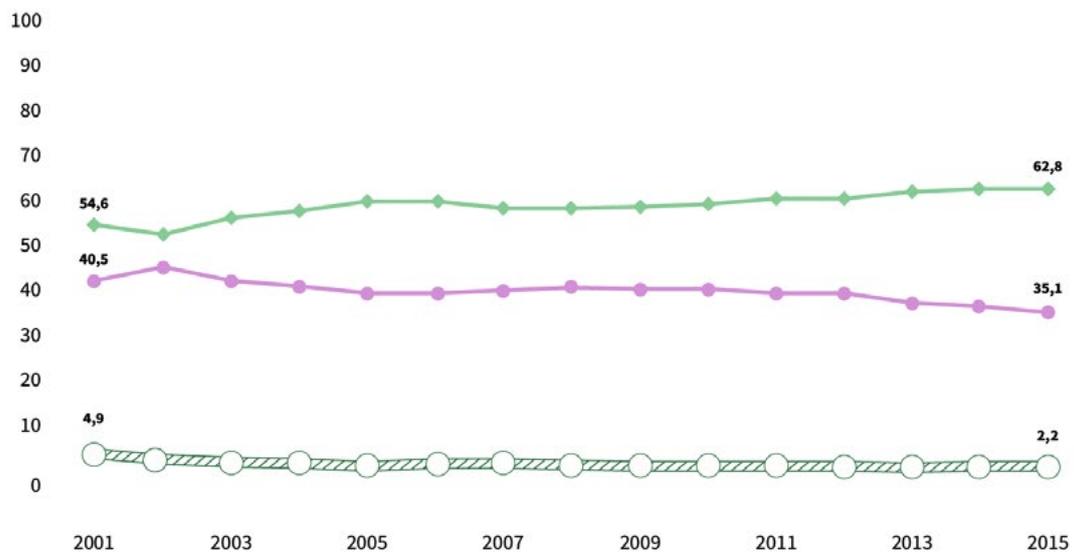
INCIDÊNCIA DE CONTAMINAÇÃO TUBERCULOSE POR RAÇA — BRASIL, 2013

TAXA POR 100 MIL HABITANTES



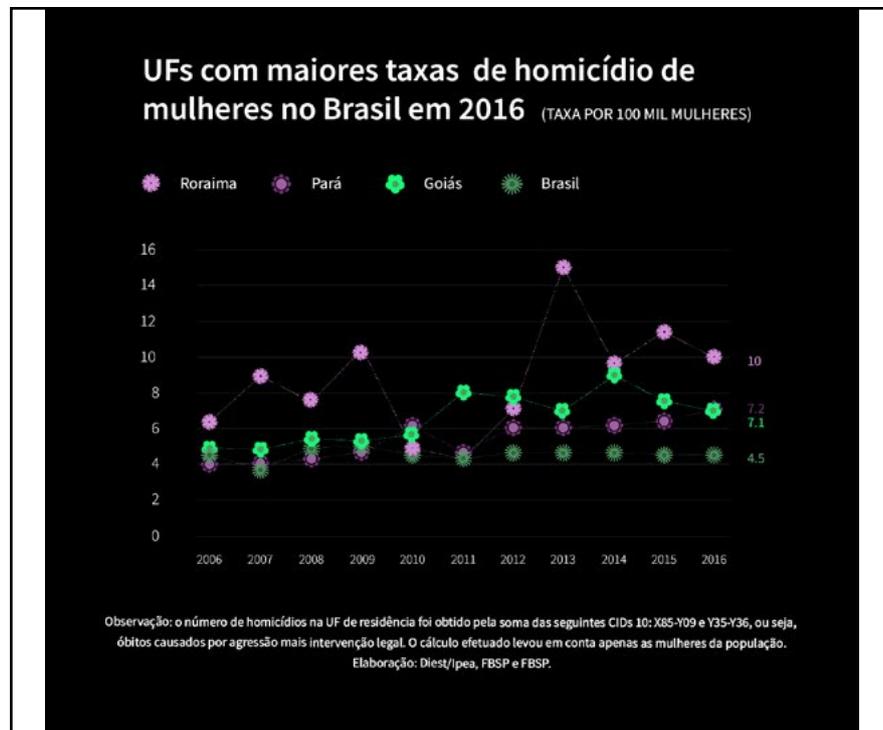
■ Branca
 ■ Preta/Parda
 ■ Amarela
 Indígena

PERCENTUAL DE CASOS NOVOS — 2001 A 2015

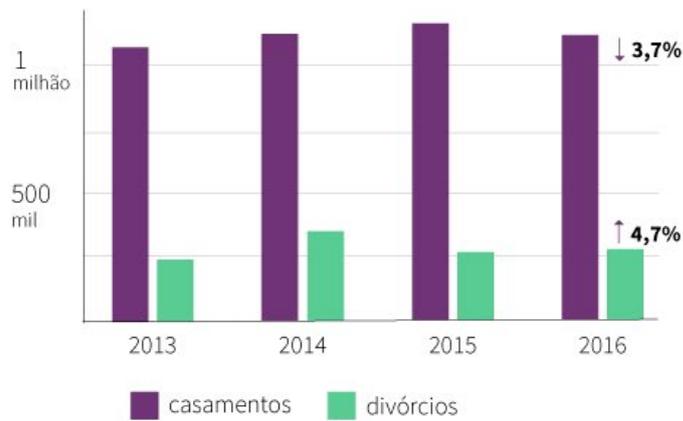


Fonte: Brasil (2016) | Elaboração: LANTEC-UFSC (2018)

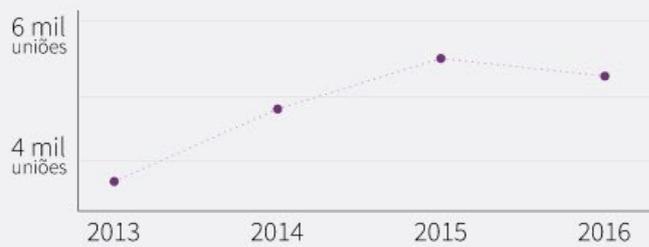
■ **Temática 4 - Escola, família e comunidade**
 subtema a. Educação escolar e vínculos familiares



Casamentos e divórcios no Brasil de 2013 a 2016



20 mil uniões homoafetivas registradas em 4 anos



A partir de 2013, a Resolução Nº 175 do Conselho Nacional de Justiça dispôs sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.

Entre as uniões homoafetivas em 2016:

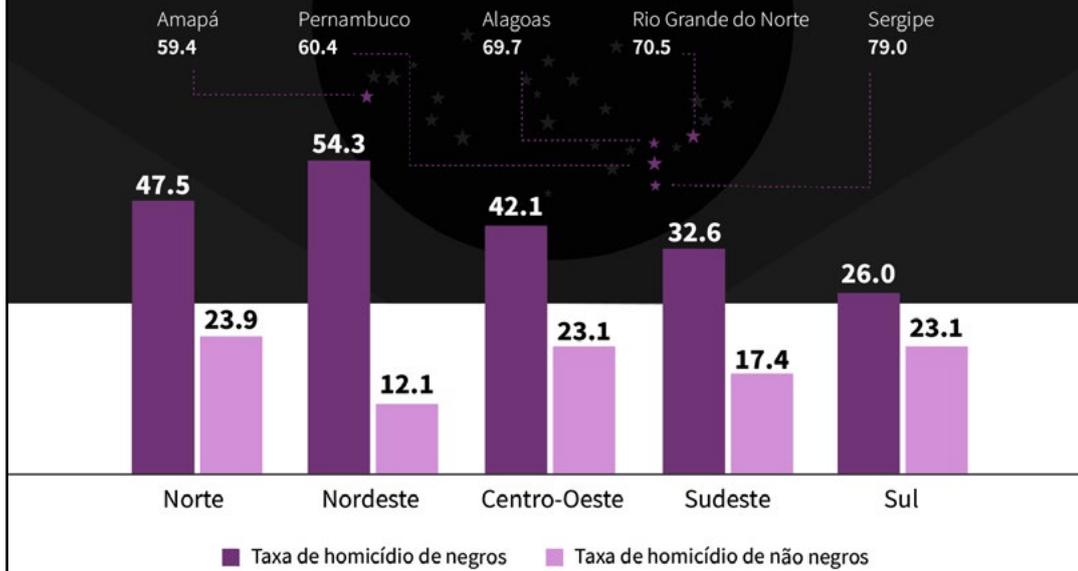


Fonte: IBGE | Elaboração: LANTEC - UFSC (2018)

Taxa de homicídio da população negra no Brasil em 2016

(TAXA POR 100 MIL HABITANTES)

Estados que apresentam maiores taxas de homicídio no país e dados por região



Observação: os números de negros foram obtidos somando pardos e pretos, enquanto os não negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP

Fonte: IBGE (2016) | Elaboração: LANTEC-UFSC (2018)

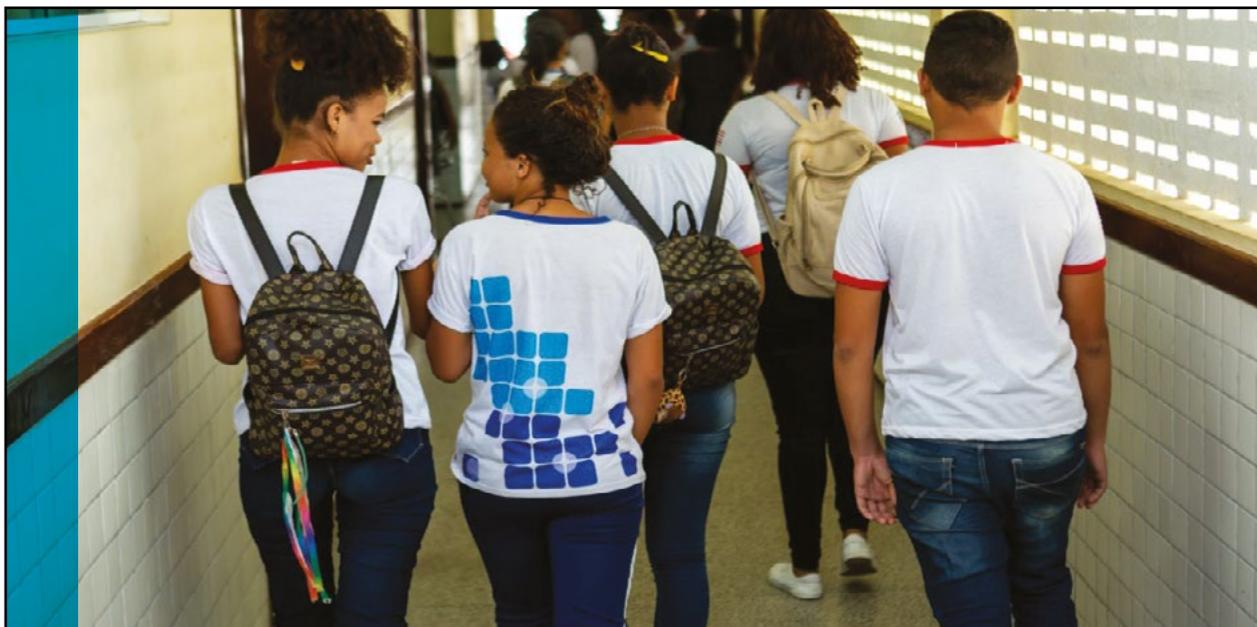
■ Temática 4 - Escola, família e comunidade

Subtema b. Família, escola e situações de vulnerabilidade socioeducacional



Apêndice F - Documento orientador - sobre a construção dos encaminhamentos e fluxos dos motivos de baixa frequência escolar

a. Documento orientador - sobre a construção dos encaminhamentos



Sobre a construção dos encaminhamentos e fluxos dos motivos de baixa frequência escolar

Entrar num território envolto por vulnerabilidades é uma tarefa de ver e de (re)conhecer a complexidade de fenômenos difíceis em suas especificidades, a partir de um olhar sensível e atento, que permita emergir as questões sociais que envolvem os problemas coletivos e individuais de acesso e de permanência à educação de crianças e adolescentes, beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) nas escolas.

A Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades está inserida nesse contexto de fenômenos complexos e diante do desafio de elaborar encaminhamentos e fluxos. A partir da constatação da baixa frequência dos estudantes vinculados ao PBF, pensamos em uma proposta aberta com o objetivo de alcançar os diferentes níveis, locais e realidades educacionais brasileiras.

Considerando que os motivos que levam as crianças e os adolescentes a não obter a frequência escolar mínima exigida possuem uma natureza socioeconômica, pressupomos a necessidade de elaborar encaminhamentos e fluxos que possam colaborar para ações de intervenção sobre as realidades concretas das famílias beneficiárias do Bolsa Família. Nesse sentido, elaboramos uma proposta que não nega as diferentes realidades escolares presentes no Brasil, com a possibilidade de abertura e adequação para realidades locais.

Acreditando na potência da intersetorialidade, isto é, na construção de ações articuladas que superem a fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais, a fim de possibilitar soluções integrais para os fenômenos identificados, alguns questionamentos surgiram em nosso processo: qual a relação estabelecida entre a escola e os serviços socioassistenciais, por exemplo? Como podem aqueles que participam da gestão escolar realizarem uma leitura profunda da realidade social das crianças e dos adolescentes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social? Como a escola interpreta e lida com os motivos que impedem e/ou dificultam o acesso e a permanência no ambiente escolar?

Partindo dessas problematizações, entendemos a importância de pensarmos encaminhamentos e fluxos que se articulam em diferentes níveis: intraescolar e extraescolar. A perspectiva intraescolar está relacionada ao acompanhamento pedagógico oferecido pela instituição escolar, a partir do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), da sua compreensão do PBF e do conhecimento da realidade social escolar do estudante. Já o nível extraescolar refere-se ao acompanhamento socioassistencial ofertado pelos serviços estatais vinculados a políticas públicas específicas, tais como: a) os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), porta de entrada da assistência social, que trabalha de forma prognóstica; b) os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), unidades que atuam quando situações de risco e/ou violência já foram comprovadas, atuando no diagnóstico; entre outros.

A partir da constatação de baixa frequência do estudante, propomos fluxos de encaminhamentos fundamentados em quatro (4) verbos: identificar, conhecer, encaminhar e acompanhar, os quais denotam reflexão, ação e atuação sob as realidades concretas das crianças e dos adolescentes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social, beneficiários do PBF.

IDENTIFICAR e **CONHECER**, embora possam se estabelecer em momentos distintos, são ações complementares. Diante da constatação de que o(a) estudante apresenta frequência inferior a 85% (de 6 a 15 anos) e 75% (de 16 e 17 anos), é preciso a identificação do motivo ou causa da infrequência escolar. Entretanto, sendo a pobreza um fenômeno complexo e multidimensional, a identificação só será possível através do conhecimento dos contextos nos quais a criança e/ou o(a) adolescente em situação de pobreza e em vulnerabilidade social estão inseridos.

Nesse sentido, identificar e conhecer exigem uma profunda reflexão que passa tanto pela análise da realidade concreta do(a) estudante quanto de seu ciclo de ensino-aprendizagem, sendo, portanto, necessário também compreender a legislação que permeia cada um dos motivos de baixa frequência.

Mediante a devida identificação e conhecimento, é possível, então, **ENCAMINHAR** ações de forma integral e integrada na perspectiva da intersetorialidade. Muitas vezes, a falta/dificuldade da articulação da rede é advinda da carência de conhecimentos, habilidades e atitudes coerentes com as funções exercidas pelos diferentes eixos intersetoriais. Em outras palavras, não saber as atribuições corretas de sua função ou desconhecer a hierarquia organizacional existente no seu eixo de atuação, pode influenciar na insatisfação e na crença de que as ações não atingem os objetivos propostos. Dessa forma, é importante qualificar e problematizar também os próprios serviços socioassistenciais oferecidos pelas políticas públicas. Por exemplo, embora o CRAS e CREAS sejam ambas unidades que promovem o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, aumentando

o acesso aos direitos da cidadania, suas atuações são diferenciadas como mencionamos acima. Também é importante notar que cada município, estado e DF podem possuir serviços próprios para que o controle social seja feito, sendo significativo conhecer também as especificidades do território onde a criança e o adolescente estão inseridos. Existem serviços e políticas públicas além do CRAS, CREAS e Conselho Tutelar que atuam na rede de proteção social à criança e ao adolescente?

Desse modo, os encaminhamentos devem ser feitos com base na articulação entre os acompanhamentos pedagógicos e socioassistenciais. Alicerçada nesse processo de ação-reflexão-ação para atuação, acreditamos que a instituição escolar poderá **ACOMPANHAR** as trajetórias escolares de crianças e adolescentes, beneficiários(as) do PBF, de maneira qualificada, ou seja, considerando suas especificidades e sem simplificar as complexas questões sociais vivenciadas por esses sujeitos de direitos. Destacamos que o acompanhamento é uma ação contínua intrínseca a todo o fluxo de encaminhamento, que potencializa o acesso e a permanência escolar.

Finalmente, interessa-nos destacar que a ação de **identificar, conhecer, encaminhar e acompanhar** seja uma proposta de encaminhamentos e fluxos de reflexão-ação para atuação, a fim de que possamos reconhecer as razões de ser dos fenômenos com nossos olhos bem abertos e em sua totalidade.

SECRETARIA DE
**EDUCAÇÃO CONTINUADA,
ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO**

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



**Iniciativa
Trajetórias
Escolares**
Desigualdades e Diversidades

Apêndice G - Encaminhamentos e fluxos dos motivos de baixa frequência escolar

b. Motivos por indicador de alerta e risco

Abandono Escolar



Motivo 65 - Abandono escolar/
Desistência

Propensão ao Abandono Escolar



Motivo 1 - Tratamento de
doença e de atenção à saúde
do(a) aluno(a)



Motivo 2 - Doença na família/
óbito do estudante



Motivo 7 - Suspensão escolar



Motivo 11 - Preconceito/
Discriminação no ambiente
escolar/Bullying



Motivo 51 - Gravidez



Motivo 53 - Negligência dos
pais e responsáveis



Motivo 62 - Trabalho Jovem



Motivo 68 - Questões sociais,
educacionais e/ou familiares



Motivo 68h - Aluno(a) com
deficiência sem apoio/
estimulação para permanecer
na escola

Sem Vínculo Escolar



Motivo 72n - beneficiário(a)
sem vínculo/matricula escolar
foi encontrado(a), mas não que
mais estudar

Violação de Direitos e Risco Social



Motivo 52 - Situação de Rua



Motivo 63 - Exploração/Abuso sexual



Motivo 54 - Trabalho infantil



Motivo 71 - Violência doméstica



Motivo 60 - Violência/
Agressividade no ambiente
escolar



Motivo 70 - Envolvimento com
drogas e atos infracionais

